

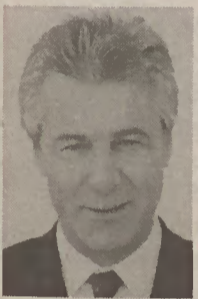
Dignificar as Forças Armadas



Aquilo que se exige são medidas que dignifiquem a Instituição militar e a sua componente humana, medidas que valorizem em diversos aspectos os militares, tendo em conta a realidade existente.

■ Rui Fernandes Pág. 17

Dossiers esquecidos



Os três dossiers que aqui trago à lembrança revelam o estado de relacionamento do Governo com a famosa gaveta onde o PS tradicionalmente guarda as suas promessas, os seus compromissos e as suas maldades.

■ João Amaral Pág. 19

Regionalizar para desenvolver

Trás-os-Montes possui 40,2 por cento da Superfície Agrícola Útil do continente, mas não chega a possuir 10 por cento das máquinas agrícolas e o apoio financeiro é dos mais pequenos do país.

■ Virgílio Cardoso Alves Pág. 21

INTERNACIONAL

Violência no Ulster

«O processo de paz, tal como o conhecemos, terminou», afirmou Gerry Adams, o líder do Sin Fein, a ala política do IRA.

Pág. 13

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 18 de Julho de 1996 • Preço: 150\$00 (IVA Incluído) • N.º 1181 • Director: Carlos Brito

Exames do 12.º ano confirmam descalabro na Educação

Amor de perdição

Apesar da «paixão» pelo ensino anunciada por Guterres na campanha eleitoral, o Ministério da Educação do Governo PS limitou-se a dar continuidade à Reforma cavaquista.

O desastre está à vista: nos exames nacionais do 12º ano, a percentagem de reprovações atingiu níveis assustadores. Tudo porque o Governo ignorou completamente as

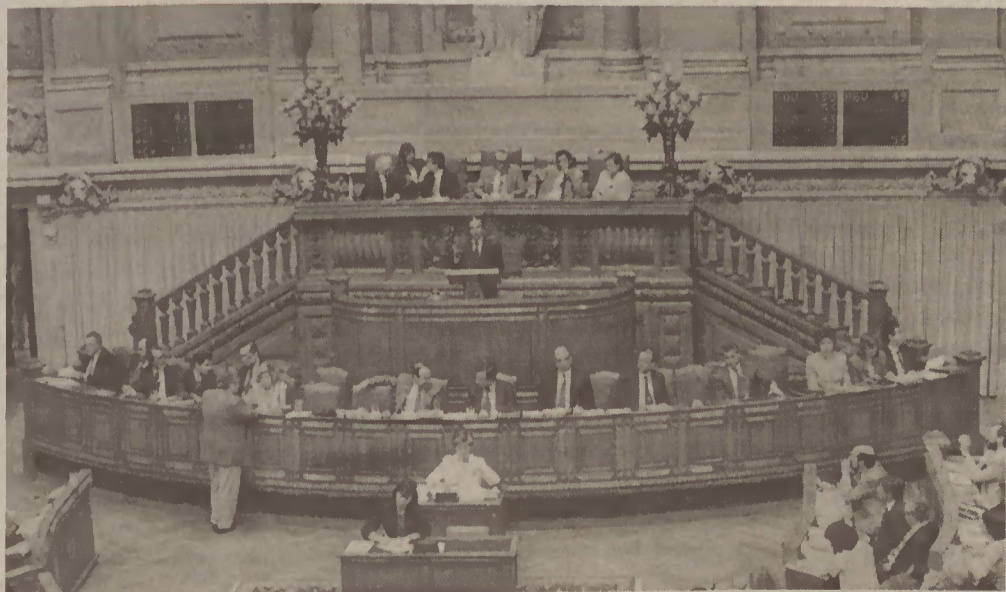
advertências e sugestões dos Sindicatos. «Afinal onde está o diálogo?», perguntam os professores.

Págs. 5 e 16



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Os vários estados



O Governo entendeu dizer coisas evasivas quando a bancada do PCP o confrontou com as contradições dos números do «desenvolvimento» da economia ou os do «controlo» do desemprego, quando «Os Verdes» sublinharam que na sua intervenção inicial Guterres não tivera nem uma palavra sobre questões de ambiente ou quando de várias bancadas vieram questões relativas ao ensino e à saúde.

Centrais

Avante! /
AMORA-SIXAL
4. 7 e 8 SETEMBRO

Avantejo foi no sábado



PARA A SEMANA

2ª edição
do Suplemento da Festa.
Mais artistas
Mais informações



Carlos Carvalho confirma em Lisboa apoio do PCP ao movimento associativo.

ASSOCIATIVISMO
DEMOCRACIA
PARTICIPAÇÃO

RESUMO

10 Quarta-feira

O ministro português dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, encontra-se com o seu homólogo francês, em Paris ■ Os responsáveis religiosos do Ulster fazem um apelo conjunto à calma no território ■ Em visita oficial aos EUA, o primeiro-ministro israelita mantém um discurso duro e sem quaisquer sinais de abertura aos palestinianos ■ Os opositores do líder militar do Níger denunciam a sua vitória eleitoral como um golpe de Estado ■ Um dia depois de tomar posse, o Governo turco islamita adopta uma série de medidas sociais, nomeadamente a subida de 50 por cento dos salários.

11 Quinta-feira

Realiza-se o debate sobre o estado da Nação, na Assembleia da República ■ O procurador-geral da República determina a abertura de um inquérito para averiguação das violações do segredo de justiça relativas ao caso do posto da GNR de Sacavém ■ Registam-se confrontos na Irlanda do Norte entre a polícia e os católicos ■ O TPI emite mandatos de captura internacional contra os dirigentes políticos e militares dos sérvios da Bósnia ■ Regista-se uma escalada da guerra na Tchetchénia ■ Nelson Mandela desloca-se à Grã-Bretanha, em visita oficial.

12 Sexta-feira

O Ministério da Educação decide dar mais dois valores aos alunos na média final do Secundário ■ A AR pede ao Tribunal de Contas para investigar em pormenor as viagens de todos os deputados, de 1980 a 1991 ■ A UE e o Canadá ameaçam Bill Clinton com retaliações se este não abrandar os termos da lei Helms-Burton, que reforça o embargo a Cuba ■ No Ulster, registam-se violentos confrontos entre católicos e a polícia britânica, depois de 100 mil protestantes unionistas, protegidos pelas autoridades, celebrarem a vitória sobre os católicos há 300 anos ■ Explodem duas bombas em Moscovo.

13 Sábado

Carlos Carvalho profere uma declaração sobre o Movimento Associativo popular e as propostas do PCP ■ António Dias Lourenço desloca-se à Lousã para

assinalar simbolicamente os 50 anos do segundo congresso ilegal do PCP ■ Na Irlanda do Norte, o IRA apela à calma no fim de mais um dia de violentos confrontos entre a polícia e os católicos da província.

14 Domingo

Segundo estatísticas comunitárias, o desemprego na União Europeia afectava no passado mês de Maio mais de 18 milhões de pessoas, representando quase 11 por cento da respectiva população activa ■ Um atentado bombista, supostamente cometido por um grupo dissidente do Sinn Fein, arrasa um hotel, no Ulster ■ Nelson Mandela participa nas comemorações da tomada da Bastilha, em França ■ Várias pessoas são mortas num tiroteio num estádio de futebol em Tripoli, na Líbia.

15 Segunda-feira

Saem finalmente as notas dos exames do Ensino Secundário ■ O ministro do planeamento e a Comissária Europeia da Política Regional ultrapassam divergências sobre a nova ponte sobre o Tejo e assinam um memorando que consagra provisões ambientais relacionadas com a obra ■ Milhares de pessoas assistem ao funeral de uma nova vítima da violência no Ulster ■ Boris Ieltsin parte inesperadamente para a sua residência de férias depois de adiar o seu encontro com Al Gore, o vice-presidente norte-americano, aumentando as especulações sobre o seu estado de saúde ■ Dois mil estudantes manifestam-se no Burundi contra as intervenções militares, dizendo-se dispostos a «combater as tropas estrangeiras».

16 Terça-feira

Secretário de Estado da Saúde anuncia a criação de uma rede de tratamento de resíduos hospitalares ■ Termina em Lisboa a I Conferência de Juventude da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (JCPLP) ■ Angola ameaça não voltar a participar em seminários empresariais em Portugal se o Governo de Lisboa não se fizer representar ■ Portugal opõe-se em Bruxelas a aceleração da liberalização comercial internacional ■ Novos ataques russos em Grozny, na Tchetchénia, causam mais de duas dezenas de mortes ■ A ameaça de retaliações por parte da União Europeia faz recuar Bill Clinton numa disposição da Lei Helms-Burton

EDITORIAL

O discurso das omissões

Os chamados debates sobre o estado da Nação, de invenção e modelo cavaquistas, sempre serviram aos governos do PSD para fazer propaganda, iludir os verdadeiros problemas do povo e do país e tentar atenuar os descontentamentos.

Não há, no entanto, memória de um anterior debate sobre o apelidado estado da Nação em que a intervenção do Primeiro-Ministro omitisse, de forma tão flagrante, praticamente todos os grandes problemas com que os país se defronta nos planos económico, social e político, como o discurso de António Guterres, da passada quinta-feira, na Assembleia da República.

O Primeiro-Ministro pode argumentar que «o Governo fala do que quer». É verdade, mas depois sofre as consequências da crítica.

Alguma coisa de anormal acontece se, num debate sobre o estado da Nação, o Primeiro-Ministro evita abordar a situação económica do país, cada vez mais preocupante, e se entrega a propagandear a execução orçamental, só enganosamente bem sucedida.

Alguma coisa de anormal acontece se o Primeiro-Ministro faz da corrida para a moeda única um desígnio nacional e foge a abordar as consequências ruinosas dessa corrida na agricultura, nas pescas, na indústria, no emprego, nos salários e nas demais políticas sociais do país.

Alguma coisa de anormal acontece se, no momento exacto em que se confirma o rotundo falhanço dos exames nacionais do secundário, o Primeiro-Ministro não assume uma atitude autocrítica perante a Assembleia da República, tratando-se para mais de um dos poucos gestos palpáveis em que se traduziu a sua paixão pela educação.

Alguma coisa de anormal acontece se o Primeiro-Ministro foge a abordar a questão da regionalização, a matéria relativa à segurança dos cidadãos e o combate à droga, que eram importantes compromissos do Programa do Governo.

Estas e outras omissões que encontram eco na presente edição do «Avante!», tornam difícil a «démarche» de certa imprensa e de certos articulistas, que procuram separar o Primeiro-Ministro do insucesso, mais ou menos global, do Governo, atirando este para baixo e pondo aquele a subir. O discurso do estado da Nação traduz um estilo de governar e esse é o do Primeiro-Ministro, António Guterres.

Uma das mais assinaláveis omissões do discurso governamental é sem dúvida a relativa às leis do trabalho.

Três motivos principais nos levam a esta chamada de atenção: a grande contestação do mundo do trabalho à aprovação da lei da flexibilidade e da polivalência; as preocupações e as objecções formuladas a esta lei pelo Presidente da República, no acto da sua promulgação; as novas pretensões anti-sociais que estão a ser apresentadas pelas confederações patronais, em sede da chamada concertação estratégica.

É um bloco de questões que deveria merecer alguma atenção e alguma palavra da parte do Primeiro-Ministro. A falta dela mostra que a apreçada «consciência social» do Governo anda bastante por baixo.

A expressiva, vasta e combativa contestação do mundo

do trabalho à lei da flexibilidade e da polivalência constituiu um claro desmentido a um dos pressupostos com que o Governo defendeu a iniciativa da lei - a de que ela decorria de um acordo de concertação social.

A oposição maciça dos trabalhadores a esta lei, incluindo durante o processo de consulta pública promovido pela Assembleia, confirmaram a justa atitude da CGTP-IN de não ter assinado o tal acordo. Realmente não houve concertação - os trabalhadores ficaram de fora.

Também as preocupações e objecções formuladas em mensagem à Assembleia pelo Presidente da República revestem um carácter inusitado. Lamentando-se, naturalmente, que o teor da mensagem presidencial não tenha tido correspondência na não promulgação do diploma. Mas as suas palavras alertando para os abusos que se podem verificar na execução da lei e para a necessidade de nova legislação que

corrija os seus principais vícios justificavam, plenamente, que no ensejo do debate sobre o estado da Nação, o Primeiro-Ministro se pronunciasse sobre elas.

As novas pretensões anti-sociais que estão a ser apresentadas pelas confederações patronais em sede de concertação estratégica, com propostas de novos ataques aos salários reais e aos direitos dos trabalhadores, ao mesmo tempo que começam a ser cometidos os maiores abusos nas empresas a pretexto da lei da flexibilidade e da polivalência, mesmo antes desta entrar em vigor, mostram como o grande capital é insaciável e se prevalece da protecção que tem recebido do Governo.

Mais uma razão para que a grave situação no mundo laboral e as responsabilidades que o Governo tem contraído perante ela não fossem omitidas pelo Primeiro-Ministro.

Os deputados comunistas participaram no debate do estado da Nação procurando que ele não se reduzisse à oratória propagandística do Governo e às declarações bombásticas e picardias parlamentares com que os partidos da direita - PSD e PP - que comungam no essencial na política governamental, fingem ser oposição.

Os deputados do PCP intervieram declarando explicitamente que ninguém podia esperar que em oito meses de governação fossem resolvidos todos os graves problemas do país e procuraram que estes problemas fossem chamados a debate e ajuizada a evolução verificada.

O acento da oposição do PCP à política seguida pelo Governo do PS foi colocado no facto de ela não representar uma efectiva mudança e de, muito pelo contrário, continuar, no essencial, a política da governação do PSD e estar a conduzir aos mesmos resultados ruinosos.

A este propósito, Carlos Carvalho assinalou que «oito meses de governo do PS já mostram com clareza que é necessário uma nova política».

Em relação a esta, o Secretário-Geral do PCP salientou, reportando-se especialmente à situação socioeconómica, os seguintes aspectos principais: defesa e valorização da produção nacional; dinamização do investimento; melhoria do nível de vida e do poder de compra dos trabalhadores e das populações, que, alargando o mercado interno, dêem novos impulsos ao aumento da produção e ao emprego».

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Socio Pereira Gomes
1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Socio Pereira Gomes - 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA - Av. Almirante Reis - 90,
7.ª A, 1100 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$000. CRC matricula: 47058.
NIF: 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE'S
Editorial «Avante!», SA - Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A,
1100 Lisboa
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira.
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rota - Linho - 2710 Sintra
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B L. 227 - 4470 Maia
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A 1100 Lisboa
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 - Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A 1100 Lisboa
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 - Fax: 815 34 95

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
R. Elias Garcia, 27
Venda Nova - 2700 Amadora
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	EUROPA
50 números: 6 750\$00;	50 números: 24 750\$00
25 números: 3 487\$50	
ESPAÑA	EXTRA-EUROPA
50 números: 13 300\$00	50 números: 39 950\$00
GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE E MACAU	- 50 números: 26 650\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____

Morada _____ Telef. _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

ACTUAL

O papel do aguadeiro

Não, não vou falar de Pina Moura, o que o leitor acharia, por certo, demasiado óbvio.

A expressão «o papel do aguadeiro», muito importante nas provas de ciclismo que dominam o presente calendário desportivo, vem a propósito da corrida para a moeda única que, a avaliar pelo discurso do Primeiro-Ministro no recente debate sobre o estado da Nação, se tornou a primeira prioridade do Governo.

Foi no quadro da desenfreada corrida governamental para a moeda única que António Guterres desafiou Marcelo Rebelo de Sousa a assumir desde já o compromisso de ajudar a aprovar o Orçamento de Estado para 1997.

Fê-lo com o argumento condicionador de que, naquela corrida, é preciso integrar o «pelotão da frente», objectivo lançado por Cavaco e caro à mística laranja.

É verdade que, há semanas, foi o líder do PSD que, sem lho pedirem, veio anunciar solenemente que votaria a favor do próximo Orçamento de Estado para evitar uma crise governativa e a eventual convocação de eleições legislativas antecipadas.

Mas isso foi quando temia uma tal manobra da parte do PS.

Foi, sobretudo, antes de conhecer as sondagens que acusam uma descida abrupta do PS e mesmo de Guterres.

Agora esqueceu e até já se vangloria de que «há transferências do eleitorado do PS para o PSD, o que não acontecia há muitos meses».

É caso para dizer, ao vê-lo tão esquecido daquele anúncio solene e tão ocupado com a disciplina interna e as sanções a aplicar no seu partido, que devia começar por disciplinar a sua loquacidade e sancionar a própria incontinência.

Saliente-se também que, como o debate do estado da Nação mais uma vez demonstrou, na corrida para a moeda única, PS e PSD fazem parte da mesma equipa, vestem a mesma camisola e visam os mesmos objectivos.

Estiveram juntos na aprovação do Tratado de Maastricht e na recusa do referendo defendido pelo PCP e outras forças políticas quando o Tratado foi ratificado na Assembleia da República.

Voltem agora a estar juntos na Comissão de Revisão da Constituição, apesar de toda a

demagogia pró-referendária de Marcelo, na recusa de qualquer referendo sobre o tratado revisto pela CIG, em curso, ou até mesmo sobre a moeda única.

Entretanto, os critérios de Maastricht e as exigências da corrida para a moeda única são, com toda a evidência, tão pesados para o nosso povo e o nosso país, têm tido consequências tão devastadoras em relação aos sectores produtivos nacionais, ao emprego e outras condições sociais do nosso povo, que o PSD, agora que não é governo, compromete-se o menos possível com a sua defesa.

É o seu estilo de sempre!

Por isso, o Primeiro-Ministro talvez se tenha enganado ao basear o seu desafio-apelo para a viabilização do Orçamento para 1997, por parte do PSD, em motivações relacionadas com a corrida para a moeda única.

Para mais, se é verdade que nesta corrida fazem ambos parte da mesma equipa e vestem a mesma camisola, Guterres reserva para si o lugar de chefe de fila e dá a Marcelo o papel do aguadeiro.

■ Carlos Brito

«E tinh'rrazão»

Não vou escrever sobre a política de educação do governo, nem sobre os mais de 6.000 zeros a Matemática, nem sobre os 3.500 zeros a Física, nem sobre os problemas e os dramas criados a todos os jovens do 12º ano, nem sobre as razões que estão na origem destas situações, nem sobre a forma como o governo os encarou, nem sobre as «soluções» que «descobriu». Não direi que tudo isso passou: direi que tudo isso está a passar-se. No entanto, como judiciosamente proclamou a Secretária de Estado, estes maus resultados até «servem de instrumento de diagnóstico», são assim uma espécie de males que vêm por bem, não sei se a entendem, ou seja: detectada a doença agora é só aplicar o tratamento. Até ao passamento do paciente. O que está a acontecer ao governo de Guterres podia ter acontecido (e por acaso aconteceu, mais coisa menos coisa) ao governo de Cavaco, assim se confirmando que, as mesmas causas provocam os mesmos efeitos, também a mesma política provoca as mesmas consequências.

Assim não pensa, entretanto, o senhor primeiro-ministro que não se cansa de assinalar as enormíssimas diferenças que há entre a política que ele está obrando e a que por Cavaco foi obrada. Em matéria de Educação, para não irmos mais longe, há uma significativa diferença que só não vê quem for mudo; enquanto Cavaco tratava a Educação com os pés e não a distinguia, afectivamente, de qualquer outra área, Guterres trata-a talqualmente mal, mas de joelhos em terra, mão no coração e olhos em alvo, dedica-lhe lancinantes declarações de paixão.

Outra diferença considerável é a das gralhas nos testes de exame. De facto, nunca se viu coisa igual: nem nos melhores tempos do cavaquismo. Quase não escapa um teste sem gralha. Os cidadãos que ainda mantêm o perigoso hábito de reflectir perguntam-se: «Mas não haverá ninguém que reveja os textos antes de eles serem impressos e distribuídos aos alunos?» E o teste

seguinte respondia: com mais gralhas. E como se isso não bastasse, as omnipresentes gralhas chegavam mesmo a ressuscitar nos textos corrigidos.

Consta que o governo em peso, armado de potentes lupas, passou a vasculhar os textos palavra a palavra, letra a letra. Mas as matreiras gralhas, utilizando uma autêntica tática de guerrilha, escondiam-se à passagem das lupas e reapareciam lá à frente ou lá atrás, prontas a ser distribuídas aos examinados. Consta ainda que às tantas a governamental desorientação atingiu tais extremos que até os palavrões que se ouviam tinham gralhas. Consta igualmente que sempre que o Primeiro Ministro, desesperado por dentro mas cheio de optimismo por fora, repetia e repetia «a minha paixão é a Educação» logo aparecia um solícito Secretário de Estado (talvez o factotum Pina Moura) a corrigi-lo discretamente: «Paichão, senhor Primeiro-Ministro, paichão». Consta, finalmente, que o poema que dá o título a este texto e que tem sido atribuído a Alexandre O'Neill (que o teria escrito há 34 anos) foi, afinal, produzido pelos Estados Gerais do PS e constitui a base fundamental da política educativa do governo:

«Anda meu Silva, estuda-m'aleção,
vêsse-te instruz, rapaj, qu'ainstrução
é dosprito upão!

Ou querch ficar pra sempre inguenorantão?

Poin os olhos no Silva teu irmão.

Pensas talvez que não le custou, não?

Mas com'é qu'el fo pedir aumentação ao patrão?

E tinh'rrazão...»

■ José Casanova

Quer Guterres dar um passo em frente?

Enquanto na Assembleia da República, logo à cabeça do seu discurso sobre «O Estado da Nação», como prioridade das prioridades António Guterres, de mão espalmada no peito, garantia: «Comigo, Portugal irá prosseguir, com determinação, o cumprimento das regras que nos permitam aceder à moeda única em 1999», assumindo assim a UEM como sua nova «paixão» (a da Educação já foi...) - a UEM, ingrata, debitava para a comunicação social informações que deixavam com orelhas de burro os louvaminheiros portugueses dos seus encantos e seduções.

Segundo esses números, «apesar dos anunciados sucessos nos indicadores macroeconómicos, inflação, défice, taxas de juro (...) Portugal está cada vez mais na cauda da Europa» (Público 7/7). E os números aí estão a mostrar isso: Portugal em 1995, cresceu apenas 1,9%, contra uma média de 2,4% na Europa, regista um produto per capita

de apenas 60% da média europeia, sendo assim o país mais pobre dos 15, contra 77% da Espanha e 63% da Grécia, que cresceram em 1995, respectivamente, 3% e 2%.

Quer dizer: se as coisas vão mal na Europa, vão ainda pior em Portugal. E na celebrada «corrida para o pelotão da frente», a que Cavaco deu o sinal de partida e em que Guterres se propôs tomar o testemunho na estafeta, Portugal já conseguiu ultrapassar a Grécia... às arrecuas, passando para o último lugar.

Que as coisas vão mal pela Europa da UE é malícia que já não se pode esconder. Até Jacques Santer, o presidente da Comissão de Bruxelas, se queixa: «Com 18 milhões de desempregados, a coerência do nosso modelo de sociedade está em perigo» - gemia ele em Bruxelas no passado dia 29 de Abril.

É caso para dizer: fizeram o mal e agora fazem a caramunha.

Impuseram a construção de uma «Europa» à medida dos interesses do grande capital financeiro (a UEM), com pesados custos sociais, legitimando-a, perante a opinião pública, com acenos a uma «Europa social» que logo viria aí. Mas agora, perante os desastres sociais dessa Europa, para além da caramunha, que fazem?

Na Alemanha, Kohl exige um «pacto para o emprego e a competitividade» com redução dos encargos sociais, flexibilidade acrescida no trabalho e nos salários, aumento da idade da reforma, etc. Na Bélgica, o governo fez aprovar em Maio um «plano de austeridade». Na Itália o governo «centrista» de Prodi promete «rigor e sacrifícios» numa marcha forçada para a UEM. Em Espanha, o governo de direita de Aznar anuncia «ajustamentos orçamentais» à custa de serviços sociais, a par de um programa de «privatizações, liberalização e desregula-

mentação», para «convencer os meios financeiros internacionais».

Ao que parece, estes são os modelos em que Guterres se inspira.

Na Europa Ocidental, o poder de compra e a protecção social da maioria da população estão em queda, o desemprego e a precariedade aumentam, enquanto incham os lucros das empresas, os rendimentos de capitais, os patrimónios e fortunas numa minoria, como o mostra, em França, o último Relatório do Instituto Nacional de Estatística. Estaremos a aproximar-nos do Terceiro Mundo?»

A citação é tirada do número de Julho do jornal francês «Le Monde Diplomatique».

Com o governo de Cavaco Silva, Portugal estava à beira do abismo.

Querirá o governo de António Guterres dar um passo em frente?

■ Aurélio Santos

AMÉRICA
Novidades

São cada vez mais expressivas as manifestações de luta dos trabalhadores dos Estados Unidos contra a degradação da situação social, pelos seus direitos e dignidade. Nos dois últimos anos, multiplicam-se as greves e outras acções, com acento tónico reivindicativo no aumento de salários, mas também pela instauração dum sistema de assistência médica, pela defesa do emprego ou pelo direito à greve. As acções que se desenvolvem, tendo deixado de ser excepção, reflectem crescente disposição para a luta.

A evolução do clima social teve uma expressão de enorme importância nas mudanças que se verificaram na direcção da confederação sindical AFL-CIO. Sendo a maior força organizada, caracterizava-se contudo pela falta de combatividade, a burocracia, o afastamento da base, inclusive por estreitas ligações a grandes grupos económicos. Em crise há muitos anos (de 24% dos trabalhadores em 1979, tinha apenas 15% em 1995), as últimas eleições conduziram a grandes alterações. A nova direcção, constituída depois de acesa batalha entre os sindicalistas, foi eleita em Outubro do ano passado. Ives Housson, jornalista de «L'Humanité», recolheu afirmações significativas do novo presidente John Sweeney que, rejeitando os argumentos do patronato sobre a necessidade de baixar os custos do trabalho em nome da competitividade, denuncia: «Os lucros sobem. A produtividade aumenta. Os rendimentos dos patrões sobem. A Bolsa sobe. Os salários, a assistência médica e as reformas baixam.»

Estas afirmações fundamentam-se em dados concretos. Enquanto que de 1957 a 1973 o salário médio dos trabalhadores americanos mais que dobrou, de 1973 até agora caiu 15%. O processo de concentração capitalista exponencial do número de desempregados. Segundo o «Monde Diplomatique» (Jul. 96), a partir de 1980, as reestruturações, as fusões e aquisições de grande grupos provocam milhares de desempregados e a queda dos salários. Nos últimos 25 anos, o número de trabalhadores a tempo parcial passou de 6% para 12,9% da população activa e a parte dos trabalhadores mal remunerados passou de 8,4% para 23,2% - mais de 1/3 dos trabalhadores activos americanos vivem na pobreza devido aos baixos salários. É, aliás, o insuspeito Jacques Chirac quem afirma, na última cimeira do G7, que muitos empregos criados nos EUA são tão mal pagos que ninguém os aceitaria no modelo social europeu.

Esta a razão por que a central sindical americana lançou uma grande campanha por aumento de salários - «A América precisa de aumentos», a par duma campanha de sindicalização. A dinamização desta campanha nacional, unificando reivindicações, reforça também a capacidade negocial a nível das empresas. Porque nos EUA, tudo se negocia nos locais de trabalho e apenas onde existe sindicato. A inexistência duma legislação de trabalho única, a nível do país, conduz a que o patronato discuta directamente com os «seus» trabalhadores desde os salários à reforma, passando pelos feriados e a assistência médica.

O aprofundamento do mal-estar, da degradação do nível de vida e do emprego, do endividamento das famílias é tal que se repercutiu na campanha presidencial. Pat Buchanan, que foi candidato da extrema direita à investidura pelo Partido Republicano, brama contra as grandes companhias que matam o emprego enquanto fazem lucros record e advoga a expulsão dos imigrantes ou o fecho das fronteiras aos produtos estrangeiros. Bob Dole, seu concorrente e hoje o candidato republicano, é obrigado a descobrir a importância do emprego. Clinton, sabedor do quanto vale a posição dos sindicatos para a sua reeleição, espanta-se com o baixo nível do salário mínimo de cuja revalorização se faz arauto.

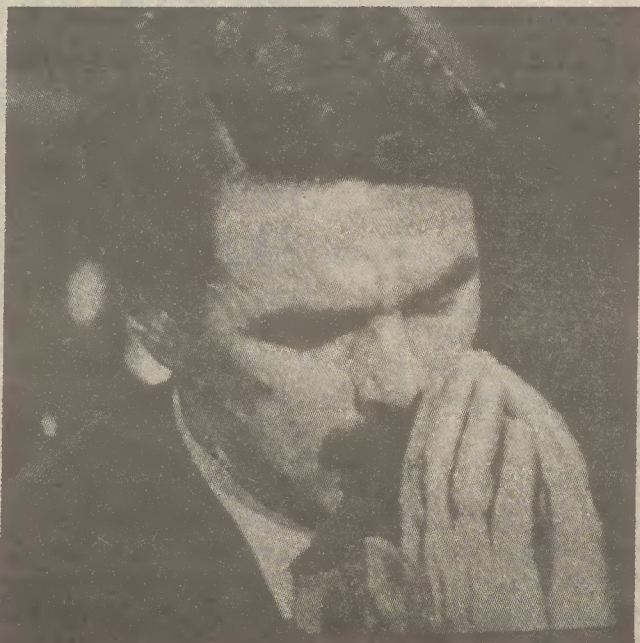
A criação, em Junho, de um Partido Trabalhista e a consigna que um milhar de jovens estudantes e operários vão lançar numa marcha através do país - «fazer dos direitos dos trabalhadores uma questão de direitos cívicos» - abrem novas perspectivas na ligação da luta laboral à luta política.

■ Manuela Bernardino

SEMANA

Espanhóis ao ataque

Foi na cidade desportiva do Real Madrid, e o jogo era ao ataque. Mas não se tratou de desporto o que recentemente se passou ali. Dez mil delegados sindicais reuniram-se e criticaram fortemente a política económica do governo de Aznar. Isto apesar de a formação de direita no poder



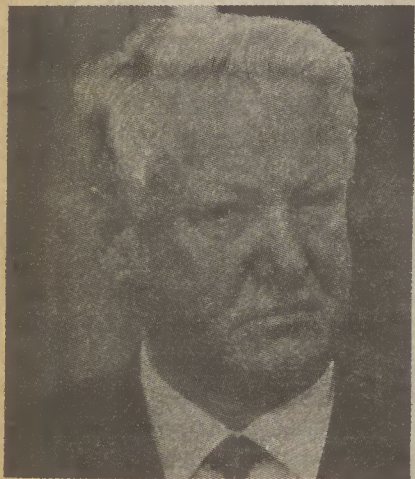
ainda não ter cumprido os cem dias de governação. Os milhares de delegados de empresas públicas - da UGT e das Comisiones Obreras - levantaram os cartões vermelhos e pronunciaram-se contra as privatizações, ameaçando o governo com uma greve geral se a política não for mudada. "Ou o governo muda a sua política ou

nós o obrigaremos a mudar", foi afirmado na reunião. O número de participantes, que excedeu as expectativas de tal modo que muitos não tiveram lugar no recinto, e a determinação que mostraram em prosseguir e endurecer a luta, constituiu uma verdadeira advertência a Aznar e à sua política.

A guerra interrompida

Muitos observadores o esperavam - a paz na Tchetchénia não sobreviveria às eleições russas. Após a vitória de Ieltsin, com efeito, os conflitos reacenderam-se naquela república da Federação Russa. A paz durou apenas algumas semanas, o suficiente para que o candidato Ieltsin conseguisse

averbar uma vitória mediática que certamente teve influência nas presidenciais. Reeleito Ieltsin, as tréguas assinadas em 27 de Maio deixaram de ter valor e recomeçou a ofensiva das tropas federais e os raids aéreos contra as forças independentistas nas zonas montanhosas da região e contra localidades onde rebeldes tchetchenos se encontram cercados. Entretanto, os líderes Tchetchenos desmentiram que as suas forças tivessem quaisquer responsabilidades nos atentados à bomba verificados em Moscovo. Quanto a Ieltsin, esse partiu "inesperadamente" para férias, tendo recebido o vice-presidente americano Al Gore na sua casa de repouso. Esta retirada aumentou as especulações quanto ao estado de saúde do presidente russo, que não foi esperar Gore à chegada.



Mais dinheiro para a Telecom

De uma penada, a Telecom vai passar a receber mais. Em entrevista ao "Diário de Notícias", Murteira Nabo, o mais alto responsável daquela empresa, que revela a intenção de concorrer à segunda

licença de telemóveis no Brasil, anuncia várias outras novidades que encherão a bolsa lá da casa. Uma delas é que a facturação detalhada das chamadas passará a ser apenas enviada a quem pague para

isso. Esta medida, segundo Murteira Nabo, permitirá não só arrecadar dinheiro pela facturação "a pedido" como também toneladas de papel. Quem quiser saber o que paga tem de pagar por isso.

UGT com letras gordas

Os credores da formação profissional impacientam-se com a UGT que, segundo a imprensa revela, deverá cerca de 800 mil contos em letras. Com os juros a aumentarem de dia para dia e com o congelamento de verbas do Fundo Social Europeu à central decidido por Bruxelas, a situação financeira da UGT complica-se. A estratégia será agora renegociar as letras e "desbloquear novos empréstimos". Entretanto, os credores, que parecem conhecer

bem as ligações da UGT ao poder - tenha ele sido laranja ou seja ele rosa - têm-se dirigido ao primeiro-ministro, "invocando o facto", como assinalou o "Diário de Notícias", "de o chefe do Governo ser secretário-geral do PS". Um grupo de seis empresas, às quais a UGT deve cerca de 360 mil contos, escreveu a Guterres "como forma de pressão para recebermos o que nos devem"...

Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

Portugal, Brasil, Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe decidiram ontem, em Lisboa, a criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

A partir de ontem, com a presença dos Chefes de Estado e de Governo respectivos, a língua oficial portuguesa transformou-se na voz comum de cerca de duzentos milhões de pessoas que constituem os povos dos sete países que assinaram este pacto.

Jaime Gama, confirmado como o primeiro presidente do conselho de ministros da CPLP, terá como secretário-executivo e secretário-executivo-adjunto respectivamente o ex-primeiro-ministro angolano Marcolino Moco e o ministro das Finanças e do Planeamento de São Tomé e Príncipe, Rafael Branco.

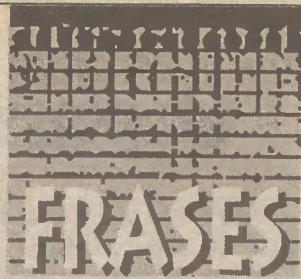
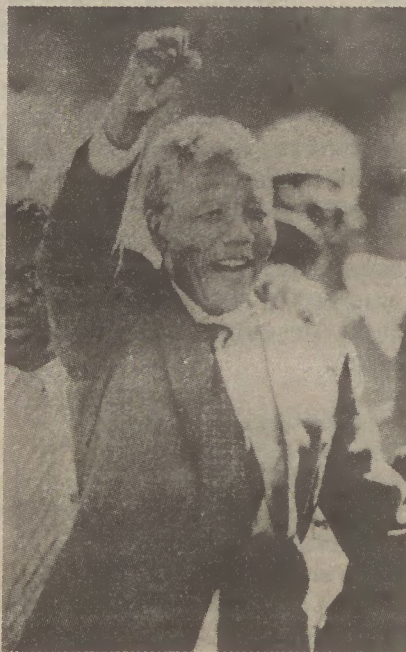
Num mundo ameaçado por crescentes desigualdades e injustiças sociais, pelo alastramento de fenómenos de marginalidade e exclusão social, traduzidos muitas vezes em expressões de racismo e xenofobia, a institucionalização ontem da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa pode representar um passo no estreitar de laços de solidariedade, amizade e cooperação entre os povos que a constituem.

Mandela na Europa

Nelson Mandela, Presidente da África do Sul, foi recebido na Grã-Bretanha e em

França pelos respectivos chefes de Estado. Mandela discursou em Westminster Hall, con-

siderando a visita como o encerrar de um ciclo que levou séculos a fechar, não deixando de referir o papel da colonização britânica na origem de regimes de supremacia racial em África. O Presidente da África do Sul foi recebido mais tarde em França pelo Presidente Chirac, em plenas comemorações do 14 de Julho, efeméride da tomada da Bastilha, data culminante da Revolução Francesa.



"A abertura ao diálogo descompromiu a sociedade portuguesa. Mas continua sem se ver aquela meia dúzia de corajosas medidas de fundo que marcam os governos que fazem história."

(Mário Bettencourt Resende - «Diário de Notícias», 12.07.96)

"É a crise da sociedade que cria os problemas do ensino. A reprovação de 70 por cento dos alunos no acesso à universidade é uma afronta à juventude. Eles não podem ser questionados sobre matérias que não aprenderam. Queremos um ensino de sucesso, de valores e de valorização social do trabalho."

(Manuel Lopes, porta-voz da CGTP, citado em «Público», 16.07.96)

"O Governo é o mesmo de 1 de Outubro. Espero que o PP também o seja."

(António Guterres, no debate sobre o "estado da Nação" - «RTP 2», 11.07.96)

"Atenção, senhor deputado, fale baixinho ou não diga que este Governo é de esquerda. É que o primeiro-ministro pode ouvi-lo e ainda o chama a capitular!"

(Carlos Carvalhas, no debate sobre o "estado da Nação", dirigindo-se ao deputado Francisco Assis, do PS - «RTP 2», 11.07.96)

"Já agora, diga-me uma coisa: o sr. primeiro-ministro está apaixonado ou chocado com as notas das provas de acesso?"

(idem, dirigindo-se a António Guterres - «RTP 2», 11.07.96)

"O senhor teve o cuidado de advertir que o seu discurso não é o do oásis. Mas eu, ao ouvi-lo, pensei que fosse o de Pangloss. Isto é "vivemos no melhor dos mundos"."

(idem, dirigindo-se a António Guterres - «RTP 2», 11.07.96)

"A propósito: já devolveu o cheque ao senhor António Champalimaud?"

(idem, dirigindo-se a Manuel Monteiro - «RTP 2», 11.07.96)

"As hipóteses de o PP crescer com Paulo Portas são poucas. Em contrapartida, as hipóteses de o PP crescer com Manuel Monteiro são nulas."

(Constança Cunha e Sá - «O Independente», 12.07.96)

"Penso que a demissão do Dr. Paulo Portas é um acto legítimo, que prefiro analisar como mais um contributo do Paulo para o crescimento de um projecto político de que ele é co-autor."

(Jorge Ferreira, líder parlamentar do PP - «Semanário», 13.07.96)

"Apoiaria uma recandidatura de Marcelo (Rebello de Sousa), em qualquer circunstância, mesmo que Santana Lopes se recandidatasse."

(Luís Filipe de Menezes, citado em «Expresso», 13.07.96)

"De todas as críticas que me fazem, de tudo aquilo de que me acusam, o que mais me custa é não ser intelectualmente reconhecido."

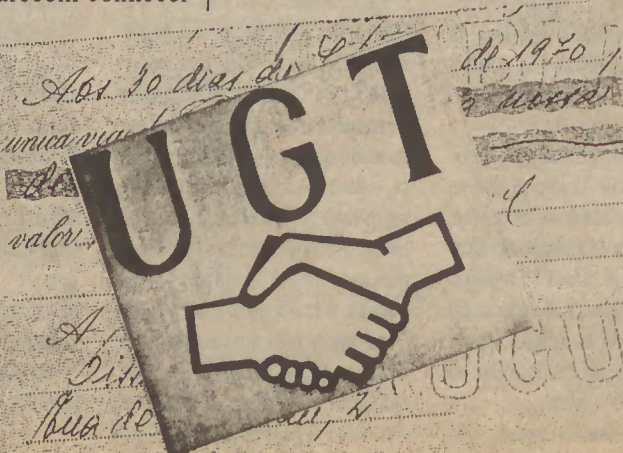
(Artur Albarran - «O Independente», 12.07.96)

"Só se lembram de me citar quando digo asneiras."

(Jacques Chirac, Presidente francês, citado em «Expresso», 13.07.96)



PORTARIA N.º 483/79



Desastre no Ensino

«Paixão» de Guterres é «Amor de Perdição»

Os exames nacionais do 12º ano, realizados no final deste ano lectivo, saldaram-se num desastre cuja amplitude apenas o Ministério da Educação parece não ver. Em contrapartida, as opiniões

generalizam-se no diagnóstico da situação: professores, alunos e pais, através das respectivas organizações, criticam acerbamente o Governo do Partido Socialista por ter posto em andamento um esquema de avaliação dos alunos do 12º ano herdado do Executivo de Cavaco Silva cujos mecanismos eram altamente contestados - inclusive pelo próprio PS, quando em campanha eleitoral. Os resultados aí estão: níveis de reprovação alarmantes, provas mal elaboradas, confusão generalizada no processo de exames, recurso desorientado a bonificações de pontuação que, além de insuficientes para minorar o desastre, distorceram ainda mais todo o processo, prejuízos graves em todas as escolas do Secundário pelo encurtamento forçado do ano lectivo.

Zurzida por um vendaval de protestos e reclamações, a «paixão» pelo Ensino afirmada por António Guterres transformou-se, no mundo escolar e na crueza dos factos, num pernicioso «Amor de Perdição».

A Federação Nacional dos Professores (FENPROF) foi clara na análise da confusão que se instalou no País com estes exames nacionais do 12º ano, começando por recordar em conferência de Imprensa - e quando a catástrofe dos chumbos eclodiu por todo o lado - que estes exames nacionais nas disciplinas do 12º ano de escolaridade (que completaram a «reforma» cavaquista no Ensino definida há três anos pelo despacho normativo nº 338/93) tinham «mecanismos de avaliação externa» que foram logo «objecto de sérias dúvidas por parte de muitos professores».

Pormenorizando essas reservas, a FENPROF recordou que «à extensão de muitos dos programas contrapôs-se a redução do tempo útil da aprendizagem, como consequência da realização das provas globais nos 10º, 11º e em parte do 12º anos, com uma complexa estrutura de «exames internos», obrigando ao sacrifício de boa parte do 3º período lectivo».

Como «acto final de um percurso conturbado», estes exames do 12º ano tornaram-se «um lamentável e bizarro espectáculo: sucessão inimaginável de provas com gralhas, erratas ou falta de dados necessários à solução das questões», tudo elaborado e executado sem, ao menos, atender às sugestões atempadamente feitas pela FENPROF, que apontavam para «as vantagens de provas mais flexíveis, com questões em alternativa, certamente mais adequadas aos percursos dos alunos».

E deixa clara uma exigência: «É necessário que o Ministério da Educação e os demais parceiros do processo educativo questionem todo o «edifício da reforma» o que se ensina, como se ensina, para que se ensina, a avaliação dos alunos, etc.». E especifica: «Obviamente, a alarmante situação a que chegou o sistema educativo é fruto de uma «reforma» que se revelou inadequada e das práticas governativas do cavaquismo que consideraram a Educação não como um investimento mas como uma despesa a evitar.» Mas adverte: «A FENPROF não deixará de responsabilizar o Governo e a actual equipa do ME se eles não apostarem, com rigor, na alteração da situação actual do sistema educativo. O futuro do País assim o exige.»

«Os factos batem à porta»

«Na hora dos factos baterem à porta, é preciso chamar a atenção do País para a evidência de que em relação às questões fundamentais o Ministério da Educação, ou não tem estado a intervir, ou não tem estado a intervir bem», acusou o PCP na conferência de Imprensa que realizou sobre os exames nacionais do ensino secundário e o acesso ao ensino superior, no passado dia 11.

Considerando que «o Ministério da Educação não pode continuar a ignorar o

estado deplorável a que a «reforma» educativa, promovida durante uma década, conduziu todo o sistema educativo, o PCP observou que «em relação a uma matéria tão estruturante para a vida escolar e tão importante para os alunos, como a avaliação das aprendizagens no ensino básico e no ensino secundário, e como o sistema de acesso ao ensino superior, não é compreensível e é indesculpável que o actual Ministro da Educação não tenha introduzido quaisquer alterações em relação à política dos seus antecessores do PSD» e que, «surdo às observações e críticas que as organizações de docentes, de estudantes, de pais, e que o PCP também lhe dirigiu - se tenha limitado a aplicar os planos de Couto dos Santos e de Manuela Leite, de introdução de uma acrescida e artificial selectividade no ensino secundário, como forma de limitação económica do acesso dos alunos ao ensino superior».

Referindo concretamente estes exames do 12º ano, o PCP assinala que «o descalabro das classificações de algumas disciplinas do ensino secundário vieram, infelizmente, confirmar as sucessivas prevenções e alertas que o PCP fez nos últimos meses em relação à «grave inadequação» e à «insensatez» das orientações adoptadas pelo Ministério da Educação em relação à finalização do ensino secundário e ao acesso ao ensino superior».

Duas atitudes

O PCP reivindica que se tomem duas atitudes, «perante os incalculáveis prejuízos que atingem uma parte significativa da geração que deveria terminar este ano o ensino secundário e entrar no superior».

A primeira, «a de exigir responsabilidades políticas ao Ministério da Educação e ao Governo pela situação criada, pela sua obstinação em aumentar a selectividade na finalização do ensino secundário e no acesso ao ensino superior, desligada da melhoria efectiva das condições de aprendizagem dos alunos».

A segunda atitude que se impõe ao PCP «é a de propor um conjunto de medidas que possam ainda minorar as consequências negativas das opções políticas e da incompetência do Governo e, com um mínimo de justiça, salvar a finalização do ensino secundário e o acesso ao ensino superior de muitos milhares de alunos» (ver página 16 desta edição, onde essas medidas são explicitadas).

O PCP recorda que «não se pronunciou apenas muito negativamente em relação às orientações adoptadas pelo Governo em matéria de exames do 12º ano. «Contrapusemos também», recorda o PCP, «que a classificação do ensino secundário não passasse pela realização dos exames nacionais, mas que dependesse exclusivamente dos processos e resultados da avaliação interna conduzidos nas próprias esco-

las» e, quanto ao acesso ao superior, que «num quadro de eliminação em três anos lectivos do *numerus clausus* no acesso ao ensino superior público, a entrada neste grau de ensino continuasse a ser realizada, como está previsto na Lei de Bases do Sistema Educativo, através de provas de âmbito nacional e específicas para cada curso ou grupo de cursos».

O PCP «alerta, entretanto, para as operações em curso, de branqueamento das responsabilidades do Governo, de manipulação dos resultados dos exames nacionais (já iniciada com a decisão de atrasar a sua divulgação) ou da insensata e injusta imposição de «níveis-padrão» de reprovações».

Os protestos alargam-se

Entretanto, os protestos e as reivindicações alargam-se, mobilizando professores, alunos e pais face ao descalabro destes exames do 12º ano.

A JCP propõe «a anulação dos resultados dos exames de finalização do Ensino Secundário, à excepção dos casos em que estes permitam uma classificação superior ao estudante, substituindo-os pelas classificações internas de cada disciplina», e que «os resultados dos exames nacionais da disciplina-base e da(s) disciplina(s) específica(s) de cada curso sirvam apenas para efeitos de candidatura de acesso ao Ensino Superior», propostas a que a DORAL da JCP acrescenta «a abolição dos exames nacionais e das provas globais a partir do próximo ano lectivo e a reinstauração da avaliação contínua, essencial para a igualdade de hipóteses de êxito escolar e para o estímulo ao desenvolvimento pessoal dos jovens».

Por outro lado, a Federação Regional de Lisboa das Associações de Pais decidiu «manifestar o seu mais vivo repúdio pelas decisões do Júri Nacional de Exames relativas às condições de realização da segunda chamada das provas de matemática e de química», «exigir que os alunos possam prestar as provas da segunda chamada sem pôr em causa as classificações obtidas na primeira, no caso destas lhes serem mais favoráveis» e «exigir ainda que sejam atendidos os casos em que os alunos não puderam, comprovadamente, comparecer à repetição das provas».

Paulo Sucena

Há que «reformar» a Reforma!

Paulo Sucena, secretário-geral da FENPROF, considera que o pano de fundo desta escandaleira dos exames do 12º ano está na «Reforma» do sistema educativo posta em andamento pelo cavaquismo, prosseguida pelo actual Governo e a que urge pôr termo. «É preciso «reformar» esta Reforma», afirmou-nos, assinalando que «as reformas não se fazem no papel nem com boas intenções. Tal como não se fazem com escolas superlotadas, turmas a exceder os 30 alunos, assente na inexistência ou incipiência de bibliotecas, na falta de laboratórios, etc., etc., que é o que caracteriza o panorama do ensino em Portugal, nomeadamente o Secundário». E acusa o actual Ministério da Educação em «seguir na esteira do anterior, não tomando medidas concretas que permitam alterar os referidos contextos em que trabalham professores e estudantes».

Recorda também que não foi por falta de advertências e sugestões da FENPROF que o actual Ministério da Educação do PS abriu caminho a este descalabro nos exames do 12º ano: «No final do 1º período deste ano lectivo alertámos o ME para o que poderiam ser as consequências negativas desta avaliação agora realizada, em 16 de Fevereiro deste ano o Conselho Nacional da FENPROF fez desafio público ao ministro para vir discutir a Reforma e, em 10 de Abril, numa reunião com o

Ministro e os Secretários de Estado, advertimos que estávamos a prever um desastre, não só em relação a estes exames do 12º ano, como também em relação aos 10º e 11º anos, visto termos dados concretos de que havia casos de incumprimento de programas e situações muito heterogéneas no País. Havia também dados de que começava a gerar-se grande angústia entre os professores, ao ponto de muitos deles tomarem a iniciativa de dar aulas suplementares aos seus alunos, o que, em escolas superlotadas - e são numerosas - se tornava impraticável. A tudo o Ministério fez orelhas moucas e o resultado está à vista.»

Paulo Sucena destaca também que a FENPROF alertou o Ministério para as consequências perversas provocadas pela sua decisão em realizar as provas globais a nível de escola, o que teve como efeito directo o encerramento do ano lectivo em Maio. «Tal encurtamento do ano lectivo», disse, «só veio agravar o atraso acumulado nos cumprimentos curriculares, impondo um profundo desarranjo no ano lectivo. Teria sido aconselhável - e dissemo-lo atempadamente - que os exames se realizassem por turma e por professor e que tudo aconselhava a que não se encurtasse o ano lectivo. Foram palavras ao vento...»

NACIONAL

Em diálogo com os Açorianos

Uma mão cheia de iniciativas

Actualmente, o Movimento Kairós, dos Açores, assegura mais de 70 postos de trabalho permanentes em diversas áreas. Nascido da cooperação dos Centros Sociais Paroquiais de São Pedro, São José, Matriz, Fajã de Baixo, Relva, Ribeira Grande e Salsa, o Movimento Kairós assume hoje a forma cooperativa e tem como objectivo essencial o desenvolvimento de actividades económicas que possam assegurar a criação de postos de trabalho.

Esta uma das experiências e realidades contactadas estes dias pelo coordenador do PCP/Açores, José Decq Mota, e outros dirigentes da CDU, no âmbito das iniciativas "Em diálogo com os Açorianos". Iniciativas que têm proporcionado o aprofundar do conhecimento de múltiplos aspectos da realidade açoriana e o avançar de propostas adequadas.

Realizou-se igualmente um encontro com a direcção da Associação Ambientalista "Amigos dos Açores", em que se referiu a intenção da CDU de propor a concentração de competências de todas as áreas ligadas aos recursos naturais e à protecção do ambiente num único departamento governamental.

Na Câmara da Ribeira Grande, ressaltou a grande necessidade de haver mais investimento público regional no Concelho, que permita em particular a correcção das desigualdades profundas e a satisfação de carências diversas.

Áreas e questões como a habitação, o desemprego, a vareante da Ribeira Grande, o Porto de Pesca de Rabo de Peixe, a construção de polivalentes, a melhoria das instalações da Escola Secundária, a construção de um Centro de Saúde na zona Oeste do concelho e a construção de instala-

ções desportivas - foram algumas das necessidades referidas como mais urgentes. O PCP/Açores comprometeu-se a fazer tudo quanto estivesse ao seu alcance para que seja viabilizada a Escola de Formação de Pescadores de Rabo de Peixe.

Em Vila Franca do Campo as prioridades vão para questões como a pesca artesanal e os apoios, nos planos fiscal e do custo do crédito, às empresas regionais.

Na visita efectuada ao Centro de Saúde manifestou-se a profunda preocupação, por parte da CDU, "pela tendência que está instalada de desvalorização dos cuidados primários de saúde e que é visível pelo decréscimo de médicos, enfermeiros e técnicos ao serviço dos Centros de Saúde".

Na sequência da visita à freguesia das Furnas a CDU comprometeu-se a fazer esforços redobrados "no sentido da



Avenida Marginal, em Vila Franca do Campo

valorização de todo o vale das Furnas", numa óptica de respeito pela preservação ambiental.

A necessidade de quantificação das despesas que a insularidade gera - custo de vida acrescido - surgiu no encontro com o Sindicato da Função Pública, STAL, Sindicato dos Professores e Sindicato dos Enfermeiros, em que se sublinhou a necessidade urgente de reposição da Remuneração Complementar revogada pelo PSD em 1993.

Uma das Medidas Governativas de Emergência que a CDU irá apresentar ao eleitorado e propor na futura Assembleia Legislativa - quer como forma de compensar o funcionalismo regional e local pelo custo de vida acrescido, quer como indicação ao sector privado de que a política remuneratória deve, na Região, ter em conta a diferença do custo de vida face ao Continente.

Alcains Propostas concretas para problemas concretos

Uma crítica à gestão camarária PSD em Castelo Branco e a apresentação de propostas para a solução de alguns dos problemas mais prementes da freguesia de Alcains são dados que ressaltam da análise decorrente da visita da CDU a Alcains com a comunicação social regional, sábado passado.

Alcains é a segunda mais importante freguesia do concelho de Castelo Branco, pelo elevado número de habitantes e pela sua população activa. A

indústria tem um papel determinante - 75 empresas com 1.200 trabalhadores.

A "guerrilha institucional" que opõe uma Câmara PSD à

Junta de Freguesia PS tem vindo a gerar uma situação em que se assiste a "uma certa estagnação".

Neste quadro, a CDU avança com algumas propostas concretas.

Antes do mais, a nível nacional, considera necessário "continuar a exigir ao actual Governo Legislação que dignifique o trabalho autárquico nas freguesias" mediante a "definição de com-

petências próprias e a revisão do regime de permanência a tempo inteiro dos eleitos".

No plano local, "exigir do actual Executivo camarário a transferência de competências e verbas que permitam, em muitos casos, a administração directa pela Junta de Freguesia".

Por outro lado, o trabalho autárquico "tem de assentar numa gestão partilhada e participada pelos agentes locais e pelas populações com uma dinâmica e iniciativa próprias que conduzam ao encontro de soluções concretas para os diversos problemas, exigindo e reivindicando (quan-

do for caso disso) a quem de direito tem a responsabilidade directa por tais soluções".

A CDU considera ainda ser prioritária a elaboração e aprovação do Plano Geral de Urbanização e defende que, a partir destes pressupostos, haverá condições para dar resposta a diversos problemas práticos, nomeadamente o desenvolvimento da zona industrial, alguns problemas ambientais, arranjos urbanísticos e zonas verdes, recuperação do património.

Na área da cultura e desporto, a CDU considera que "tem de haver uma mudança radical na

política camarária, no incentivo à prática desportiva e à realização de iniciativas culturais de qualidade" e defende que a atribuição de subsídios deve "ter por base os indicadores da actividade" das diversas Associações e Clubes de Recreio, a "movimentação associativa que realmente fazem, mediante a apresentação de planos de actividades, contrariando a tendência excessiva do apoio quase exclusivo ao futebol profissional, em detrimento de outras actividades desportivas com muito maior número de participantes".

Breves notícias

Toxicoddependência em debate

Sábado passado, a JCP realizou um debate sobre toxicoddependência, que contou com a participação de Francisco Lopes, da Comissão Política do PCP.

No debate surgiram múltiplas opiniões e interrogações. Por que razão não são tomadas medidas adequadas de combate à toxicoddependência, nomeadamente em relação ao tráfico? A quem interessa esta situação? - foram algumas das questões colocadas.

Um dos intervenientes sublinhou que os comunistas não se conformam "com uma sociedade em que parte dos seus indivíduos seja encaminhada para a droga".

A concluir, os jovens comunistas afirmaram a necessidade de esclarecimento, nomeadamente nas escolas, e da realização de iniciativas e acções que contribuam para a



tomada de consciência, por parte da sociedade, da amplitude e gravidade do consumo e tráfico de drogas, reivindicando uma actuação eficaz do Estado.

A JCP defende que a luta por uma política diferente é essencial e apoia as propostas nesse sentido apresentadas pelo PCP na Assembleia da República.

Acampamento em Sines

Decorreu no passado fim-de-semana, no castelo de Sines, o Acampamento Distrital da Juventude Comunista Portuguesa de Setúbal.

O acampamento contou, ao longo de três dias, com a participação de cerca de duas centenas de jovens.

Jerónimo de Sousa, da Comissão Política do PCP, interveio no jantar-convívio realizado, sábado, no Salão do Povo, em Sines.

Passeio CDU no Porto

Mais de mil pessoas participaram no Passeio das Mulheres CDU do Porto, realizado no passado dia 7 de Julho.

Muitos carros e 18 camionetas, provenientes de vários locais da cidade e de outros concelhos, concentraram-se na Praça da Liberdade, no Porto, de onde rumaram para Vilar de Mouros, num passeio de Verão que já tem tradição.

Emídio Ribeiro, da Comissão Política do PCP, saudou a iniciativa das Mulheres CDU e salientou que o convívio, a Festa, a fraternidade, a alegria - bem presentes nesta iniciativa - são valores que os comunistas gortariam que todos partilhassem.



Centros históricos

Confrontar experiências relacionadas com a defesa dos Centros Históricos é um dos objectivos do Encontro Nacional de Associações do Património Construído, marcado para os dias 11 e 12 de Outubro. A iniciativa é promovida pela Associação de Estudo e Defesa do Património Histórico-Cultural de Santarém, em conjunto com o Grupo de Arqueologia e Arte do Centro, de Coimbra, decorrendo o primeiro dia do Encontro em Santarém e o segundo em Coimbra. Segundo a associação de Santarém, "os Centros Históricos estão a viver um profundo e complexo processo de transformações funcionais, sociológicas e culturais, e é com a consciência disso que importará divulgar análises e confrontar experiências, quer por parte dos que procedem à pesquisa e à divulgação das preocupações patrimoniais e urbanísticas, quer por parte daqueles que intervêm na sua (re)construção".

Juventude da CPLP

S. Tomé e Príncipe apresentou pré-projectos de estatutos e de linhas de acção conjunta para o biénio 1996/98 da Juventude da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (JCPLP). As propostas foram feitas durante os trabalhos da 1ª Conferência da Juventude dos Países de Língua Portuguesa, que decorreu no Centro Cultural de Belém, em Lisboa. Na proposta de estatutos apresentada pela Organização da Juventude de S. Tomé, defende-se que os objectivos devem passar pela promoção de uma "ampla" troca de opiniões, experiências e informações sobre os diferentes sectores nas suas vertentes económica, social, política, cultural e demográfica. Quanto ao pré-projecto de Linhas de Acção Conjunta para o Biénio 1996/98, são avançadas oito propostas destinadas a responder às aspirações dos diferentes membros. A consolidação e institucionalização da JCPLP, promovê-la e expandi-la, promover actividades que visam a valorização cultural natural e plurinacional e ser a impulsora no reforço dos laços humanos e de solidariedade entre todos os povos que usam a Língua Portuguesa são algumas das ideias sugeridas.

Festas de Loures

As festas do concelho de Loures, a decorrer entre 19 e 27 de Julho, terão este ano como lema "Tradição e Mudança" e contarão com um leque diversificado de espectáculos, refere um comunicado da autarquia. Do programa fazem parte espectáculos de música, teatro, dança, circo, exposições de artes plásticas e de artesanato e animação de rua e a recriação de uma feira saloia dos séculos XIX e XX. A cidade de Loures terá vários espaços de animação, destacando-se o "Espaço Comunidades", onde será possível ouvir ritmos africanos, latino-americanos e indianos e vários espectáculos de dança. Está também prevista a realização de uma exposição colectiva da Associação de Pintores Primitivos Modernos intitulada "Loures vista pelos Naifs", que estará patente no Museu Municipal.

Timor-Leste

O vigésimo aniversário da anexação de Timor-Leste pela Indonésia foi assinalado dia 17 em Nova Iorque com manifestações pacíficas junto das Nações Unidas. Uma das manifestações, uma vigília silenciosa junto do edifício das Nações Unidas, foi promovida pelo Movimento Luso-Americano para a Autodeterminação de Timor-Leste. Outra organização, a East Timor Action Network (ETAN), manifestou-se junto da Missão Indonésia nas Nações Unidas. "A ocupação de Timor-Leste pela Indonésia foi possível devido ao apoio político e bélico norte-americano", disse John Miller, coordenador da ETAN, defendendo que os Estados Unidos usem a sua influência para pressionar Jacarta a retirar-se do território.

IC-28

O Núcleo Amador de Investigação Arqueológica de Afife, Viana do Castelo (NAIAA), considera que o argumento "problemas ambientais" não pode servir como justificação do "adiamento sistemático ou mesmo abandono da construção do IC-28". Citando um estudo elaborado em 1991 pela Secretaria de Estado da Construção e Vias Terrestres, a associação refere que "as alterações do estado ambiental na região provocadas pelo empreendimento não são de molde a inviabilizar o projecto do corredor transversal (IC-28) sendo este positivo, comparativamente à alternativa zero (não execução do projecto)". "Parece-nos que os obstáculos a tal construção prendem-se fundamentalmente com interesses privados bem localizados que, embora legítimos, não podem nem devem sobrepor-se ao interesse colectivo, comprometendo o desenvolvimento futuro desta região e a qualidade de vida dos alto-minhos", acrescenta.

Timor-Leste Resistência e boicote aos produtos indonésios

A resistência timorense vai lançar em breve, em diversos países, uma campanha de "combate e boicote" aos produtos indonésios.

A campanha destina-se a assinalar o 20º aniversário da anexação de Timor-Leste pela Indonésia, decretada pelo presidente indonésio, Suharto, num despacho de 17 de Julho de 1976, e deverá concretizar-se em Portugal, Estados Unidos, Canadá, Reino Unido, Irlanda, Austrália, Nova Zelândia, Angola, Moçambique e Canadá.

O drama de Timor-Leste é um claro testemunho da primazia - na cena política internacional - dos interesses económicos sobre quaisquer considerações políticas, como o direito dos povos à autodeterminação e independência, ou tão-pouco humanitárias, sendo neste caso internacionalmente reconhecida a prática quotidiana de violação dos direitos humanos por parte das autoridades indonésias. São os próprios relatórios do Departamento de Estado norte-americano que reconhecem que em Timor-Leste a tortura é coisa rotineira, assim como as "punições cruéis e desumanas".

Os exemplos desta primazia de interesses económicos abundam. Ainda recentemente, em Março deste ano, na Cimeira euro-asiática de Bangueroque, foi de investimentos europeus na Ásia que se tratou. E se algum debate acabou por acontecer em torno de Timor-Leste, mereceu da iniciativa - aliás, con-

troversa - do governo português, na prática nenhum compromisso foi assumido. É verdade que na declaração final se afirma que o diálogo Ásia-Europa deve visar a "promo-

ção dos direitos fundamentais, incluindo o direito à autodeterminação, de acordo com as regras da lei internacional", mas nenhuma medida concreta é tomada nesse sentido. São as relações económicas que saem regulamentadas. Os - vagos - princípios políticos são para deixar no papel.

Quando da passagem do 20º aniversário da invasão e anexação de Timor-Leste pela Indonésia, em Dezembro de 1995, realizou-se em Estrasburgo, por iniciativa dos eurodeputados comunistas, um debate sobre a violação dos direitos humanos no território maubere.

A proposta então apresentada pelos promotores da iniciativa sublinhava a repressão levada a cabo pelas autoridades indonésias e o extermínio de um terço da população de Timor-Leste (200.000 pessoas) durante os últimos 20 anos e apelava ao Parlamento Europeu para que, além de reafirmar a solidariedade com a luta do povo maubere e condenar a ocupação indonésia, defendesse, junto dos Estados membros e na comunidade internacional, a suspensão da venda de armas à Indonésia e toda a cooperação económica com aquele país.

Realidades e exigências que mantêm toda a sua actualidade.



Solidariedade com o povo de Timor-Leste

Campanha de Solidariedade Três primeiros contentores enviados para Luanda

Os três primeiros contentores, com cerca de sessenta toneladas de produtos recolhidos no âmbito da Campanha de Solidariedade com as Crianças Angolanas, foram transportados do Porto de Lisboa, segunda-feira, prevendo-se a sua chegada a Luanda, dentro de quinze dias.

São cerca de vinte toneladas de arroz, vinte toneladas de feijão, farinha, açúcar, sal, leite em pó e outros produtos alimentares, dez toneladas de material escolar, cinco toneladas de brinquedos e cinco toneladas de roupas, estando ainda por carregar entre oitenta a cem toneladas do mesmo tipo de produtos, cujo envio está previsto para o mês de Agosto.

Uma delegação da Campanha irá a Luanda, para acompanhar a recepção destes três primeiros contentores - procedimento que se repetirá com os restantes carregamentos.

Em Angola, a delegação da Campanha procederá à entrega simbólica dos produtos recolhidos à

ONG angolana "Mundo do Amor", iniciando depois a sua distribuição - com o apoio do Ministério da Assistência e Reinserção Social - pelos objectivos definidos.

Numa primeira apreciação desta Campanha de Solidariedade, lançada no passado dia 15 de Abril no Chapitô, a Comissão Coordenadora da Campanha considera que foram plenamente alcançados os seus objectivos, "seja pelas adesões e pelos apoios que conseguimos, seja pela extraordinária participação nacional, seja ainda pelo volume dos produtos recolhidos".

Amanhã, sexta-feira, pelas 21,30 horas, no Cine-Teatro do Casino Estoril, irá decorrer um espectáculo de encerramento da campanha, com a participação solidária de artistas portugueses e africanos. Paralelamente ao espectáculo, será feito um primeiro balanço da Campanha e angariados mais fundos para compra de medicamentos.

SOLIDARIEDADE CRIANÇAS ANGOLANAS AGORA!

A ESPERA DE UM DIA MELHOR PARA AS CRIANÇAS ANGOLANAS

Espectáculo de encerramento da Campanha

Sala do Cine-Teatro do Casino Estoril, dia 19 sexta-feira, 21,30 horas.

Participam:
Carla Correia, Carlos Martins e a Orquestra da Lusofonia,
Catila Mingas, Filipe Mukenga, Otis, Paulo de Carvalho, Sara Tavares e os Showt, Tabanka Jazz, e Tito Paris.

Produção de José Zambujal
Apresentação de Cândido Mota.

TRABALHADORES

ATROPELOS

João Carlos Novo, administrador da Motofil, insultou e tentou atropelar dirigentes do Sindicato das Indústrias Eléctricas do Centro, que no dia 8 distribuíam à porta da empresa o jornal «Circuito». A denúncia pública foi feita pelo SIEC, que recorda que o mesmo administrador da empresa de motores e fios de Aveiro teve atitude semelhante, há 4 anos, contra sindicalistas que distribuíam aos trabalhadores um comunicado sobre a contratação colectiva. A Motofil tem pendente um processo em tribunal, depois de um auto de notícia da Inspeção de Trabalho, por a empresa se recusar sistematicamente a aplicar o contrato colectivo do sector (fabricantes de material eléctrico e electrónico).

PERSEGUIÇÃO

O presidente da CM de Fafe tem cometido «actos de perseguição» a um dirigente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local, que regressou ao serviço depois de ter ganho um processo contra o executivo municipal. A decisão do tribunal obrigou o presidente a anular o despacho que transferia o funcionário para a empresa Indáqua (a quem foi entregue a exploração da rede de água no concelho).

De regresso à Câmara, o sindicalista foi mudado do seu local de trabalho, em instalações isoladas e sem um mínimo de condições; o presidente impôs-lhe ainda um novo horário de trabalho, desfasado dos restantes trabalhadores.

A direcção regional de Braga do STAL denunciou na semana passada este «comportamento nada democrático de um presidente que se diz republicano e socialista», afirmando que tudo fará para combater tais actos.

IMPUNIDADE

Na Fábrica de Produtos Estrela as idas dos trabalhadores à casa-de-banho continuam a ser controladas por um funcionário que apenas tem essa tarefa. Esta situação mantém-se mesmo depois de a empresa ter perdido um processo judicial, dos 5 interpostos pelos trabalhadores que sofreram sanções por terem utilizado «por tempo de mais» o WC. O Sindicato dos Metalúrgicos do Porto afirma que «a situação de repressão e mal-estar entre os trabalhadores é cada vez mais grave, sem que as entidades competentes, nomeadamente a Inspeção Geral do Trabalho, ponham fim a esta repressão psicológica».

PRECARIEDADE EM SANTARÉM

Estatísticas oficiais recentemente fornecidas à União dos Sindicatos de Santarém revelam que a mão-de-obra do distrito é, em média, pouco qualificada e sujeita a uma elevada precariedade dos vínculos laborais. A USS/CGTP considera que os dados do Ministério para a Qualificação e o Emprego, referentes aos quadros de pessoal de 1994, confirmam as denúncias sindicais «quanto à ausência de políticas de valorização da mão-de-obra e de modernização do aparelho produtivo e/ou aposta de instalação de novas actividades com elevado índice tecnológico e geradoras de postos de trabalho altamente qualificados». Dos 71386 trabalhadores ao serviço das empresas do distrito, apenas 60035 estavam efectivos, o que produz uma taxa de precariedade de cerca de 16 por cento. Mais de 30 por cento eram profissionais semiqualeificados ou não-qualificados. «Para que serviram os milhões que o patronato tem arrecadado para a formação profissional?» - pergunta a União.

RENAULT/CACIA

As recentes eleições para a comissão de trabalhadores e sub-CT da fábrica da Renault em Cacia, com uma participação elevada e superior à registada em anteriores actos eleitorais, foi saudada pela comissão concelhia de Aveiro do PCP. Em nota à comunicação social, a concelhia considera que o resultado da lista unitária «reflece a elevada consciência de classe dos trabalhadores e a sua determinação para a continuação da luta pela defesa dos seus direitos», nomeadamente contra futuras novas tentativas de aplicar na empresa a flexibilidade e a polivalência.

SOLIDARIEDADE

As lojas Zara, em Espanha, têm vindo a pressionar trabalhadoras para que aceitem a redução, a metade, dos horários e salários. As recusas já foram seguidas de alguns despedimentos. Ao longo desta semana, têm decorrido concentrações junto das lojas em Vigo, alargando-se na próxima semana a outras cidades galegas. Na passada segunda-feira, por iniciativa da federação do Comércio (FEPACES), teve lugar uma acção de protesto em Lisboa, junto à loja na Rua Augusta, que contou com a participação de três trabalhadoras espanholas despedidas da Zara e sindicalistas das Comissões Obreras e da CGTP. «Lá como cá, a repressão é o meio encontrado pela Zara para, precarizando o emprego, fazer subir os lucros da exploração comercial», afirma a federação, referindo que no nosso país aquela cadeia dispõe já de mais de duas dezenas de lojas «onde são conhecidos os ritmos e as condições de trabalho da esmagadora maioria dos jovens trabalhadores ao seu serviço».



A iniciativa dos representantes dos trabalhadores da zona oriental terminou com um corte de estrada simbólico na rotunda frente à Baptista Russo

Contra a degradação na zona oriental de Lisboa

Com o objectivo de exigir «medidas concretas e urgentes» que ponham termo à destruição do aparelho produtivo e do emprego na zona oriental de Lisboa, sindicalistas e membros de comissões de trabalhadores de dezena e meia de empresas reuniram-se anteontem num dos pontos de maior movimento daquela área.

O encontro foi promovido por sindicatos do distrito, pela USL/CGTP e pela coordenadora das CTs (CIL), reunindo representantes dos trabalhadores da Dialap, da Baptista Russo, do Entreposto, da Nacional, da Renault, da Indep, da EPAL, da Carris, de A Capital, da Codifar, da GDP, da Metalúrgica Luso-Italiana, da Produtos Corticeiros Portugueses e dos Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas. Sobre os problemas que se vivem em cada uma destas empresas foram feitas breves intervenções.

Arménio Carlos, coordenador da União dos Sindicatos de Lisboa e membro da Comissão Executiva da CGTP, na intervenção final, fez uma forte crítica à ausência dos grandes meios de comunicação social, que não mostram interesse em tratar os problemas dos trabalhadores. Mas criticou sobretudo o Governo, que conquistou votos com a promessa de mudança e mantém as linhas essenciais da política do PSD.

A deslocalização de muitas empresas, devido à preparação da Expo'98 ou tomando a Expo como pretexto, tem provocado «graves problemas de desemprego e de desrespeito pelos direitos sindicais», enquanto a especulação imobiliária está a deixar sem empresas grande parte da zona oriental - protesta-se numa moção aprovada pelos membros de ORTs e que

dá como exemplo a Avenida Infante Dom Henrique, em mais de dois terços ocupada por instalações de empresas que deixaram de laborar.

Fotal

Completado dia 11 um mês de luta dos trabalhadores da Fotal (Porto) pelo pagamento de salários e por garantias quanto ao futuro da empresa e dos postos de trabalho, o Sindicato dos Gráficos do Norte emitiu um comunicado em que acusa Eduardo Magalhães, administrador e principal accionista da empresa, de manter «uma atitude inadmissível de demissão das suas responsabilidades». O sindicato reafirma o seu empenhamento em garantir a viabilização da empresa e a salvaguarda de cerca de 75 empregos, registando que «até ao momento, os resultados e respostas das entidades oficiais têm sido pratica-

mente nulas».

Pescadores

Alertar para o facto de o Governo ter retirado o projecto de lei sobre o regime jurídico do contrato individual de trabalho a bordo das embarcações de pesca foi o principal motivo do plenário de pescadores convocado para o passado sábado, na lota de Matosinhos, pelo Sindicato dos Trabalhadores da Pesca do Norte. Esta foi a primeira de um conjunto de reuniões que os sindicatos e a federação do sector vão promover para exigir «a aprovação imediata de um regime jurídico laboral para o sector, justo, sem cedências às pressões feitas pelos armadores, cumprindo-se assim as promessas eleitorais feitas aos pescadores», como referia um comunicado do STPN.

SN Longos

Os trabalhadores da Siderurgia Nacional Empresa de Produtos Longos aderiram em massa à luta pela aplicação imediata da proposta de aumentos salariais que acordaram com a administração, mas que esta pretende que vigore só depois de ser assinada a revisão das restantes matérias do Acordo de Empresa. A Comissão Intersindical da SN Longos, numa nota de imprensa enviada da fábrica da Maia, protesta contra esta «chantagem» e recusa a retirada de direitos exigida pela administração.

A nota sublinha a «grande unidade entre os trabalhadores» e refere que a greve de 8 horas por trabalhador levou a que as instalações fabris parassem totalmente na Maia e no Seixal. O dia 15, segunda-feira, era apontado como o limite para a alteração das posições da administração, admitindo a comissão intersindical o desencadeamento de novas acções.

Corrente unitária denuncia o «vale tudo» no BFE

A boa situação económica do Banco de Fomento e Exterior (e do Banco Borges & Irmão, do mesmo grupo) desperta a gula do grande capital, o que é mais um motivo de preocupação para os trabalhadores, ameaçados por declarações que apontam para a liquidação de 2 mil empregos com a privatização, cujo processo se iniciou com o PSD e é prosseguido pelo Governo PS.

Ao denunciar esta perspectiva, a corrente sindical unitária dos Bancários no BFE critica severamente a falta de acção da Comissão Nacional de Trabalhadores, que só produziu «palavras, palavras e mais palavras, para tentar mascarar uma completa e total ineficácia» na resposta aos problemas mais sentidos pelo pessoal do banco.

Protestando contra a lei do «vale tudo» praticada pelos responsáveis do BFE, a corrente unitária

aponta, entre outros problemas que exigem resposta firme dos bancários, o aumento e banalização do trabalho suplementar não remunerado, a par da redução do emprego; a intensificação dos ritmos de trabalho e pressões para que seja aceite o aumento ilegal dos horários; a retirada de regalias e a prática de outras discriminações contra quem exige o cumprimento das leis e da contratação colectiva; as consequências negativas da fusão do BFE com o BBI.

«Todos estes problemas, da maior importância para a vida e a evolução da carreira profissional dos trabalhadores e até para o desenvolvimento da empresa, passam ao lado da CNT», constata os membros e apoiantes das listas unitárias, que sugerem aos socialistas e social-democratas: «Façam eleições para a CNT o mais depressa possível.»

TRABALHADORES

CGTP recusa insistência numa política «desastrosa»

Penalização do trabalho é injusta e errada

«Em Portugal, como nos restantes países da Europa, as empresas, em média, estão a obter lucros como nunca desde os melhores anos da década de 60. Não nos venham dizer que é preciso mais e mais sacrifício do factor trabalho» - disse Carvalho da Silva.

A afirmação sublinhou o protesto da CGTP contra a insistência do Governo socialista numa «política económica desastrosa». Em conferência de imprensa dada segunda-feira, o coordenador da central insurgiu-se contra o facto de o executivo de António Guterres pretender «resolver o problema do défice orçamental, no cumprimento dos critérios de Maastricht, mais uma vez, à custa do factor trabalho, à custa dos salários dos trabalhadores», considerando que este «é um caminho errado e a solução para o País não pode de forma alguma ser esta».

Também na Concertação Estratégica se verifica «uma insistência numa linha dominante de pensamento que tem que ser denunciada: a ideia de desregulamentação crescente das relações de trabalho, ou seja, da desvalorização do trabalho na estratégia de desenvolvimento do País».

Ao recusar esta via, a CGTP sublinha que «o factor trabalho não é o culpado dos atrasos na competitividade das nossas empresas ou na modernização do nosso aparelho produtivo» e que se trata de «uma falsa questão e uma atitude violenta contra a dignidade dos trabalhadores e contra a inteligência dos portugueses».

Carvalho da Silva, acompanhado por Maria Augusta de Sousa, Jerónimo Rodrigues, Manuel Lopes, José Ernesto Cartaxo e Adão Mendes, transmitiu aos jornalistas as principais conclusões da reunião da Comissão Executiva (que volta a reunir no dia 29), onde esti-

certação, os problemas do ensino, a luta contra a flexibilidade e a polivalência.

Em oposição à desvalorização do trabalho - defendida por governantes e dirigentes do patronato - a CGTP reafirma a necessidade de melhorar os salários dos trabalhadores portugueses, «por razões de justi-

ça (somos os que menos ganhamos na UE) e para aumento da procura, para impulsionar políticas de crescimento, políticas de desenvolvimento do País».

A Intersindical Nacional recusa submeter-se «à lógica que vem sendo exposta pelo Governo, e em particular pelo

ministro das Finanças, nos últimos tempos, com insistência, de que não há condições para o aumento dos salários», considerando-a «atentatória da dignidade e do direito a uma vida melhor de todos os trabalhadores portugueses».

A insistência nesta política económica está a ser feita «na

base de injustiças gritantes», nota a CGTP, que vê com preocupação o aumento de falências e de encerramentos, totais ou parcelares, de empresas. «O efeito mediático de algumas medidas de políticas activas de emprego não esconde o problema de fundo» apontado pela *Inter*: «As empresas não cumprem as suas obrigações, provocam crises, aumenta o número de trabalhadores com salários em atraso e as crises são despoletadas pelos empresários que, normalmente conseguem, com o actual funcionamento das coisas do poder, conduzir os processos para obterem perdões de dívidas fiscais e à Segurança Social, benesses e benefícios diversos, dinheiros para mandarem mais trabalhadores para rua - tudo se conjuga de forma a empurrar a responsabilidade da manutenção de condições de sobrevivência dos trabalhadores para o orçamento da Segurança Social, essencialmente, e pelo Orçamento do Estado.»

Carvalho da Silva denunciou mais uma vez o facto de que «muitas empresas estão a ser destruídas, mas a generalidade dos empresários não fica na miséria», o que não sucede com milhares de trabalhadores condenados ao desemprego e à exclusão social.

Apontado o trabalho infantil como «a expressão mais vinculada da política de baixos salários», a Comissão Executiva declarou desde já que «não aceitamos duas medidas que parecem querer ensaiar»: a diminuição da penalização pública e a diminuição da criminalização do trabalho infantil. Carvalho da Silva considerou mesmo que «seria escandaloso que se andasse para trás neste caminho».

Cozinhados na Concertação

Para a CGTP, «a chamada Comissão de Acompanhamento do Acordo de Curto Prazo aparece cada vez mais como o espaço dos cozinhados e dos entendimentos pretensamente representativos mas sem representação efectiva na sociedade portuguesa». Ao divulgar as conclusões da reunião de segunda-feira, Carvalho da Silva salientou que «só há concertação estratégica se houver discussão com a sociedade e, até hoje, não há envolvimento da sociedade, não há propostas que o proporcionem, para além de haver uma discussão parcelar muito compartimentada e num contexto de férias ou de proximidade de férias».

Actas de algumas reuniões da Comissão de Acompanhamento, citadas no encontro com os jornalistas, mostram que os participantes «se entretêm a discutir matérias que não têm nada a ver com o acordo de Curto Prazo». Além disso, «não se pode excluir qualquer parceiro social da discussão de conteúdos de relações laborais e acompanhamento da sua execução», considerando a CGTP que a discussão de tais matérias sem a sua participação seria «um absurdo antidemocrático», de forma alguma justificável com o argumento de que não subscreveu o acordo de curto prazo. «Na AR, nenhum partido admitiria ser excluído da discussão de uma matéria por ter votado contra uma proposta, muito menos admitiria ser excluído da discussão de matérias que podem ser estratégicas para a sociedade» - frisou Carvalho da Silva.

Combate duro vai prosseguir

Se o PR interpretasse rigorosamente o sentir dos trabalhadores, teria que vetar o diploma sobre a **flexibilidade de horários** e a **polivalência de funções**, entende a CGTP. «Mas não deixamos de reconhecer que o comentário que fez tem muito significado e é uma demonstração da justiça das posições dos trabalhadores», fez questão de realçar o coordenador da *Inter*.

A experiência de lutas recentes em várias empresas «leva-nos a afirmar que os trabalhadores têm consciência do que se passa, que a sociedade se apercebeu da violência do carácter impositivo desta lei e que os grandes patrões não atingirão os seus objectivos», ressaltando que «este vai ser um combate duro» para o qual o movimento sindical está a preparar-se.

A central defende que «todas as mudanças que se impõem para que não haja abusos devem desenvolver-se no espaço da contratação colectiva a todos os níveis» e recusa «indicações que procuram criar mecanismos alternativos, sem representação dos trabalhadores».

Daqui até ao dia 1 de Dezembro, data da entrada em vigor da lei, os sindicatos vão «continuar a demonstrar o carácter impositivo e violento desta lei». A partir da análise das alterações «introduzidas com a nossa luta», vão avançar com a «interpretação da lei na relação com cada empresa e sector, desenvolvendo uma argumentação que desmonta as teorizações e a interpretação da lei que o patronato quer fazer». Em terceiro lugar, empenhar-se-ão na «grande batalha pela valorização da contratação colectiva e da inclusão aqui de todos os mecanismos que possam ter relação de regulamentação com as matérias da polivalência e da flexibilidade».

Traços de exclusão

A análise da situação social e política feita pela Comissão Executiva da CGTP permitiu verificar que há múltiplas áreas na sociedade, como o emprego ou o ensino, onde surgem medidas ou intenções que «apontam para caminhos extremamente perigosos de aumento da exclusão social».

Carvalho da Silva comentou, a propósito, os recentes problemas na educação, sublinhando que «**não há crise no ensino, há crise na sociedade, que não dá resposta aos problemas e aos anseios dos jovens**». No caso particular da recente avaliação dos alunos do 12º ano, a *Inter* considera que as taxas de reprovação superiores a 70 por cento são «quase a pretensão do sistema político de chamar estúpidos aos jovens deste país».

Mas «os problemas da escola não se situam apenas na avaliação do 12º ano», alerta a Comissão Executiva, que já antes manifestara a sua preocupação face à ideia dos «currículos alternativos». Não passa por esta opção, segundo a CGTP, a solução dos problemas do ensino, já que «o que querem criar é uma escola de elite», evolução que «pode levar a situações de injustiça e à criação de *ghettos* de violência nas escolas, tornando a situação ainda mais preocupante do que é hoje».

Para a confederação, «é preciso que o sucesso da escola se ligue ao sucesso educativo e ao sucesso social dos alunos, que haja na escola uma valorização do trabalho como elemento de dignificação do indivíduo e que haja uma democratização da escola e dos valores que a escola afirma».

Administração Pública previne confusões

Salários para 1997 não dependem do Acordo

«Sem a acção e a pressão dos sindicatos, boa parte das medidas imediatas estaria hoje a ser aprovada com um conteúdo menos favorável aos trabalhadores» e «medidas fundamentais, como a revogação dos disponíveis, estariam ainda por discutir e a maioria das mesas parcelares estaria na estaca zero», afirma a coordenadora da Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública, que reuniu na semana passada para fazer o balanço do cumprimento do «Acordo de compromissos de médio prazo», celebrado em Janeiro com o Governo.

A Frente Comum responsabiliza o Governo «pelo atraso na publicação de medidas imediatas positivas para os trabalhadores e pela sobreposição dos vários processos negociais, de que resulta, nomeadamente, a impossibilidade de encerrar qualquer das mesas parcelares antes de Setembro». Nestes mais de seis meses decorridos desde a assinatura do Acordo, a acção do executivo de Jorge Coelho e António Guterres tem sido «no fundamental, negativa e preocupante», considera a Frente Comum no comunicado que distribuiu segunda-feira.

Recordando que se aproxima o início do processo negocial para a actualização dos salários no próximo ano, a coordenadora sublinha que ele «terá de ser autónomo» e «os sindicatos não permitirão que seja confundido com as negociações relativas à concretização do Acordo».

Desde já são avançados dois pontos que os sindicatos pretendem ver contemplados na revisão salarial de 1997: recuperação dos salários reais e equiparação do salário mínimo da Administração Pública ao salário mínimo nacional. A coordenadora condena «afirmações já feitas por responsáveis governamentais no sentido de condicionar a opinião pública para eventuais cortes orçamentais que se repercutiriam em baixos salários». Por fim, exige do Governo que garanta a pronta publicação das medidas imediatas acordadas com os sindicatos, que respeite integralmente o acordado quanto à revogação da lei dos disponíveis e à extinção do QEI (Quadro de Efectivos Interdepartamentais), bem como quanto à erradicação do trabalho precário.

PCP acusa

O Governo pretende «confundir, premeditadamente, processos negociais referentes a 1996 com os que se aproximam» - acusa o sector da Função Pública do PCP da cidade de Lisboa. Numa nota de imprensa divulgada anteontem, os comunistas consideram «inaceitável que processos encetados aquando do processo negocial para 1996, e dele sendo parte integrante, possam alguma vez ser transferidos pelo Governo PS para o processo negocial relativo às actualizações salariais de 1997».

A diminuição efectiva do poder de compra dos trabalhadores do Estado serviria dois objectivos do Governo: «a imposição de um tecto salarial aos restantes trabalhadores» e «a obsessão do PS pela moeda única e o cumprimento dos critérios de convergência nominal». Mas o que é necessário e o que uma política de esquerda teria que preconizar é «um aumento generalizado do poder de compra dos trabalhadores», defende o PCP.

COIMBRA «Capelinhas» na gestão PSD e PS

Na reunião de quadros que na passada semana realizou, o Organismo da Serra de Coimbra, afirmando que em matéria de Desenvolvimento a situação é a «salve-se quem puder», defende a fixação duradoura das pessoas nas suas terras, através da criação nelas de condições de trabalho e de vida e a instituição de uma Região Administrativa que aproxime «este planeamento das populações».

Enquanto as «capelinhas» em torno das Câmaras Municipais de gestão PSD e PS, das suas Associações de Desenvolvimento, dos serviços e organismos do Estado e suas extensões vão consumindo os dinheiros públicos, os parques industriais estão quase todos desertos, a floresta e agricultura regredem, o turismo não passa das potencialidades e os jovens continuam a procurar emprego noutras paragens.

Sem Regionalização, cada Câmara trata de si e o Estado não investe na nossa zona, que está «cada vez mais longe das regiões desenvolvidas do litoral», afirmam os comunistas da zona serrana de Coimbra.

PORTEL Desemprego preocupa comunistas

Em Portel, a Comissão Concelhia do PCP, analisou na sua reunião de 10 de Julho a situação social e política e a evolução do processo de Regionalização.

As taxas de desemprego no concelho são preocupantes, consideram em comunicado à população os comunistas que denunciam o facto deste não ter sido contemplado com o tão propagandeado Plano Nacional de Rendimento Mínimo Garantido. Também em relação aos POC's - prosseguem - para além de não resolverem os problemas de fundo do desenvolvimento da Região, a sua aplicação é feita de forma discricionária.

Afirmando que, em contraste com a política agora do PS e antes do PSD, o PCP tem apresentado propostas com o objectivo de contribuir para uma nova política, a Concelhia do PCP salienta ainda a grande obra realizada pelos eleitos da CDU, que se traduz por um importante contributo para potenciar o desenvolvimento económico do concelho de Portel e apela aos militantes e simpatizantes do PCP para o seu empenhamento nas iniciativas do Partido em curso.

BEJA Governo ignora promessas

Numa nota à comunicação social, na sexta-feira passada, a Direcção Regional de Beja do PCP denunciou o aproveitamento político que alguns responsáveis governamentais estão a fazer de acções de índole social como são os Programas Ocupacionais (POC's), o Programa de Luta Contra a Pobreza e o Rendimento Mínimo Garantido.

No mesmo dia, o PS, com a «habitual linguagem trauliteira», tentou «contrapor falsidades a factos indelmentáveis», tendo merecido a devida resposta por parte do PCP que, em comunicado divulgado na terça-feira, reafirma tudo o que anteriormente havia dito.

Em relação aos POC's concretamente, para além de atrasos inexplicáveis na sua aplicação, dizem os comunistas, os critérios seguidos na apreciação das candidaturas apresentadas pelas autarquias e outras entidades são pouco claros e com consequências negativas para os trabalhadores desempregados. Mas o mais grave, prossegue a DORBE do PCP, é a tentativa do Governo de atirar responsabilidades exclusivamente suas para cima das autarquias, assistindo «impávido» ao aumento do desemprego e ignorando promessas feitas, designadamente o Plano de Emergência para o Alentejo.

LOURES Deputado pede explicações sobre Olaio

Na passada sexta-feira, após encontro com os trabalhadores da Olaio, o deputado, do PCP, Bernardino Soares, entregou um requerimento ao Governo, pedindo explicações sobre a situação da empresa e o seu futuro.

Também a Comissão Concelhia de Loures do PCP, num comunicado de apoio à luta dos trabalhadores da Olaio divulgado no passado dia 10, referindo a situação desesperada em que estes há muito se encontram - cinco anos sem receberem subsídios de férias e Natal; três sem receberem os complementos de reforma; cerca de três meses sem receberem salários -, denuncia a ameaça, com que agora são confrontados, de um despedimento colectivo de 28 trabalhadores e do desemprego a curto prazo para todos. Na origem desta situação está a gestão ruínoza do actual Conselho de Gestão, considera o PCP, afirmando que há mais de 20 anos que não é feito qualquer investimento em equipamento técnico, enquanto se procede à destruição progressiva da área comercial e à venda a baixo preço de valioso património da empresa. Considerando que a Olaio é viável e necessária à economia nacional, o PCP exige que sejam encontradas medidas que garantam a sua recuperação e viabilização, defendidos os postos de trabalho e pagos salários e dívidas aos trabalhadores.

PCP em Setúbal evoca Michel Giacometti

Dezenas de pessoas participaram na sessão de homenagem a Michel Giacometti, promovida pela Comissão Concelhia de Setúbal do PCP, na passada quinta-feira, em Setúbal.

«No auge da efervescência desencadeada pela Revolução de 25 de Abril, mais de uma centena de adolescentes, de ambos os sexos, passa o Verão de 1975 numa acção concertada de recolha de cultura popular. Foi a resposta a um apelo de Michel Giacometti, o homem que, desde finais da década de 50, percorre Portugal continental captando a voz do Povo» - assim se escreve na obra «Ao Encontro do Povo», da autoria de João Freitas Branco e Luísa Tiago de Oliveira, docentes do ISCTE (Lisboa) nas áreas de antropologia social e de história.

E quer reconstituindo o quotidiano destes jovens «brigadistas» (muitos membros da UEC, como é reconhecido) - no primeiro volume da obra «A Missão» -, quer no desenvolvimento de uma abordagem sistemática do acervo de cultura material então reunido, exemplificando as potencialidades de tratamento e dinamização do património etnográfico existente da estrutura museológica - que preenche o segundo volume «A Coleção» - o percurso do livro leva naturalmente ao Museu do Trabalho Michel Giacometti, em Setúbal, cidade que «o francês corso que mais amou Portugal» (segundo expressão conhecida) escolheu para a sua implementação.

Apresentando as razões da sua escolha, dizia então Giacometti: «(...) Setúbal, meio operário com largas tradições e terra de imi-



gração de população originariamente rural, oferece à partida todas as condições para que um museu deste tipo se imponha, como participa activamente no reencontro de uma população desenraizada com a sua memória colectiva, relançando igualmente a discussão sobre os parâmetros da força e dos meios de trabalho na sociedade do futuro.»

Não é difícil de apreender em que sociedade do futuro Giacometti acreditava e pela qual, à sua maneira, lutou (se bem que sempre em companhia de alguém, sempre em companhia dos outros). Aliás, no seu projecto global, o Museu do Trabalho seria parte integrante de um «Centro de Documentação Operário-Camponesa» cuja inexistência é em parte explicada pelas alterações políticas entretanto verificadas na sociedade portuguesa.

Por tudo isto, a Comissão Concelhia de Setúbal do Partido, no quadro das comemorações do 75º aniversário do PCP, promoveu na passada quinta-feira, no Edifício Arrábida, uma muito concorrida e participada sessão evocativa de Michel Giacometti, em que tomou a palavra, para além de João Freitas Branco e Luísa Tiago de Oliveira, Ruben de Carvalho, deputado e membro do Conselho Nacional do PCP.

No convite que fez a instituições e personalidades, a Comissão Concelhia escrevia que «o percurso de Michel Giacometti não poucas vezes coincidiu com o espaço do PCP em Setúbal».

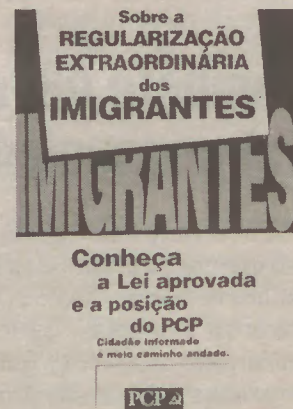
Ou seja, não poucas vezes no antigo Centro de Trabalho de Setúbal do PCP, onde hoje se ergue o Edifício Arrábida!

Legalização de imigrantes Processo lento e ineficaz

Integrado na Campanha de Informação e Diálogo com as Comunidades de Imigrantes, iniciada pelo PCP em 11 de Junho na Área Metropolitana de Lisboa sobre o processo extraordinário de legalização, realizou-se no passado domingo, com a presença de Henrique de Sousa, do Secretariado do CC do PCP, e Manuel Correia, do Comité Central, um encontro com imigrantes de origem africana no Bairro do Forno da Cal, em Idanha-Belas-Sintra.

Henrique de Sousa, tecendo fortes críticas ao Governo pelas deficiências manifestadas no processo de regularização extraordinária de imigrantes ilegais que começou há mais de um mês, referiu a

importante contribuição dada pelo PCP para a melhoria da lei que, aprovada na sexta-feira última na Assembleia da República, concede capacidade eleitoral activa e passiva aos imigrantes nas autarquias locais. E destacou duas importantes propostas de iniciativa comunista que a lei acolheu e que dizem respeito, designadamente, à consagração de um regime mais favorável para os imigrantes originários dos países de língua portuguesa, comparativamente com os imigrantes originários doutros países exteriores à União Europeia, e do princípio da reciprocidade, também quanto aos cidadãos originários dos outros países da União Europeia.



Durante o Encontro, Henrique de Sousa, analisando ainda os primeiros 30 dias do processo extraordinário de regularização dos imigrantes ilegais, afirmou que «é ainda muito grande o receio e a falta de informação quanto a este processo de legalização» e acusou este Governo de falhar quanto a uma campa-

nha eficaz e directa de informação aos imigrantes, e quanto aos compromissos estabelecidos na lei, por proposta do PCP, para apoio às associações de imigrantes neste processo. «Passado mais de um mês sobre o início do processo de legalização, é inacreditável a lentidão, a ineficácia e a desresponsabilização do Governo, do Alto Comissário para as Minorias Étnicas e do SEF, quanto à informação dos imigrantes e quanto ao atraso com que estão a ser implementadas as medidas necessárias», disse, a terminar, Henrique de Sousa, considerando que tais comportamentos reforçam «as preocupações já manifestadas pelo PCP quanto à condução e quanto ao êxito deste processo de legalização.»

CAMARADAS FALECIDOS

Manuel Soares (Formiga)

Com 66 anos de idade, faleceu no dia 28 de Junho, Manuel Soares, mais conhecido por camarada «Formiga». Operário da antiga Companhia Nacional de Electricidade, simpatizante do Partido desde os anos 50, veio a filiar-se em 1975, quando já se encontrava emigrado em Montreal, no Canadá. Fazia parte da organização do PCP na emigração e o seu funeral, que se realizou nos Olivais, foi uma manifestação de pesar em que se incorporaram camaradas e amigos emigrantes do Canadá e antigos colegas de profissão.

António José Sousa Nunes

Faleceu subitamente, com 70 anos de idade, o camarada António José Sousa Nunes. Militante do PCP desde muito antes do 25 de Abril, foi preso pela PIDE nos anos 50. Durante o período de detenção portou-se com toda a dignidade, nunca fraquejando face àquele polícia política. Pertencia à Organização dos Bancários de Lisboa, onde mesmo depois de reformado continuou a militar.

Maria Rosa Calhaneira Casinha

Com 59 anos de idade, faleceu, no passado dia 30 de Junho, a camarada Maria Rosa Calhaneira Casinha, natural do Redondo. A camarada estava organizada na Comissão de Centro da Concelhia de Almada, onde militava.

Lucina Maria Campos Maurício Caneca

Faleceu, no passado dia 26 de Junho, vítima de doença prolongada, a camarada Lucina Maria Campos Maurício Caneca, de 58 anos de idade. A sua morte causou grande consternação na organização dos Gráficos, do sector de Empresas da Cidade de Lisboa, onde militava.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

PARIS

Embaixador recebe comunistas

A pedido do PCP, e na sequência dos acontecimentos no consulado de Nantes, o Embaixador de Portugal em Paris, dr. Paulouro das Neves, acompanhado do Conselheiro Social, dr. José Guerreiro, recebeu na sexta-feira passada, uma delegação do organismo de direcção do PCP da região parisiense.

Abordadas no encontro foram questões como o estado das instalações dos consulados, sem condições de trabalho ou de atendimento do público; a implantação geográfica dos mesmos que em muitos casos chegam a encontrar-se a 300 km de distância da comunidade; as demoras no tratamento dos bilhetes de identidade; as medidas de retenção das cartas de «séjour»; as dificuldades levantadas ao uso de cheque bancário ou carta de crédito no acto de pagamento de despesas; as questões ligadas ao ensino da língua e cultura portuguesa na comunidade; a difícil situação em que se encontra o movimento associativo na sequência das orientações do «Fonds d'Action Sociale». Reafirmando a necessidade de se inverterem as orientações políticas no que respeita ao ensino do português, e de se criarem novas formas e espaços de divulgação da língua e cultura portuguesa, a delegação do PCP propôs ainda ao conselheiro social a organização de uma mesa-redonda para discussão do movimento associativo com a participação das associações e representantes dos partidos políticos com assento parlamentar.

LISBOA

EPAL com nova administração

«Desde que venha a adoptar um caminho que rompa com os objectivos centrais da política de direita prosseguida pelo anterior Conselho de Administração, a tomada de posse, no passado dia 1 de Julho, de um novo Conselho de Administração da EPAL pode vir a revelar-se "um acto político positivo", diz o Secretariado da célula do PCP na EPAL no comunicado que na terça-feira passada dirigiu aos trabalhadores.

Os comunistas defendem a realização de uma nova política social e de recursos humanos que assegure a melhoria substancial das condições sociais, a garantia e estabilidade dos postos de trabalho, uma formação profissional contínua e o aproveitamento eficaz das capacidades humanas existentes. E sublinham que quaisquer «opções estratégicas», «reestruturações» ou «políticas de recursos humanos» passam pela manutenção da EPAL como empresa pública e prestadora dum serviço público, com todas as suas funções e sectores devidamente apetrechados e dimensionados, e por uma maior participação e envolvimento dos trabalhadores e das suas estruturas representativas na vida da empresa.

SANTARÉM

USS expõe preocupações

Em nota à comunicação social, a Direcção da Organização Regional de Santarém do PCP informa ter recebido na passada sexta-feira a União dos Sindicatos de Santarém que lhe colocou algumas preocupações do movimento sindical na região, designadamente no que respeita a salários em atraso, discriminação salarial de mulheres, desrespeito pelos horários de trabalho, abusos no trabalho precário ou recurso ao trabalho extraordinário clandestino.

Concretamente foram citados os casos da INCOPEL, que além de obrigar os trabalhadores a «requisitarem» as chaves para ir à casa de banho, lhes fornece agora cantis individuais de água, e da IMDELMA, no Porto Alto, que está a recorrer a todo o tipo de chantagem para forçar os trabalhadores a aceitar individualmente o «negócio» do contrato colectivo suscrito entre os divionistas da UGT e a associação patronal.

Solidarizando-se com todos os que sentem os efeitos da política de direita agora prosseguida pelo Governo PS, a DORSA do PCP manifesta a sua disposição de intervir para a alteração desta situação, quer através da sua deputada na Assembleia da República, quer através da acção e luta das suas organizações.

GUIMARÃES

Ambiente: uma nota que destoa

O ambiente é uma nota que destoa numa cidade como Guimarães, orgulhosa do seu valor patrimonial e histórico e que se projecta para o turismo como fonte de desenvolvimento económico, diz em nota à comunicação social o Secretariado da Comissão Concelhia de Guimarães do PCP.

Defendendo a urgência de medidas que reponham o equilíbrio ambiental, os comunistas consideram as palavras da ministra do Ambiente, a propósito do Vale do Ave, desproporcionadas uma vez que omitem deliberadamente o facto de o projecto de despoluição do rio Ave e seus afluentes estar atrasado por razões que só podem ser imputadas aos diversos órgãos do poder, desde as Câmaras ao Governo.

Afirmando que os vimaranenses não gostam de ser tratados com sobrançeria, a Concelhia do PCP considera que auscultações públicas que pretendam recuperar o tempo perdido à custa de limitações na consulta aos interessados, como as publicitadas para este período de férias e em tão curto espaço de tempo, não passam de falsas consultas.

Carlos Carvalhas em Lisboa

PCP apoia associativismo

Dezenas de pessoas ligadas ao movimento associativo deslocaram-se na sexta-feira passada ao Centro de Trabalho Vitória para ouvir uma declaração feita pelo Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas, sobre dois projectos de lei que o Grupo Parlamentar do PCP apresentou na Assembleia da República, um relativo ao Estatuto do dirigente associativo voluntário e outro a Lei-Quadro de Apoio ao Associativismo.

Na mesa que presidiu à sessão encontrava-se para além de Carlos Carvalhas, Carlos Rabaçal, do Comité Central, Maria José Torres, presidente da Sociedade Recreativa Musical 1º de Agosto, e Hermínio Fernandes, presidente da Colectividade Guilherme Coussul.

Desde há vários anos que o Grupo Parlamentar do PCP tem vindo a apresentar iniciativas legislativas propondo a adopção de um regime geral de apoio do Estado às actividades do associativismo popular, cuja importância social é reconhecida pelos comunistas.

O movimento associativo, pode ler-se no preâmbulo do

projecto-lei sobre o Estatuto do dirigente associativo apresentado por Carlos Carvalhas, «constitui uma realidade da maior relevância na dinamização da vida cultural, desportiva e recreativa e ainda no apoio educativo e social às comunidades onde se insere, aos milhares de associados que o integram e à população em geral».

As associações populares e os seus dirigentes enfrentam, contudo, dificuldades e problemas da mais variada ordem no desempenho da sua actividade.

Considera o PCP que deve ser reconhecido aos dirigentes destas associações o importante papel que volun-



tariamente desempenham no desenvolvimento social, cultural e desportivo do país. Aos que trabalham por conta de outrem, designadamente, deve-lhes ser assegurada alguma disponibilidade de tempo para que, «com mais eficácia», possam continuar a desempenhar a título gratuito e sem prejuízos pessoais insuportáveis, funções directivas nas respectivas associações.

Sobre a Lei-Quadro de Apoio ao Associativismo, cujos objectivos o Secretário-Geral do PCP também enunciou, ela propõe a criação de

um quadro legal de apoios à actividade associativa, através de diversas modalidades, utilizáveis por forma cumulativa ou individualizada.

«Os muitos milhares de associações populares existentes no nosso país constituem uma realidade da maior importância na dinamização cultural, artística, recreativa, desportiva e associativa das comunidades locais», considera o PCP que com este projecto tenta colmatar a «gritante falta de apoio do Estado às associações populares» e a enorme lacuna legislativa que existe nesta matéria.

Política do PS para o Alentejo**Da «paixão» à miséria**

Reunida no passado dia 8, a Comissão Concelhia de Évora do PCP divulgou em comunicado as conclusões da análise que fez em relação à situação social e política.

O desemprego continua a aumentar, não se registando qualquer abrandamento mesmo numa época de trabalho sazonal e os Programas

Ocupacionais (POC's), apesar de não passarem de um paliativo que não resolve os problemas de quem está desempregado, são concretizados tardiamente e de forma discricionária, alertam os comunistas. O Plano de Emergência para o Alentejo - afirmam ainda - foi esquecido e o Governo PS e os seus repre-

sentantes na região nada têm feito para travar os despedimentos e a insegurança no trabalho: a Melka foi encerrada, a precariedade mantém-se na Siemens, intensifica-se na Lee a exploração dos trabalhadores com vínculo precário.

Também na Universidade de Évora a ameaça de despe-

dimento paira sobre 148 trabalhadores. Para uma Universidade com mais de 6000 alunos, o Governo PS quer impor - tal como o havia tentado o Governo PSD - um quadro com 230 funcionários. «São assim as paixões de quem não sente os problemas dos trabalhadores», dizem os comunistas de Évora que, acusando também o Governo do PS de praticar uma política de inaugurações, afirmam que foram já feitas duas inaugurações ao mesmo CAT (Centro de Apoio a Toxicodependentes) no espaço de um mês.

Apelando aos trabalhadores e a todos os democratas, designadamente os que votaram PS, para que não deixem que os seus votos sejam invocados para continuar a política que condenaram nas urnas, e intervenham no sentido de uma nova política, a Concelhia de Évora saúda os militantes e simpatizantes do PCP e da JCP pela intensa actividade que têm desenvolvido.

A Comissão Concelhia de Évora informa finalmente que, dado o crescimento constante da cidade, propôs ao Grupo Parlamentar do PCP a apresentação de uma proposta de reestruturação administrativa da cidade de Évora, que melhore a gestão democrática e aproxime a estrutura administrativa da população.

Lisboa prossegue campanha de adesões

«Um PCP mais forte é do interesse da classe operária e de todos os trabalhadores. É do interesse da Juventude. Um dos aspectos que podem tornar o PCP mais forte é o ingresso nas suas fileiras de todos quantos querem e amam a liberdade e a justiça social», diz a Direcção de Organização Regional de Lisboa, num documento que, obedecendo a uma distribuição orientada, encabeça uma ficha/proposta de filiação no Partido Comunista Português.

Este documento analisa a situação económica e social do país e as graves consequências que a política do PSD agora executada pelo PS está a ter nas condições de vida dos trabalhadores e das camadas mais desprotegidas da nossa sociedade.

Apesar disto, diz a Organização de Lisboa, PSD e PP ainda estão insatisfeitos. Querem ir mais longe. E nos seus projectos de revisão constitucional propõem a anulação, ou mais limitações aos direitos dos trabalhadores e das suas organizações.

Estão em causa direitos humanos elementares, consideram os comunistas de Lisboa, contestando a actual situação e afirmando o PCP como a consequente oposição de esquerda. «É uma contestação e oposição com um sentido: conseguir a mudança», prosseguem. «Achamos que que ela é necessária e possível. Intervimos com responsabilidade e confiança. A actual situação não é uma fatalidade. E a convergência de vontades

e a luta determinarão uma política de esquerda», pode ler-se ainda no documento com que os comunistas, nas acções de contacto com os trabalhadores, apelam à inscrição no Partido.

Considerando que existem muitas e boas razões para os trabalhadores aderirem ao PCP, o documento destaca a razão que assiste a cada um «de discordar do que se está a passar no nosso país» e a possibilidade de, «dando mais força ao PCP», ajudar a dar «a volta a isto».

Como nota final de convencimento, os comunistas, na sua mensagem, dizem aos trabalhadores e democratas de Lisboa: «Todos nós contamos», mas... «Consigno no PCP, contaremos mais e melhor».

INTERNACIONAL

Lei Helms-Burton contra Cuba

Sanções americanas causam polémica

Médio Oriente

Em resposta às declarações de Benjamim Netanyahu nos EUA, Yaser Arafat declarou que «Al-Qods al-Chrif (Jerusalém) é a capital eterna da Palestina». «Os israelitas devem compreender que a paz não é apenas uma necessidade dos palestinianos, mas também para eles e para a comunidade internacional», acrescentou o líder pelesiniano. O primeiro-ministro israelita afirmou um dia antes perante o Congresso norte-americano que Jerusalém «jamais será dividida». Na ocasião, Netanyahu anunciou igualmente a intenção do seu governo de prosseguir a instalação de colonatos nos territórios árabes. Os EUA não comentaram a decisão.

Sida

«Deixámos uma etapa negra e começamos a ver luz ao fundo do túnel», afirmou Julio Montaner, co-presidente da XI Conferência sobre a Sida, em jeito de balanço da cimeira que terminou na semana passada em Vancouver, no Canadá. Os participantes desta iniciativa apostam nos combinados de medicamentos na luta contra a doença, pondo de lado a monoterapia. Os 22 milhões de indivíduos infectados com o HIV aumentaram as suas esperanças na cura com o aparecimento de um novo tratamento baseado em três fármacos diferentes. Novos doentes tratados com a tripla terapia não dão sequer sinais do vírus há mais de 300 dias.

Indonésia

As ruas de Jacarta foram palco de uma manifestação de mais de três mil pessoas, na quinta-feira passada, em apoio do principal opositor interno do presidente Suharto, Megawati Sukarnoputri. Segundo a agência Lusa, na ocasião recolheram-se milhares de assinaturas a favor da reinstalação de Sukarnoputri na liderança do Partido Democrata da Indonésia. Entretanto, Suharto já regressou da Alemanha, onde esteve internado num centro de cardiologia. O chanceler alemão, Helmut Kohl, visitou o presidente indonésio dizendo à saída que tinha visitado «um bom

«Inaceitáveis» - assim classifica o ministro dos Negócios Estrangeiros alemão, Klaus Kinkel, as sanções aplicadas pelos Estados Unidos contra os parceiros comerciais de Cuba. Uma opinião partilhada pela França e Grã-Bretanha, países onde se fez já sentir as consequências da famigerada lei Helms-Burton, bem como pela generalidade dos Estados-membros da União Europeia, que encaram a hipótese de retaliações contra os EUA.

Em Bona, Klaus Kinkel, veio a público na passada quinta-feira protestar contra a aplicação da lei Helms-Burton fora das fronteiras dos Estados Unidos, considerando que isso viola o direito dos povos e as normas da Organização Mundial do Comércio (OMC).

A lei, assinada em Março pelo Presidente norte-americano, Bill Clinton, prevê sanções contra todas as empresas que invistam em Cuba ou que com este país mantenham relações comerciais, não respeitando assim o embargo norte-americano contra a ilha.

Esta é «uma política que consiste em bater nos seus amigos para conhecer os seus inimigos», disse Kinkel.

Por sua vez, em Washington, o embaixador francês, François Bujon de l'Estang, anunciou que a França tomará medidas de represália contra as empresas norte-americanas, se as companhias francesas forem sancionadas nos termos da Helms-Burton.

Segundo informações da Lusa, o embaixador, entrevistado pela cadeia televisiva NBC, precisou que a França se dirigirá primeiramente à OMC se empresas francesas forem penalizadas, como agora aconteceu com uma companhia canadiana, a Sherritt International.

Accionistas e responsáveis da Sherritt International foram notificados de que não poderão, por um período de 45 dias, entrar nos Estados Unidos e aí permanecer.

Depois de contactada a OMC, Paris adoptará «medidas de represálias contra companhias norte-americanas», preveniu o embaixador, reafirmando a oposição categórica da França à lei Helms-Burton, em virtude do seu carácter extraterritorial.

O diplomata francês sublinhou que a decisão de Paris «é verdadeiramente uma questão de princípio», dado que os interesses comerciais france-



Cerca de 45 por cento do comércio com Cuba realiza-se a partir de empresas europeias, pelo que a lei Helms-Burton pode vir a ter consequências graves no seio da União Europeia

ses em Cuba são «bastante marginais».

Decisão equívoca

Em Londres, por seu turno, o Ministério dos Negócios Estrangeiros britânico qualificou de «equívoca» a decisão norte-americana de proibir a entrada nos Estados Unidos aos dois executivos da Sherritt International, por causa das ligações de uma das suas empresas com Cuba. Os visados - Rupert Pennant-Rea, ex-governador do Banco de Inglaterra, e Patrick Sheehy, ex-presidente do British American Tobacco, ambos do conselho

de administração da Sherritt International - receberam cartas do Governo norte-americano informando-os de que não lhes seria concedido visto de entrada nos Estados Unidos.

No total, nove executivos da empresa canadiana, sediada em Toronto, Canadá, foram notificados de que nem eles nem os seus familiares poderão entrar nos Estados Unidos, a menos que a empresa rompa as suas ligações comerciais com Cuba.

A Sherritt International explora, em Moa Bay, Cuba, uma mina de níquel.

Um porta-voz do «Foreign Office» declarou a propósito que tanto Sheehy como Pennant-Rea «são conhecidos homens de negócios britânicos» e que «os seus negócios com Cuba são perfeitamente legais aos olhos do Reino Unido, Canadá e Cuba». E acrescentou: «A ideia de que proibir-lhes a entrada nos Estados Unidos servirá para pressionar o regime de Cuba não faz sentido. É, simples-

mente, uma restrição equívoca da sua liberdade de viajar e negociar.»

Diferente é a posição dos EUA. Segundo o porta-voz presidencial, Michael McCurry, as medidas agora tomadas inserem-se na interpretação norte-americana da lei e são a sua «resposta à violação trágica do direito internacional pelo Governo de Cuba».

«Os que fornecem ajuda ou alimentam as suas próprias actividades comerciais com Cuba devem ser sancionados», afirmou McCurry, deixando claro que os EUA consideram perfeitamente «legítimo» sobrepor a sua própria legislação ao direito internacional.

De referir que até ao momento os responsáveis do Governo canadiano não comentaram a decisão norte-americana, a pretexto de a Sherritt International não ter sido nomeada oficialmente pelo Departamento de Estado.

Mas as sanções norte-americanas estão a provocar um crescente mal-estar nos países da União Europeia, que encaram mesmo a hipótese de retaliações. A semana passada, o Presidente da UE, Jacques Santer, escreveu a Bill Clinton lembrando que os 15 encaram medidas de represália contra os EUA, e que a Comissão Europeia levou já o problema à Organização Mundial do Comércio. Em estudo está a possibilidade de restringir a entrada nos países da UE a dirigentes de sociedades norte-americanas, congelamento de interesses dos EUA e, se necessário, acções judiciais para recuperação das penalizações financeiras impostas pelos Estados Unidos.

É preciso reagir

Na sessão plenária do Parlamento Europeu a decorrer esta semana em Estrasburgo, o euro-deputado comunista Honório Novo chamou a atenção para as implicações da lei Helms Burton.

Na sua intervenção, o deputado europeu salientou que a decisão dos EUA «para além dos protestos que tem levantado, pode afectar

imensas empresas», já que «45 por cento do comércio com Cuba se realiza a partir de empresas europeias». Para aquele deputado esta é a altura de o PE, que em diversas alturas manifestou a sua oposição ao embargo a Cuba, reagir contra a decisão norte-americana. Apeleu igualmente ao Conselho que se pronuncie sobre a matéria.

Perguntas à Comissão Europeia

Após ano e meio de insistência junto à Comissão Europeia sobre irregularidades na construção da auto-estrada entre o Freixo e os Carvalhos e a ponte do Freixo, que liga o Porto e Gaia, o eurodeputado comunista Honório Novo recebeu finalmente uma resposta.

Devido à violação da lei pelo Governo PSD, no poder em 1994, data das referidas obras, por não ter avaliado previamente o consequente impacto ambiental, a Comissão decidiu «chamar a atenção das autoridades portuguesas para esse facto e convidá-las a tomar as medidas adequadas» de forma a cumprir a directiva.

O eurodeputado aguarda ainda uma resposta da Comissão sobre o eventual incumprimento da conclusão do Relatório Final da Comissão de Avaliação que analisou os projectos de medidas de minimização do impacto ambiental das construções e que impunha a realização de uma série de intervenções até à respectiva conclusão, e que nunca foram feitas até hoje.

Pesca

A propósito da dívida que o Governo português tem

para com os pescadores portugueses que foram obrigados a suspender a pesca em águas de Marrocos, Honório Novo interrogou a Comissão Europeia sobre o que tenciona fazer para que os pescadores recebam tudo o que foi previsto e que, por exemplo, os seus colegas espanhóis já receberam há muito tempo.

Quanto ao regime de paragem biológica, previsto no Acordo de Pesca entre a UE e Marrocos, o eurodeputado questionou a Comissão sobre o qual o período exacto da paragem e sobre os montantes das ajudas comunitárias para os pescadores durante a paragem.

A questão das pescas e a crise no sector já tinham sido abordadas por Honório Novo em meados de Junho, em Estrasburgo, na discussão dos relatórios sobre a área de regulamentação da Organização das Pescarias do Atlântico do Noroeste.

Na ocasião, o deputado comunista afirmou que a preservação dos recursos de pesca, estratégia «indispensável e necessária, tem sido pouco transparente e participada». Isto, porque «as decisões são muitas vezes tomadas com base em estudos científicos algu-

mas vezes insuficientes ou distorcidos, e não atendendo às realidades locais. Igualmente porque tais decisões esquecem a intervenção adequada e indispensável das organizações de pescadores, ao mesmo tempo que não têm em conta qualquer política comercial de preferência do sector de pescas comunitário».

Honório Novo referiu ainda o cumprimento escrupuloso dos planos de redução por um número muito reduzido de países (como é o caso de Portugal) e a quase indiferença da maioria dos Estados-membros.

Neste contexto, o eurodeputado apontou como medidas a tomar para a resolução do problema a participação paritária nos processos decisórios e a anulação de eventuais propostas de redução percentualmente idênticas para todos os países e espécies - como é o caso da sardinha - sem ter em conta o esforço de redução até agora efectuado pelos diferentes países.

O eurodeputado reafirmou ainda a sua total incompreensão por propostas de redução da taxa de captura assumidamente não baseadas em critérios científicos - dando o exemplo do bacalhau.

Violência no Ulster

«O processo de paz terminou»

«O processo de paz, tal como o conhecemos, terminou», afirmou na segunda-feira Gerry Adams, o líder do Sinn Fein, a ala política do IRA. A semana passada foi «traumatizante» para os nacionalistas, que assistiram à concretização «dos seus piores receios», acrescentou.

A violência registada no Ulster na última semana vem mostrar a fragilidade do processo de paz e os confrontos sempre latentes entre protestantes e católicos, no que diz respeito não apenas à religião, mas também às tradições, culturas e História.

Humilhados de um lado, em festejos do outro. Era assim que se autocaracterizavam respectivamente católicos e protestantes.

Tudo começou com a frustração dos protestantes por não poderem celebrar a vitória do rei Guilherme III de Orange

sobre os católicos do Ulster, há 300 anos. Depois de terem lançado o caos durante cinco dias em diversas localidades da Irlanda do Norte, venceram as barreiras policiais com a pressão de três noites de vigília e com ameaças de deterioração da situação.

O que, de facto, veio a acontecer quando dois mil unionistas, protegidos pelas autoridades britânicas, desfilaram pelo bairro católico de Garvaght Road, em Portadown. De imediato, os católicos se envolveram em confrontos com a polícia. Primeiro bloquearam o



Gerry Adams, líder do Sinn Fein

bairro e depois bloquearam a brigada policial com pedras e «cocktails» Molotov.

«Esta decisão (de permitir os festejos protestantes no referido bairro) compromete a possibilidade de construir uma nova sociedade na Irlanda do

Norte, baseada no respeito mútuo», afirmou na ocasião um representante católico, citado pela AFP.

«É uma traição», considerou a porta-voz dos habitantes do bairro. «A polícia cedeu. É assim que a Irlanda

do Norte vai ser governada?»

Os confrontos alastraram a todo o território. Belfast e Londonderry constituíram as piores situações, ficando feridas dezenas de pessoas.

Na madrugada de sábado, Dermot McShane, católico de 35 anos, foi esmagado por um blindado da polícia. Mais uma vítima mortal a lamentar na longa história dos confrontos no Ulster.

No dia seguinte, registou-se um atentado bombista num hotel em Enniskillen, alegadamente da autoria de um grupo de nacionalistas católicos. As suspeitas recaem sobre o Sinn Fein Republicano, liderado por Ruairi O'Bradaigh, ex-membro do IRA e defensor do endurecimento da luta pela independência do Ulster. Quarenta pessoas foram hospitalizadas, a maioria em estado de choque.

Um morto, 341 feridos, 291 detenções e 18 500 soldados ingleses. Estes são os números que espelham a situação actual na Irlanda do Norte e o ambiente de alta tensão que ali se vive.

Logo na quinta-feira, o primeiro-ministro irlandês manifestou a «cólera e a inquietação» da Irlanda ao seu homólogo britânico, enquanto o chefe da Igreja católica irlandesa disse sentir-se «pessoalmente traído» pelo governo britânico.

O ministro inglês para o Ulster, Patrick Mayhew, anunciou já que irá promover uma conferência intergovernamental com Dublin para discutir a questão.

amigo, um amigo da Alemanha», numa clara contradição com a resolução aprovada pelo Parlamento Europeu que condena a violação dos direitos humanos na Indonésia e refere o direito à autodeterminação de Timor-Leste.

Controlo de armamento

Um novo fórum de segurança foi criado por 33 países produtores de armamentos com o objectivo de controlar a exportação de armas convencionais e outra tecnologia militar. O «Grupo Wassenaar», que sucede ao Comité de Controlo Multilateral da Exportação de Armas, extinto há dois anos, aprovou um documento de fundo que diz que o acordo «não se dirigirá contra nenhum grupo ou Estado em particular».

Turquia

Durante o primeiro semestre de 1996, os tribunais turcos condenaram e multaram 44 jornalistas e escritores, segundo a Sociedade dos Jornalistas Turcos. Durante o mesmo período, 73 jornalistas foram colocados sob custódia ou detenção, «alguns deles mais de uma vez» e 22 sofreram agressões diversas. Trinta e três edições de jornais e revistas foram confiscadas e 12 órgãos de informação escrita foram encerrados. Quanto à literatura, foram confiscados oito livros e o escritor Mehdi Zana está a ser julgado.

Inumano

Segundo o «Relatório do Desenvolvimento Humano» da ONU, o fosso entre ricos e pobres é cada vez maior. Apesar da aceleração do crescimento económico, os povos mais pobres não estão a usufruir dos frutos das últimas décadas desse crescimento. Nas palavras do administrador do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, James Gustave, «o mundo tornou-se economicamente mais polarizado, tanto entre países como no seu interior. Se a actual tendência se mantiver, as disparidades económicas entre nações industrializadas e em desenvolvimento passam de injustas para inumanas».

OMC

Uma realidade preocupante

A mundialização é uma realidade, não uma perspectiva - é assim que o director-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), M. Ruggiero, descreve o contexto em que a organização é chamada a intervir.

Num recente encontro com deputados europeus, no âmbito da Comissão das Relações Económicas Externas, aquele responsável traçou as perspectivas para a concretização de um sistema de trocas mundial baseado numa disciplina aceite à escala internacional e dotado dos meios para a fazer respeitar.

Na ocasião, M. Ruggiero defendeu que a liberalização das trocas contribuirá para o crescimento e atenuará a marginalização, pelo que os países desenvolvidos deveriam abrir os seus mercados aos produtos dos países em vias de desenvolvimento. Na sua opinião, o crescimento destes países, tal como os do sudeste asiático, será vantajoso para a economia e o emprego na Europa.

O dirigente da OMC considera ainda que o novo mecanismo de regulamentação dos diferendos constitui um meio civilizado de resolver os litígios comerciais com os Estados Unidos, e que é possível, no seio da OMC, alcançar um equilíbrio entre políticas comerciais e ambientais.

Estas questões vai estar no centro da conferência ministerial agendada para Singapura, em Dezembro, onde deverá ser aprovado um programa de trabalho para os próximos anos.

Na ordem do dia estarão igualmente o ambiente, tal como os investimentos, a concorrência, os mercados públicos e a cláusula social.

Numa Europa a braços com o desemprego crescente, o encontro de Singapura - verdadeiro paradigma da impunidade com que o capital se aproveita do *dopping* social - não perspectiva melhores dias.

Colômbia

Samper proibido de entrar nos EUA

A decisão dos Estados Unidos de proibir a entrada no país ao Presidente colombiano, Ernesto Samper, por alegada colaboração com o cartel da droga, está a provocar indignação na América Latina.

O Departamento de Estado anulou quinta-feira passada o visto ao Presidente Samper e anunciou que a partir de agora não lhe será permitida a entrada naquele país, devido às suas ligações com o narcotráfico e por ter utilizado dinheiro do cartel de Cali para financiar a sua campanha eleitoral.

«Não é uma ingerência nos assuntos internos da Colômbia, para os Estados Unidos é uma acção em defesa dos nossos próprios interesses e da nossa Nação», disse Glyn Davies, porta-voz do Departamento de Estado em Washington.

Para além de Samper, o governo norte-americano proibiu igualmente a entrada em território dos Estados Unidos ao ministro do Interior e a sete generais colombianos, segundo noticiou a cadeia de televisão colombiana CMI, referindo que Washington acusa o partido no poder em Bogotá de ter aceite seis milhões de dólares do cartel da cocaína de Cali para financiamento da sua campanha eleitoral em Junho de 1994.

Recorda-se que Samper foi declarado inocente destas acusações pela Câmara de Deputados em 12 de Junho passado,

mas a administração norte-americana rejeitou as conclusões desse inquérito.

A anulação do visto do ministro colombiano do Interior, Horácio Serpa, é a consequência lógica da medida contra Samper, dado que ele foi um dos responsáveis pela campanha eleitoral que levou ao poder o actual presidente.

Ainda segundo a CMI, a interdição de visto aos sete generais segue-se a acusações por um antigo oficial do Exército colombiano à Agência norte-americana de Combate à Droga (DEA), de que esses oficiais - não identificados - tiveram diversos contactos com narcotraficantes.

O movimento dos países não-alinhados, presidido actualmente pela Colômbia, expressou o seu apoio ao Pre-

sidente Samper e ao seu Governo na sua «valente e denodada luta» contra o narcotráfico e recusou as medidas dos Estados Unidos contra o Chefe de Estado colombiano.

O movimento «opor-se-á conjuntamente a todo o tipo de condições e medidas coercivas e unilaterais, regras e políticas que se pretenda impor aos seus membros», afirma um comunicado do movimento emitido a partir das Nações Unidas.

A Casa Branca admitiu entretanto que não pode impedir a ida do Presidente colombiano a Nova Iorque para a próxima Assembleia geral da ONU, em Setembro, mas Michael McCurry, porta-voz da Casa Branca, fez saber que ele é «indesejável nos Estados Unidos».

Os vários estados

Os debates sobre o estado da Nação têm habitualmente a característica de serem pouco esclarecedores sobre o tema que lhes dá título, mas, em compensação, iluminam, em tons fortes e no que ao parlamento diz respeito, o estado a que chegaram os Governos, o estado a que chegaram as oposições e o estado a que chegaram a relação entre ambos. E foi o que se passou na passada quinta-feira, antes da maratona de votações parlamentares a que estava destinada a sexta-feira final dos trabalhos da presente sessão.

Antes da questão dos diversos «estados», refira-se contudo que, mesmo sem a maratona de deliberações do último dia, a Assembleia da República teve uma produção legislativa nesta primeira sessão superior à de todas as anteriores sessões das últimas legislaturas, e isto tendo em conta que, com a mudança de maioria e de Governo, o período de aprovação do programa e do orçamento foram inevitavelmente mais dilatados e complexos do que nas anteriores em que, no essencial, o executivo transitava sem sobresaltos.

Ora, mesmo nestas circunstâncias, a Assembleia da República deu andamento, desde Outubro, a mais legislação do que em qualquer das anteriores dominadas pela maioria absoluta do PSD.

E contudo igualmente importante sublinhar que, se a produção da Assembleia foi maior, ou seja, o número de leis estudadas, discutidas e aprovadas foi maior (como aliás o é também o número das que se encontram ainda em estudo na especialidade, nas Comissões), o número de decretos e decretos-lei emanados exclusivamente do Governo foi menor do que no passado recente. Na verdade, o Governo socialista teve um número substancialmente menor de autorizações legislativas do que os anteriores obtiveram das servis maiorias PSD e, não podendo contar com o automatismo dessa carta em branco (seguramente com algum desgosto...), o executivo de António Guterres foi forçado a entender-se mais vezes com o parlamento para a definição do quadro legal da sua actividade.

Este facto é significativo de dois pontos de vista. Por um lado, deita pela base - como aliás repetidamente o PCP tem vindo a afirmar - a peregrina ideia de que uma maioria absoluta é condição *sine qua non* para a estabilidade e eficiência governativas. O que se verifica é que, pelo contrário, a necessidade de recorrer ao diálogo parlamentar impõe o alargamento do debate democrático, da transparência e mesmo da participação popular nas decisões públicas - seja para as apoiar ou, pelo contrário, para as condenar e combater.

Por outro lado, se há coisa que o executivo socialista não pode alegar para explicar alguns dos seus mais clamorosos fracassos ou inconseqüências é a «obstrução», o «bloqueio» da Assembleia da República. Mercê da desorientação que parece insano do PSD, dos oportunismos do CDS/PP e dos seus «esquecimentos» relativamente ao programa eleitoral, o Governo PS não pode dizer que tem governado mal por causa do parlamento. Tem governado mal por causa de si próprio.

O «estado» da coisa

Males de que, já se vê, o Governo não fala. Não foi muito, na verdade, do estado da nação que se falou na quinta-feira.

O primeiro-ministro traçou aquele quadro risonho que seria de esperar. Está tudo bem e até há o acordo com a Siemens... Esclarecedora aliás a habilidade argumentativa com a qual António Guterres respondeu a outra habilidade interrogativa do CDS/PP (a revelar, diga-se por justo, trabalho de casa, porque a questão era previsível...) quando este sublinhou que em toda a sua intervenção Guterres não tinha referido os três casos mais falados no hemiciclo (a amnistia às «FP25», a regionalização e o «tioneócio»); respondendo, lampeio, disse o primeiro-ministro que quem tinha falado disso era a oposição, o que o Governo queria era falar do que ele abordara no seu discurso! E, energicamente, sentou-se. Ou seja: em matéria de «estados», o Governo fala do que acha importante e a mais não é obrigado...



Claro que, a partir deste peculiar argumento, o Governo também entendeu dizer coisas evasivas quando a bancada do PCP o confrontou com as contradições dos números do «desenvolvimento» da economia ou os do «controlo» do desemprego, quando «Os Verdes» sublinharam que na sua intervenção inicial Guterres não tivera nem uma palavra sobre questões de ambiente ou quando de várias bancadas vieram questões relativas ao ensino e à saúde.

A leitura do «Avante!» e o conhecimento da realidade são bastante mais elucidativos sobre o real «estado da nação» do que o discurso governativo de quinta-feira. Mas o debate esclarece várias coisas, como antes se disse.

Esclarece - ou antes, confirma - o lamentável estado do PSD. Chamado em socorro dos habituais oradores da bancada, Pacheco Pereira só soube dizer a Guterres para ele não ser malcriado com o PSD, acusação enorme à qual o primeiro-ministro respondeu com igual grandeza dizendo que não tinha medo nem do PSD nem do deputado Pacheco Pereira. Na verdade, a avaliar pelas intervenções do PSD, pela balbúrdia que por lá anda, o eng. Guterres até é capaz de aqui ter razão...

O PP acusa os sintomas de uma peculiar e original maleita: as desagradáveis borbulhas de uma crise de adolescência com as esclarecedoras convulsões de uma crise de velhice. Quando é populista e regateiro, é patético; quando é «político» e negocia insondáveis acordos com a maioria, é vergonhoso.

O Governo diz que a situação é difícil, que tem uma herança pesadíssima - e é o que se vê.

Há, segundo parece, um consenso generalizado que diga-se em abono da verdade, a Comunicação em geral reconhece: a oposição chama-se, e tão-só, PCP. Digamos que é o estado natural das coisas.

CARLOS CARVALHAS

A situação real e um debate virtual

O debate sobre o estado da Nação é já um ritual com os seus elementos de espectáculo, com os seus formalismos, com as pequenas frases politiquês e com a tradicional prática de quem governa, também agora prosseguida de se multiplicar em declarações e em conferências de imprensa sobre a boa saúde do país e sobre a excelência das políticas do Executivo procurando assim disfarçar ou pintar de cor-de-rosa os graves problemas que temos pela frente.

Mas para se ter uma noção sobre o real estado da Nação basta percorrer alguns Centros de Desemprego, olhar para o estado da nossa agricultura e das nossas pescas, para a desertificação e envelhecimento da generalidade do interior do país, para a grave situação dos reformados e para os milhares e milhares de famílias que se vêem excluídas de um nível de vida digno e que não gozarão fêrias ou que nem sequer sairão das suas casas, ou ainda para os milhares e milhares de jovens a quem apenas se lhes oferece, o desemprego, o trabalho precário ou a emigração.

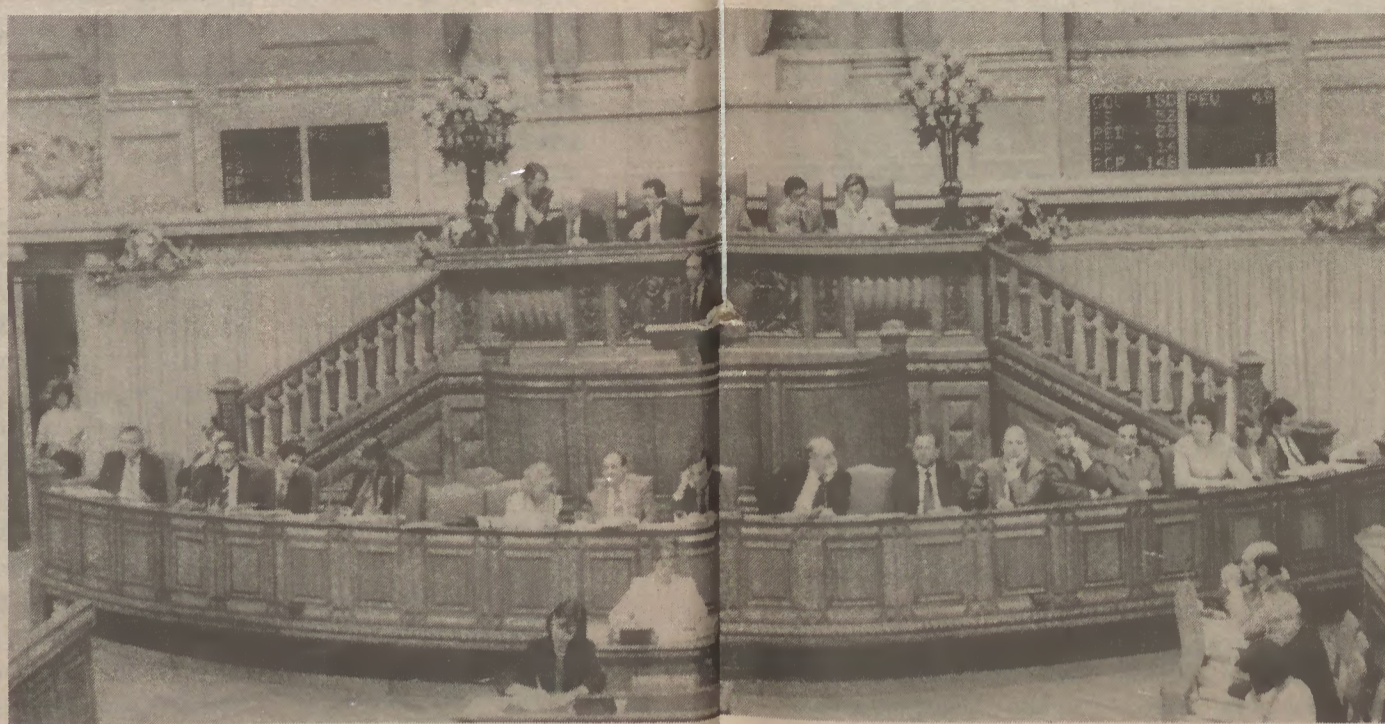
Em oito meses de governação não se poderia resolver todos os graves problemas do país. Mas poderia ter-se feito muita coisa positiva no quadro de uma efectiva mudança.

Estes oito meses de governo do PS já mostraram com clareza que é necessário uma nova política. Uma nova política assente na defesa e na valorização da produção nacional, na dinamização do investimento e do emprego, na melhoria do nível de vida e do poder de compra dos trabalhadores e das populações, que alargando o mercado interno, dêem novos impulsos ao aumento da produção e ao emprego.

Mas isto não se consegue com malabarismos verbais, nem com as astúcias politiquês, nem com a continuação das políticas de Maastricht ou com as políticas de concentração da riqueza. Parafraseando o Sr. Primeiro-Ministro em Madrid, podemos afirmar: sobre o Euro continuaremos a construir o desemprego...

De facto não é com uma política «neoliberal de fachada socialista» que se resolvem os problemas. É necessário fazer prevalecer os interesses dos trabalhadores sobre os do capital financeiro. Quem faz a escolha dos grandes senhores do dinheiro e da reconstrução do capital monopolista, das actividades especulativas e do fundamentalismo dos mercados, leia-se da Banca e da Bolsa, poderá ter o aplauso destes, mas não terá seguramente o de todos aqueles que apostaram numa mudança verdadeira.

Que diz hoje o Primeiro-Ministro ao Secretário-Geral do Partido Socialista, quando ontem na oposição, este aqui se declarava indignado pelo aumento da idade da refor-



ma das mulheres dos 62 para os 65 anos, quando se mostrava chocado com o aumento do desemprego e declarava inflamadamente que os desempregados para ele não eram números mas sim pessoas. Ou quando protestava acerca das negociatas da Petrogal, ou pelo facto de se estar a entregar, com as privatizações, alavancas fundamentais da economia portuguesa ao estrangeiro, como era o caso do Totta, apressando-se agora no poder, não só a prosseguir o programa do anterior governo, como a pretender facilitar ainda mais o acesso do capital estrangeiro à privatização das empresas públicas! Este Governo faz-nos lembrar aquelas famílias aristocráticas arruinadas que vão vendendo o património que resta, as pratas e a mobília desbaratando em fausto esses réditos e sacrificando as gerações futuras. E delapidam o riquíssimo património que é público e não do PS.

Que dirá hoje o Primeiro-Ministro ao Secretário-Geral do Partido Socialista que no último debate sobre o estado da Nação (Junho de 1995) aqui afirmava solenemente: «nós, o PS, não nos resignamos a que sejam os trabalhadores por conta de outrem a suportar a quase totalidade dos impostos directos em Portugal, nem nos resignamos ao laxismo face às fraudes e à evasão fiscal». Bonitas palavras! Bem pregava Frei Tomás...! De facto diga-nos hoje, Senhor Primeiro-Ministro António Guterres: quem continua a pagar a quase totalidade dos impostos directos senão os trabalhadores por conta de outrem? E que maior exemplo de laxismo face à evasão fiscal do que a que o seu Governo protagonizou quando pretendeu decretar um iníquo «perdão fiscal» aos clubes de futebol profissional? E poderá o actual Primeiro-Ministro afirmar também com verdade e sem pinceladas verbais que o seu Governo nestes oito meses aumentou a segurança dos portugueses ou que fez do combate à droga, o seu «inimigo público número um», tal como afirmava ontem o Secretário-Geral do PS na oposição? E que dizer da educação quando a verdadeira paixão deste Governo é a fidelidade às políticas de Maastricht e às directivas do Bundesbank?

O branqueamento do PSD

Com a actual política o Governo branqueia a política do PSD.

A ausência de capacidade e de real vontade política para atacar os problemas centrais que se colocam à sociedade portuguesa, nomeadamente o desemprego, o crescimento económico, a destruição do aparelho produ-

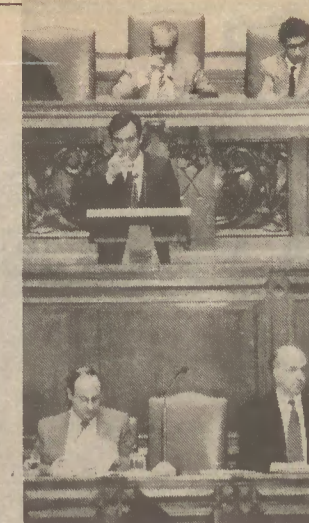


vo, a desertificação do interior e a insegurança, a pobreza e a marginalidade de que se acumulam nos grandes centros urbanos, vai alargando o descontentamento, a frustração e o desencanto de todos os que quiseram derrotar a política anterior.

O que temos é a inoperância do Governo e do Primeiro-Ministro, que se multiplicam nas operações de marketing e numa repetitiva profissão de fé nas virtudes do «diálogo», que a propósito de tudo e de nada se acobertam por detrás da constituição de comissões, subcomissões, grupos de estudos, grupos de trabalho e grupos de amigos, mas que se mostram incapazes de tomar medidas concretas para dar respostas aos problemas do povo e do país porque, no essencial, prosseguem uma política neoliberal ao serviço do grande capital financeiro.

A deflação da economia com o seu cortejo de falências e de liquidação de postos de trabalho já colocou a taxa de inflação praticamente ao nível do que é exigido por Maastricht. Mas diga-nos, senhor Primeiro-Ministro, diga-o sincera e seriamente aos cidadãos portugueses: em que é que isso, que tantos sacrifícios custou e continuará a custar, em que é que isso, repito, melhorou o nível de produção, de emprego e de condições de vida dos portugueses?

E que benefícios reais têm sido obtidos pelos portugueses e pelas portuguesas com a política cambial que o Governo tem vindo a seguir de revalorização do escudo face ao marco alemão, quando é certo que, quer em termos absolutos, quer relativos, os portugueses estão cada vez mais afastados do nível de vida dos alemães? Que valor tem a sua afirmação de que a estratégia do desenvolvimento português não pode assentar nos baixos salários, quando o seu Governo continua a reduzi-los e quando estes são os mais baixos em toda a União Europeia?



Pirotecnias

Estava a Assembleia a debater o estado da Nação, eis senão quando aparece a notícia de que havia uma bomba que faria pum! às 5 em ponto de la tarde. O dr. Almeida Santos, discretamente, fez evacuar a sala, a PSP lá escarafunchou pouco convencida o hemiciclo e, pelas cinco e trinta, regressou-se ao debate.

No interim, às 5 em ponto de la tarde, o prof. Marcelo Rebelo de Sousa dava, como anunciado, noutra sala do Parlamento, uma conferência de imprensa para expender o que lhe parecia o discurso do primeiro-ministro que escutara no gabinete do líder parlamentar do PSD, Marques Mendes.

Claro que nem houve bomba pirotécnica às 5 nem a conferência de imprensa produziu qualquer coisa bombástica que se visse.

Entretanto, claro que a interrupção dos trabalhos deslocou muito jornalista do hemiciclo para a conferência de imprensa.

Não parece credível que semelhante traquinice seja possível por parte de um professor de Direito e de um dirigente partidário. O problema é o tão reconhecido quanto marcelista pendor para a traquinice.



É infelizmente uma realidade que o investimento privado permanece estagnado porque não se perspectiva uma evolução positiva para a economia portuguesa no próximo futuro e que o desemprego não cessa de aumentar, atingindo homens e mulheres, jovens trabalhadores, trabalhadores qualificados e não qualificados.

É infelizmente uma realidade que a produção industrial continua em queda e que as perspectivas de evolução para os próximos meses prossegue uma trajetória descendente, o mesmo se passando com a actividade de construção, devido ao elevado nível das taxas de juro reais e à insuficiência da procura decorrente do desemprego crescente e da não melhoria do poder de compra dos portugueses. E com essa não melhoria também o comércio e, nomeadamente, o comércio tradicional prossegue a evolução desfavorável da respectiva actividade.

A isto o PS responde, tal como o anterior Governo, que continuará a marcha forçada para a moeda única e a sua submissão aos dogmas neoliberais. E com ela teremos mais desemprego, mais trabalho precário e mais bolsas de pobreza e, portanto, nas grandes aglomerações urbanas: os ghettos, a marginalização, a insegurança, o racismo e a xenofobia.

O quartel-general em Abrantes

Em relação à «paixão» pela educação é paradigmático o que se tem vindo a passar com os exames do 12º ano e com o sistema de acesso ao ensino superior.

Um sistema que mantém e acentua as mais flagrantes injustiças, um processo de exames em que tudo acontece, desde testes roubados, a testes com enganos, a erros nas provas, a erratas que não aparecem, a horários trocados, a classificações desastrosas, a sucessivos adiamentos na afixação das pautas. E, com tudo isto, assistimos, ainda incrédulos, às engenharias para disfarçar as notas, nomeadamente, em Matemática, Física e Português, e às conferências de imprensa do Ministério a anunciar que tudo corre dentro da normalidade quantitativa. Magnífica normalidade e grande expressão de paixão assolapada!

Mas é indistigável que o que verdadeiramente caracteriza a política educativa deste Governo é a desvalorização da escola pública, e a acentuação da elitização social do acesso à educação e ao ensino e a imposição de um mercado da educação regido pelas leis do lucro e do mais forte.

Quanto à preocupação social aí temos pela mão do PS a Lei das 50 horas com a vergonhosa flexibilidade e polivalência, ultrapassando mesmo o PSD pela direita na legislação antilaboral!

E certamente é esta a política que um deputado do PS caracterizava na semana passada como «um projecto de esquerda, moderno e adaptado aos desafios do tempo presente...» e a que também poderia juntar a campanha contra o sistema público de segurança social.

Não me vou aqui referir à cansativa telenovela da Regionalização e às perigosas e graves cedências e pinceladas do PS em relação a esta matéria. Lembrarei apenas o solene anúncio do respectivo processo em

estrondosas jornadas parlamentares algarvias, em que, a fazer fé no que se disse, se deveria estar agora, neste mês de Julho, já com a lei de criação aprovada e não na embrulhada em que se remeteram os deputados do PS. Pela falta de tempo, também não me deterei muito sobre o processo de revisão constitucional e nos golpes que se querem desferir contra os direitos dos trabalhadores e o regime. Lembrarei, apenas, que o PS no seu projecto de revisão constitucional, atinge gravemente o princípio da representação proporcional na Assembleia da República e na eleição das Câmaras Municipais.

E lembrarei ainda que a revisão constitucional confirma as dúvidas sobre as reais intenções do PS e PSD quanto ao referendo sobre Maastricht. As propostas do PS e PSD só permitem referendos sobre alterações futuras dos Tratados, e não o referendo sobre Maastricht e as suas componentes fundamentais, incluindo a União Económica e Financeira e a Moeda Única. O PCP denuncia essa fraude a todos os que se pronunciaram sinceramente pelo referendo sobre Maastricht e reafirma, aqui, que se baterá pela alteração constitucional que permita aos portugueses pronunciarem-se em referendo sobre a União Europeia.

Por último, deixarei apenas mais duas palavras. Uma sobre a defesa nacional na sua componente militar e que é tão imobilista que verdadeiramente não se pode chamar uma política.

Nesta área, o Governo só teve força para mandar tropas para a Bósnia no quadro definido pelos Estados Unidos e de acordo com os seus interesses prosseguindo quanto ao resto o mesmo rumo traçado pelo PSD, quer quanto à profissionalização das forças armadas, quer quanto à sua subordinação aos comandos da NATO e UEO.

Portanto, tudo como dantes, e o quartel-general em Abrantes...

A segunda palavra para lembrar que não é com a constante evocação da herança do passado, nem com doses acrescidas de desculpabilização acerca dos constrangimentos da União Europeia de que o Governo também é responsável, nem com a alusão às dificuldades colocadas pela oposição, uma nova versão das forças de bloqueio que o PS disfarçará a sua política e as suas conseqüências. É tempo de arrearpiar caminho.

Pela nossa parte, continuaremos a pautar a nossa orientação pelo cumprimento dos nossos compromissos com o eleitorado, afirmando-nos através das propostas, medidas concretas e projectos de lei como oposição clara e responsável.

E sobre nós ninguém pode falar de «oposição cúmplice», nem ninguém está preocupado com a «imagem de colagem ao PS» como entre aqueles que à direita aprovaram o Orçamento e que agora, tal como o PSD, se procuram diferenciar do PS através da gritaria verbal e da crítica às questões secundárias.

Pela nossa parte, posicionamo-nos como oposição de esquerda, como Partido da classe operária e de todos os trabalhadores, tudo fazendo para combater o desemprego, a ofensiva contra os direitos de quem trabalha e contra a segurança social, tudo fazendo para defender o aparelho produtivo nacional e uma verdadeira política de desenvolvimento económico e social.

Tudo fazendo para defender os interesses do povo e do país.

A reprovação do Ministério da Educação

O Ministro da Educação apareceu, finalmente, perante o país, para tentar justificar o descalabro dos exames nacionais do ensino secundário e o recurso à bonificação administrativa das classificações.

Uma questão básica se coloca à partida:

– ou o Ministro da Educação não compreende a natureza política e a gravidade do que se está a passar e, por isso, é incapaz de apresentar uma apreciação da situação, com um mínimo de objectividade e credibilidade;

– ou então a escolástica do discurso, cuidadosamente composta com uma atitude de falsa humildade, tem outro alvo: eximir-se, em momento de aperto, às responsabilidades próprias e endossá-las, de forma sem dúvida algo indecorosa, para terceiros seus subordinados.

Não passa também sem viva denúncia a arrogância salazarenta de Marçal Grilo ao referir-se às críticas ao seu Ministério por parte dos partidos da oposição, acusando-os, nomeadamente, de serem «factores de perturbação» e, pasme-se, de «avançarem com soluções».

Pela parte do PCP, que fique claro: a educação não constitui uma coutada política do Professor Marçal Grilo e do seu bocejante «pacto educativo»; a sociedade portuguesa não precisa de menos, mas pelo contrário está carecida de muito mais debate político, sobre o que na realidade andam a fazer os responsáveis do Ministério da Educação.

Diga-se, de uma vez por todas, que o descalabro dos exames nacionais do ensino secundário deste ano não tem fundamentalmente a ver (como o pretende o Ministro da Educação) com as gralhas, omissões e erros que se verificaram em provas de exame.

Com isto não se afirma que essa ocorrência de gralhas, erros e omissões não foi grave. E que ela não patenteou a profunda incompetência e a irresponsabilidade que grassam no Ministério da Educação.

Chega a ser patético ouvir o Ministro da Educação, no seu afã branqueador, afirmar que «o maior erro ou os maiores erros que se podiam ter cometido, foram aqueles que nós evitámos».

A questão fundamental, como é evidenciada pela profunda discrepância das classificações dos exames nacionais em relação aos resultados positivos da avaliação contínua dos alunos durante o ensino secundário, é que a política de exames nacionais seguida pelo Ministério da Educação revelou ser uma decisão completamente errada.

É, em nosso entender, falacioso abordar o mérito da realização de exames nacionais em contextos internacionais completamente distintos

e em sistemas educativos que não apresentam um conjunto tão vasto e complexo de deficiências e insuficiências como o nosso. E que, sobretudo, não sofreram os efeitos arrasadores de uma «reforma» educativa como aquela que o PSD empreendeu durante a última década.

É essencial que se esclareça que a opção por exames nacionais, para finalizar o ensino secundário, foi uma política dos anteriores governos do PSD que o actual Governo do PS prosseguiu e concretizou, e que não teve nem tem como objectivo fundamental melhorar o sistema educativo ou tornar mais justo o processo de avaliação das aprendizagens dos alunos.

Afirmava o antigo Ministro da Educação, Couto dos Santos, em Outubro de 1993: «se o actual sistema de acesso ao ensino superior fosse eliminatório, as vagas existentes (seriam) suficientes», e que isso aconteceria dois anos depois com o exame nacional no fim do 12º ano (Público de 7/10/93).

O que não é compreensível e é criticável é que o PS, que enquanto na oposição foi crítico desta política do PSD, uma vez chegado ao Governo, não a tenha alterado. E que se tenha limitado a aplicar e a concretizar os planos dos anteriores governos de introdução de uma acrescida e artificial selectividade na finalização do ensino secundário desligada da melhoria efectiva das condições de aprendizagem dos alunos como forma de limitação economicista do acesso dos alunos ao ensino superior.

Nota negativa

Como é conhecido, o PCP, primeiro em 13 de Março e depois em 8 de Maio, pronunciou-se de forma muito negativa em relação à orientação estabelecida pelo Ministério da Educação e aprovada pelo

Conselho de Ministros, no que respeita aos exames nacionais de finalização do ensino secundário e ao acesso ao ensino superior.

O PCP, ao mesmo tempo que valorizou a dimensão científica e pedagógica que deve presidir aos processos de avaliação das aprendizagens, manifestou a sua terminante recusa da «filosofia» das orientações assumidas pelo Governo: a instrumentalização dos sistemas de avaliação escolar ao serviço da regulação economicista dos fluxos dos alunos entre os diferentes níveis de ensino e para os diferentes destinos escolares.

Na mesma ocasião, o PCP contrapôs às orientações adoptadas pelo Governo, um conjunto de nove propostas entre as quais se destaca a de que a

simples reclamação de medidas concretas que minimizassem as dificuldades dos alunos e que conferissem maior equidade à realização dos exames nacionais de finalização do ensino secundário e de acesso ao superior. Medidas tão simples como a de diminuir a contingência dos exames nacionais, com a possibilidade de cada prova ter duas oportunidades de realização cumulativas, sendo tomada em consideração a nota mais elevada obtida pelo aluno, no caso de ter optado por comparecer nas duas oportunidades; e a garantia de efectivas condições de igualdade na realização dos exames nacionais nas escolas públicas e privadas, através da distribuição dos alunos em cada concelho por ordem alfabética pelas salas destinadas à realização das provas.

excedam aquilo que julgam constituir o máximo socialmente suportável.

O Ministro da Educação, ao vir agora caracterizar o atropelado e injusto improvisado das bonificações como resultante de um eufemístico «trabalho com as classificações» e de uma original «pedagogia de senso» que ocupariam o espírito dos responsáveis da Avenida 5 de Outubro, não consegue esconder que se trata de uma má solução e de mais um passo de uma política errada, gerador de novas injustiças e frustrante das legítimas expectativas de milhares de estudantes. E de uma má solução, de cujos inconvenientes e injustiças os estudantes e a opinião pública em geral estão a ganhar crescente consciência.

Em primeiro lugar porque o

de minorar as consequências negativas da política do Governo em relação à finalização do ensino secundário e ao acesso ao ensino superior.

Como é conhecido, são três essas propostas:

1.ª – anulação dos resultados dos exames nacionais do ensino secundário, para finalização do ensino secundário e a sua substituição pelas classificações obtidas nos processos e resultados da avaliação interna conduzidos nas próprias escolas, salvo no caso em que os resultados dos exames nacionais permitam aos alunos obter uma classificação mais elevada;

2.ª – os resultados dos exames nacionais referentes à disciplina-base e à disciplina ou disciplinas específicas, serão apenas utilizados para a composição da nota de candidatura de acesso ao ensino superior;

3.ª – com vista à candidatura ao ensino superior, deverá ainda ser promovida uma correcção estatística das classificações do ensino secundário (através da comparação das classificações obtidas por avaliação interna com os resultados dos exames), de modo a reduzir os efeitos de discrepâncias perversas e a assegurar uma maior justiça relativa entre os alunos.

Quando o Ministro da Educação vem solenemente garantir ao país que a análise dos resultados dos exames nacionais será feita em todas as vertentes, mas delas exclui o exame das opções políticas fundamentais do seu Ministério e do Governo;

quando recorre à linguagem forte do apuramento até ao fim das responsabilidades... dos outros;

quando, com refinada hipocrisia, admite erros, mas limita-os às anomalias verificadas em algumas provas de exame;

quando, objectivamente, foge a assumir as suas responsabilidades políticas nas orientações fundamentais da política que foi seguida;

obviamente que o país tem o direito de exigir, ao Ministro e ao Governo, que assumam plenamente essas responsabilidades.

A equipa ministerial da educação, pelos erros que cometeu – e que foge a reconhecer –, pelo impenitente verbalismo que substitui à acção política, não dispõe já hoje da credibilidade indispensável para promover com sucesso a correcção da política herdada de anteriores governos e levar por diante uma nova e urgente política educativa de orientação democrática.

E o Primeiro-Ministro não se pode eximir das suas responsabilidades.



Edgar Correia, membro da Comissão Política, Artur Batista, professor do ensino secundário, sindicalista, e Vanessa Silva, estudante, da Comissão Política da Direcção Nacional da JCP

classificação do ensino secundário dependesse exclusivamente dos processos e resultados da avaliação interna conduzidos nas próprias escolas. Que, num quadro de eliminação em três anos lectivos do numerus clausus, entendido como restrição quantitativa global no acesso ao ensino superior público, as provas de acesso ao ensino superior dos alunos habilitados com o curso secundário acompanhasse o que está expressamente previsto na Lei de Bases do Sistema Educativo, devendo ter âmbito nacional e ser específicas para cada curso ou grupo de cursos (8 de Maio).

Criticámos a obstinação do Ministério da Educação em aumentar a selectividade no acesso ao ensino superior desligada da melhoria efectiva das condições de aprendizagem dos alunos, e prevenimos que para além da perturbação que estava já a provocar, ela não demoraria a revelar a sua grave inadequação e a acarretar incalculáveis prejuízos para muitos milhares de estudantes.

Esbarrrou com a total surdez e insensibilidade do Ministério a

Sem alegria sublinhamos que o PCP teve razão nas posições que tomou e nos alertas que fez.

E, como o PCP, muitas outras entidades – desde sindicatos de professores a associações de estudantes e associações de pais – que, numa perspectiva mais ou menos extensa, assumiram posições críticas em relação às orientações do Governo em relação à finalização do secundário e ao acesso ao superior.

Marçal Grilo afirmou que o objectivo dos exames nacionais era de credibilizar o ensino secundário. Como o resultado foi exactamente o oposto, para além de todos os restantes efeitos negativos, ao Ministério da Educação e ao Governo não pode, evidentemente, deixar de ser averbada uma séria reprovação da sua política.

“Solução” improvisada

A atribuição de um bônus de dois valores na classificação final do ensino secundário constitui a «solução» improvisada pelo Governo para que as reprovações no ensino secundário não

valor da bonificação é completamente artificial – o Ministério da Educação limitou-se a estabelecer uma fasquia de reprovações que admite ser socialmente suportável, e a bonificar em conformidade as classificações do ensino secundário. As dezenas de milhares de estudantes que obtiveram nota positiva na avaliação contínua no ensino secundário e que agora se vêem retidos nesse grau de ensino por causa dos exames nacionais e da fasquia arbitrariamente escolhida, com que sentimento de justiça encararão essa situação?

Acresce, além disso, a desigualdade que projecta no acesso ao ensino superior, entre os alunos da reforma e os que já haviam anteriormente completado o ensino secundário.

O facto da bonificação de dois valores aprovada pelo governo ser insuficiente para reparar os danos provocados a toda uma geração de alunos e ser geradora de novas distorções e injustiças, leva o PCP a lembrar as suas propostas que apresentou há dias ao país. E que representam uma forma muito mais adequada e justa



Defesa Nacional e Forças Armadas

■ Rui Fernandes

As palavras e o concreto

Dando de barato o mês de Outubro de 95, o PS é Governo vai para 10 meses e já ia bem entrado o ano em curso quando saiu o despacho nº 21 do Ministro da Defesa Nacional, estabelecendo os objectivos e o horizonte temporal para execução dos mesmos.

Os dois aspectos mais relevantes destes meses têm sido a gestão mediática – com aspectos caricatos e nalguns casos até ridículos – da participação portuguesa na Bósnia e os sucessivos encontros com os homens fortes da política dos EUA para esta área. Parece um autêntico sistema de vai-vem a merecer registo.

Talvez seja na base de tão estreitas relações que William Perry, Secretário da Defesa dos EUA, na sua passagem por Portugal em Junho, lançou a disponibilidade de os EUA venderem por 30 milhões uns F16 antigos que têm em paiol. A "oferta" americana não espanta, a decisão do Governo português aguarda-se, sendo certo que ela terá que passar pela Assembleia da República.

Voltando ao despacho acima referido, ele estabelecia que o mês de Março seria destinado à "avaliação do primeiro ano da formação comum". Esta foi uma das medidas do PSD que trouxe descontentamentos na oficialidade e que consiste em que os jovens que iniciam o curso de oficiais frequentem o 1º ano em conjunto, independentemente do ramo a que pertençam.

Manda a lógica e a experiência que esse intercâmbio – com vários aspectos positivos, incluindo o de poder contribuir para o desfazer dos espíritos de quinta, que nada têm a ver com identidade ou especificidade dos ramos – pudesse ocorrer no final dos respectivos cursos e não no início, já que a questão da adaptabilidade aos ramos é aspecto sensível e crucial. Mas se a lógica mandava e a experiência também, o PSD tinha de fazer ao contrário. Os próximos cursos vão-se ainda reger pela lógica do PSD.

Abril, segundo o despacho, era destinado à Conferência Intergovernamental (CIG) e à NATO. Saíram, de facto, alguns artigos de oficiais-generais em revistas especializadas, dando conta de preocupações sobre o processo reestruturador em curso naquela Organização, a provável adesão da Espanha à sua estrutura militar e o protagonismo que pode vir a assumir (afinal e curiosamente o actual Secretário-Geral da NATO é espanhol) e, decorrente destes dois dados, o problema da futura localização, âmbito e comando do CINCIBERLANT (1).

Como se sabe, está em curso um processo visando a adopção de medidas reestruturadoras da NATO, as quais apontam para a diminuição do número de quartéis-generais e a transformação dos que permaneçam em QG's conjuntos e combinados, atribuindo-lhes novas áreas de responsabilidade (AOR - NATO area of responsibility). Por outro lado, também a possibilidade de intervenção fora dessas áreas é considerada e elas passarão, caso evolua esta perspectiva, a ser designadas por áreas de interesse (AOI - NATO area of interest). Neste quadro, está prevista a criação de comandos regionais, localizados de acordo com a importância das áreas referidas e é neste sintético contexto que a questão do CINCIBERLANT surge como elemento de preocupação.

A vinda a Portugal, em Maio, do Secretário-Geral da NATO – Javier Solana – não deve ter descansado as preocupadas almas, apesar dos sorrisos e abraços.

Mas foi logo no começo do mês de Junho que a NATO e os EUA tiveram direito a títulos de primeira página. A eufórica razão deve-se à decisão de a Europa poder utilizar os meios da NATO e comandar missões militares sem tropas dos EUA, mas só o podem fazer com o prévio acordo dos Estados Unidos. Isto é, o tão falado pilar europeu na NATO foi posto a rolar, mas naquilo, como e quando os EUA entenderem... A submissão está assegurada.

Para vincar o regozijo do Governo português com a decisão, um dos homens fortes da política de defesa norte-americana – William Perry – veio a Portugal. E lá assistimos a mais abraços e sorrisos, enquanto a Europa para o emprego e para os direitos sociais vai ficando mais distante.

Retomando a cronologia, Abril foi também o mês do SMO com um debate promovido pelo Instituto de Altos Estudos Militares (IAEM), em que ficou célebre o encerramento, com o Ministro da Defesa Nacional a dizer, embora por outras palavras: podem continuar a discutir, mas a decisão está tomada; o SMO é para acabar. Tantos especialistas militares e políticos de diferentes quadrantes a defenderem a existência de conscritos e o ministro chega e mete todas essas opiniões num bolso e, do outro, tira a defesa/decisão do contrário. Ao proferir tal conclusão o ministro pôs em causa uma das ideias do programa do Governo que refere a realização de um amplo debate nacional sobre a matéria.

Maio prometia. Em cima da mesa estaria a "revisão da Lei-Quadro das Leis de Programação Militar" e o "regime de protecção social dos militares em casos de acidente ou doença em serviço e deficientes".

A revisão da Lei-Quadro tinha sentido, tendo em conta que o despacho estabelecia para Junho, a revisão da 2ª Lei de Programação Militar.

Quanto ao segundo aspecto, ele impunha-se e com a máxima urgência. Todos se recordam do acidente que vitimou os dois militares portugueses na Bósnia e do problema que se colocou de apoio e pensões às famílias. Em consequência, saiu um despacho tapan-do o buraco. Só que este era demasiado grande e o "cimento" de fraca qualidade, impondo-se legislação de outro tipo, âmbito e conteúdo. Para isto mesmo tinha alertado, em Dezembro passado, o Grupo Parlamentar do PCP em requerimento enviado ao Governo.

Maio prometia muito mas deu em nada.

Problemas não faltam

Em Junho seria a revisão da 2ª Lei de Programação Militar, que já deveria ter ocorrido vai para dois anos. É esta lei que estabelece o conjunto de aspectos ligados ao reequipamento das FAs e define prioridades nesta matéria. Ter-se-á de esperar que qualquer outro mês, que não Junho, trate desta importante questão.

Para o mês em curso, Julho, o despacho prevê o encontrar de soluções técnicas para os problemas causados pelo Novo Sistema Retributivo (NSR). Trata-se de uma matéria escaldante e importante e um dos maiores fracassos do Governo PSD, com injustiças graves para os militares e para o funcionamento da Instituição.

A teia que entretanto se formou em torno deste assunto implica medidas empenhadas que reponham a justiça material mas tam-

bém o equilíbrio hierárquico que o NSR atingiu, com praças a ganhar mais do que sargentos e estes mais do que oficiais, e sargentos de um ramo a ganharem mais do que sargentos dos outros ramos e os militarizados da Marinha a não verem aplicado a si o decreto de correcção do NSR, que foi aplicado aos sargentos da Marinha, embora se rejam por um sistema de equivalência a esses. Enfim, uma verdadeira e complexa selva que urge de uma vez por todas arrumar, no estrito respeito pelos direitos legítimos dos lesados.

Como compatibilizar a resolução desta grave questão com a contenção orçamental para esta área que tanto o Secretário de Estado da Defesa como o 1º Ministro já fizeram questão de anunciar, é matéria a acompanhar.

Importa que fique claro que nada temos contra a ideia de contenção orçamental e que esta não é, não tem de ser, necessariamente sinónimo de paralisia como por vezes alguns sectores pretendem fazer crer. Mas contenção orçamental é necessariamente sinónimo de criatividade, racionalidade, controlo rigoroso e tem de ter como pressuposto uma criteriosa definição de prioridades. E isto é algo que se afere no concreto e não em palavras.

Ora, a questão concreta que nesta área há a salientar, tendo por base o despacho que temos vindo a seguir e a relevar os aspectos mais significativos, é que de concreto o PS não fez ainda nada.

Os problemas existem e são muitos. Sugestões e propostas – que não só dos Estados-Maiors – também existem. E por nem sequer visualizarmos qualquer processo dinâmico de recolha de sugestões com vista à construção das medidas, fica-nos a opinião de que o PS está a querer ir gerindo a "coisa", adoptando ali e protelando acolá, naquilo que poderíamos chamar de "falar para empatar" e "empatar para não falar e assumir".

Ora esta é uma linha ao arpejo do sentimento expresso nas eleições que conduziram o PS ao governo.

Os anos de governação PSD atingiram de diversas maneiras o prestígio da Instituição militar e, de igual modo, os seus membros, geraram problemas em diversos domínios, instabilidade e mal-estar. Aliás, é justo referir em abono da verdade que certo tipo de notícias que têm surgido na imprensa, nos últimos meses, respeitantes a problemas no seio das FAs, pretendem nitidamente transmitir a ideia de que não existe nenhum nexo de causa/efeito relativamente à política seguida por 10 anos de PSD no poder, o que é falso.

Mas aquilo que se exige são medidas que dignifiquem a Instituição militar e a sua componente humana, medidas que valorizem em diversos aspectos os militares, tendo em conta a realidade existente e que perspectivem vias de modernização e desenvolvimento que adequem as FAs às mutações operadas na sociedade portuguesa.

Medidas que têm de assentar as suas premissas em objectivos que visem potenciar a capacidade de defesa autónoma a um tecto credível e financeiramente suportável.

A estes meses de governação PS não faltam palavras. E o concreto?

(1) CINCIBERLANT significa Comando da Área Ibero-Atlântica. Este Comando encontra-se sediado em Oeiras.

125 anos depois da Comuna de Paris

■ Texto: Margarida Folque
 ■ Fotos: Jorge Caria

A ideia está viva

A intensa exploração e repressão que vivia uma classe operária em plena ascensão - ainda que «adolescente» -, e ao descontentamento da manufactura, do artesanato e da pequena indústria que, crescentemente pauperizadas, resistiam à grande indústria, juntou-se, na França de há 125 anos, a humilhação nacional infligida pela capitulação do governo de Thiers perante a Prússia, cujo exército ocupava numerosas províncias francesas. Estavam criadas as condições para a insurreição popular que a 21 de Março de 1871 se verificou e que de revolta popular espontânea se transformou na primeira revolução operária internacional - a Comuna de Paris. Exercendo o poder como sabia, este «assalto dos céus» como Marx lhe chamou, duraria apenas 72 dias, após os quais o governo de Thiers - então sediado em Versailles - desencadearia uma repressão terrível, traduzida no massacre de 25.000 a 30.000 pessoas abatidas nos quartéis, nas ruas, nas praças, e na prisão e deportação de milhares de outras. «O cadáver está no chão mas a ideia está viva», disse então Victor Hugo a propósito destes acontecimentos.

Aproveitando a presença recente em Lisboa de Claude Willard, destacado historiador francês e estudioso da Comuna de Paris, o «Avante!» colocou-lhe algumas questões sobre a actualidade desta gesta revolucionária empreendida pelo povo de Paris.

Este «interregno» de 72 dias no capitalismo do século XIX, que foi a Comuna de Paris, pode considerar-se como uma experiência democrática?

Claude Willard - A democracia foi o seu traço mais marcante. O que a Comuna de Paris teve de essencial foi o facto de ser um governo do povo, pelo povo e para o povo. Ela é a democracia mais autêntica que existiu no mundo: uma democracia directa, que atribuía aos seus eleitos um mandato imperativo e revogável, com um controlo permanente pelas massas populares, ou seja, pelos sindicatos e outras associações. É, portanto, a democracia directa que se exerce.

A segunda obra importante da Comuna é a obra social, evidentemente.

Que medidas destacaria pelo seu avanço e modernidade?

Particularmente um decreto que confiava às associações operárias e às associações sindicais a responsabilidade de pôr a funcionar as oficinas abandonadas pelos patrões (uma forma de autogestão), e algumas medidas essenciais, como a igualdade de salário homem/mulher, a supressão do trabalho nocturno, etc. Outro aspecto muito importante de que se revestiu reside no facto de os estrangeiros não só participarem na Comuna como assumirem também nela um papel dirigente - foi, por exemplo, o único Estado do mundo que teve um ministro estrangeiro. E também no plano laico há inovações. A França era o único Estado laico no fim do século XIX, com uma escola laica, gratuita e obrigatória. Há, pois, toda uma série de medidas, que são medidas de vanguarda, em relação mesmo aos dias de hoje. E o papel das mulheres... As mulheres tiveram um papel extremamente importante na Comuna.

É certo ter havido um decreto que reconhecia os direitos dos filhos ilegítimos?

Absolutamente.

... e reconhecia a igualdade absoluta das mulheres. Isso fazia «tremer» as estruturas da sociedade, não?

Certo, Houve uma recusa da moralidade vigente. Efectivamente, a Comuna teve a audácia de, em relação aos filhos de casais casados, de casais vivendo em união livre, ou de adultério, criar uma lei que atribuía a sua guarda sempre à mulher, quer fossem ou não casadas. Isto é sem dúvida importante. E é-o também o lugar que a mulher ocupou na Comuna. Elas não se limitaram a socorrer os feridos: combateram nas barricadas, promoveram a escolarização, organizaram-se no plano político, nas oficinas autogeridas. Aliás, só o papel que desempenharam explica o ódio que lhes é manifestado pelos «versailhenses», que criaram o mito das «petroleuses» - que de facto nunca existiram - que acusavam de incendiar casas.

Pode-se considerar que foi a primeira tentativa de organização de um governo socialista?

Socialista, não. Um governo operário. A primeira revolução operária. A verdade é que não houve, que não se pode falar de socialismo. A Comuna não deu à luz o socialismo ainda que o trouxesse no ventre. Não teve tempo. Medidas socialistas, propriamente, não houve.

Entrevista com Claude Willard



Sublevação republicana de Paris de 18 de Março de 1871

- O que a Comuna de Paris teve de essencial foi o facto de ser um governo do povo, pelo povo e para o povo.

Por exemplo, as oficinas abandonadas pelo patrão não foram confiscadas. Foram postas a funcionar, naturalmente em seu benefício, mas não confiscadas. O que se passaria se a Comuna tivesse continuado é outro problema. Mas não foram socializados os meios de produção que é, afinal, o que define o socialismo. A Comuna correspondia, no entanto, aos interesses do operariado, dos artesãos, dos camponeses - que nem chegaram a saber os importantes poderes que a Comuna lhes tinha atribuído. Algumas medidas da Comuna foram mais tarde retomadas pela República mas a grande medida da Comuna, segundo Marx, «foi a sua própria existência e acção».

Apesar de tudo isso, a Comuna falhou. Estariam, afinal, criadas as condições para o avanço desse movimento?

Um historiador não pode usar «se», não pode modificar o passado. A Comuna foi o que foi, simplesmente.

Que repercussões teve a Comuna nos movimentos operários europeus?

Houve uma influência imediata, tendo em conta o que então Marx escreveu sobre a guerra civil em França e que foi universalmente lido. Por outro lado, houve «comunards» emigrados em numerosos países. Essa a razão porque, por exemplo, no mês de Março, no Luxemburgo, se promove uma festa - a festa dos «comunards» - celebrada pelos «comunards» que para lá foram. Havia muitos no estrangeiro, Itália... Em Cuba, por exemplo, vivia um «comunard» que desempenhava um papel importante na Armada espanhola e que se solidarizou com os cubanos na guerra da independência comandada por José Martí. Tendo morrido em combate, foi considerado herói nacional e a casa onde vivia foi recuperada, tendo-se aí erigido o museu da Comuna. Não em todos, claro, mas pode-se dizer que na maior parte dos países há registos da passagem de «comunards».

- Há (...) toda uma série de medidas, que são medidas de vanguarda, em relação mesmo aos dias de hoje.

A Comuna influenciou fortemente todo o movimento operário internacional, nomeadamente a Revolução de Outubro. Lenin foi beber muito à história da Comuna. Mas não só Lenin. Também Rosa Luxemburgo, de forma diferente é certo, se reclama altamente da Comuna.

Falou no papel das mulheres. Terá a Comuna influenciado também o movimento feminista?

Houve uma mulher que teve um papel muito importante na Comuna - Louise Michelle. Mas Louise Michelle não participou em absoluto em qualquer movimento feminista na Comuna. Ela era soldado, estava nas barricadas, ocupava-se apenas disso. Ao contrário, é depois da Comuna que ocorre o verdadeiro nascimento de Louise Michelle. Torna-se professora, continuará a apoiar os «comunards», e quando regressa a França torna-se uma grande militante da causa da liberdade, incluindo a feminina. Mas durante a Comuna, não.

Vivemos uma época de crise social grave e generalizada. Aumenta o desemprego, alastra a pobreza, intensifica-se a exploração, ainda que revestindo formas mais sofisticadas. O Tratado de Maastricht põe em causa a soberania e a independência nacionais. Considera existir alguma similitude entre as duas épocas?

Estou totalmente de acordo com a sua análise sobre a situação actual. Bem... mas a situação é totalmente diferente da do tempo da Comuna.

Mas as condições objectivas para qualquer mudança existem?...

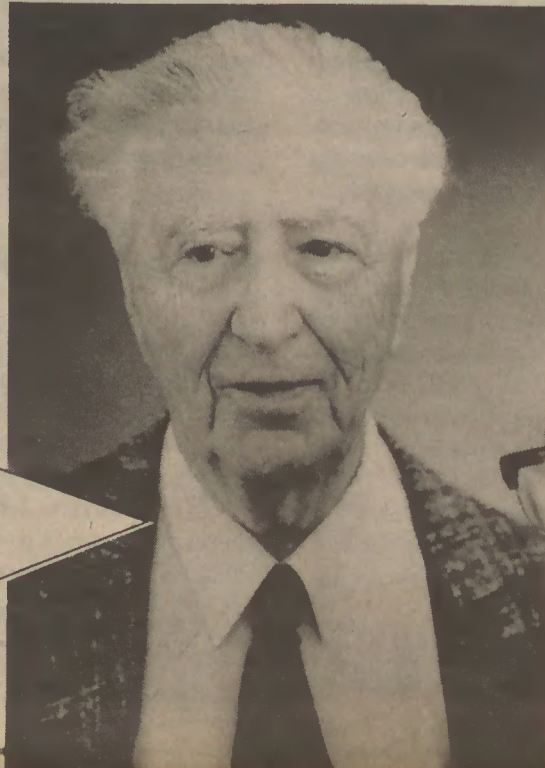
Sim, estou de acordo. Mas só posso dizer que é preciso lutar e que os adversários são os mesmos. A propósito do Tratado de Maastricht - eu sou totalmente anti-Maastricht - lembro que a Comuna propôs a livre federação das comunas de França, o que não tinha nada a ver com o espírito de Maastricht. Eles eram adeptos da soberania popular, mas de uma soberania local. Não se tratava de soberania nacional.

É certo que um historiador não pode mudar o passado, mas pode...

Ele não pode mudar o passado e não pode comparar duas situações tão diferentes. O que eu diria é que os ideais que guiaram os «comunards», esses ideais permanecem vivos. É preciso lutar, como eles lutaram, não se resignar, procurar o progresso. Mas as condições mudaram completamente.

... mas pode, dizia eu, ter uma opinião sobre o futuro. Tendo em conta o seu conhecimento da História, que futuro pensa estar neste momento a desenhar-se?

O futuro é imprevisível. O que lhe posso dizer é que é preciso nunca renunciar à luta. A minha opinião é, sem dúvida, a de que é necessário aglutinar esforços, reconstituir a solidariedade internacional face ao Tratado de Maastricht. Juntar esforços para lutar ao mesmo tempo contra o «rei dinheiro», o papel que o Tratado nos impõe, contra a dominação americana, etc. É uma luta que pertence aos povos.



EM FOCO

Estado da Nação

Três dossiers esquecidos

O debate sobre o Estado da Nação decorreu no apertado espartilho das regras regimentais introduzidas pelo PSD na legislatura passada. Sobre o que foi dito, já muito se escreveu. Trago aqui três dossiers que o debate não abriu: regionalização, a lei dos «cortes de estradas», e o Serviço de Informações de Segurança (SIS).

São dossiers que o Primeiro-Ministro não quis tocar e que por isso mesmo se apagaram totalmente do debate. O modelo deste debate dito sobre o Estado da Nação é assim mesmo. Convém não esquecer que quem introduziu esta figura no Regimento da Assembleia foi o PSD no tempo de Cavaco Silva. O debate foi desenhado para servir os interesses do então Primeiro-Ministro. O debate é inteiramente governamentalizado: o Primeiro-Ministro abre com uma longa exposição e depois «sujeita-se» às perguntas dos Deputados como quem lhes concede uma graça. Verdadeiramente, os Deputados e as suas perguntas têm a «nobre» missão de permitir ao Primeiro-Ministro mostrar a sua habilidade e preparação. A última palavra é sempre do Primeiro-Ministro, antes o Aníbal, agora o António. O Parlamento é assim transformado num palco, onde o lugar central é reservado ao Primeiro-Ministro.

Não espanta por isso que António Guterres possa seleccionar os temas à medida dos seus gostos e interesses. Foi-lhe mesmo possível puxar para o centro do debate não o que fez e não fez, mas o que eventualmente e em dia incerto faz tenção de fazer. Levando ao extremo o campo de manobra que o Regimento lhe dá, o Primeiro-Ministro quis mesmo transformar o debate sobre o Estado da Nação numa negociação pública sobre o Orçamento do Estado para o próximo ano. Foram caricatos os tiques e ademanos que Guterres e Marques Mendes trocaram a propósito da votação do Orçamento. Guterres insinuou mesmo um convite público à formação de um bloco central de apoio às políticas de Maastricht, e, conseqüentemente, à votação do Orçamento para 1997 que executa essas políticas. O convite foi levado mais longe: adiantou já a possibilidade e intenção de a via escolhida ser a de não haver aumento de impostos. Com os estreitos limites impostos ao défice orçamental e ao peso da dívida pública, a opção referida conduz inevitavelmente a dolorosos cortes na despesa pública, com graves conseqüências sobre a vida dos cidadãos, incluindo o aumento do desemprego, a contenção salarial na função pública e os cortes nas prestações sociais. O convite de Guterres é assim um convite ao PSD para partilhar os encargos sociais das opções de política europeia que ambos assumiram. Guterres lembra, e bem, que quando foi oposição (?) sempre defendeu essas políticas e sempre as assumiu. Pedindo

agora o retorno ao PSD, Guterres coloca-se na posição espantosa de pedir aos vencidos nas eleições de 1 de Outubro passado que ajudem o Governo a executar precisamente as mesmas políticas que esses vencidos praticaram e que foram condenadas pelo eleitorado naquelas eleições.

Os três dossiers que aqui trago à lembrança revelam o estado de relacionamento do Governo com a famosa gaveta onde o PS tradicionalmente guarda as suas promessas, os seus compromissos e as suas maldades. A regionalização é o exemplo de um processo em curso de ser metido na gaveta. Quanto ao projecto de lei dos «cortes de estrada», foi mostrado na gaveta entreaberta mas logo de seguida foi escondido à espera de melhor oportunidade. Finalmente, a correcção dos desmandos e ilegalidades do SIS é na prática um dossier que nunca chegou a sair da gaveta, apesar

das promessas e denúncias feitas pelo PS quando não era Governo.

Quando deixa em branco no seu discurso sobre o Estado da Nação todo o capítulo relativo à criação das Regiões

Administrativas, o Primeiro-Ministro confessa implicitamente que se trata de um dossier cujo estado actual não o enche de orgulho. Estivesse o processo de regionalização numa fase ascendente e com o seu termo à vista, fosse a fase actual do processo de criação das regiões uma fase empolgante alimentada pelo entusiasmo do seu partido, e então o Primeiro-Ministro não deixaria cair em boca alheia as pérolas retóricas de auto-elogio com que catalogaria a questão. Mas não. O PS deixou cair a criação das regiões numa completa embrulhada, construída pelas sucessivas cedências à chantagem do PSD.

Confusão total

Na revisão constitucional, o processo prossegue com a confusão própria dos processos que patinam. A norma sobre os referendos (artigo 256º da Constituição) foi votada pelo PS e PP, mas o PSD pôs-se de fora, com a alegação de que não era consagrado o voto dos emigrantes nesses referendos, questão sobre a qual o PSD continua a dizer que faz finca-pé. O voto do PS e do PP foi suficiente porque esses dois partidos votaram uma alteração ao regimento da Comissão Eventual para a Revisão Constitucional permitindo a aprovação de propostas de revisão por maioria simples. Com essa alteração, PS e PP visavam tirar ao PSD a possibilidade de bloquear a revisão, como o faz no início do processo. Tratou-se então de um «golpe regimental». Não deixa de ser bem gozado ver agora o PSD a usar o golpe PS/PP para por sua vez pregar uma rasteira ao PS... Dir-se-á que quando a questão chegar ao Plenário, o PSD votará a norma. Claro que o fará mais tarde ou mais cedo, com mais ou menos cedência do PS. Mas isso não tira um milímetro à caracterização do processo: o PSD mantém a sua margem de chantagem e mantém o processo embrulhado.

A confusão é total. A revisão só pode subir para o Plenário com alguma velocidade se for cindida, isto é, se avançarem separadamente e à frente os capítulos da regionalização e do referendo. Mas para isso, é preciso que o próprio Plenário o decida, e isso só lá para Outubro. Nessa altura, a Assembleia já estará no debate orçamental. Entretanto,

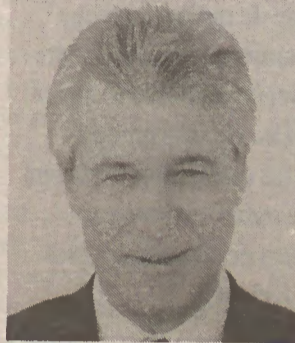
a lei de criação tem prazo de debate público até 15 de Outubro e só depois disso poderá ser aprovada. O debate na especialidade é também obrigatoriamente em Plenário! Se nesta embrulhada a revisão constitucional e a lei forem aprovadas por milagre ainda este ano, segue-se um calendário pesado: aprovação da lei do referendo (também na especialidade em Plenário!), lei que tem de ser aprovada por maioria absoluta (com quem a vai aprovar o PS: com os partidos PSD e PP, que dizem ser a favor do referendo mas que só falam nele para inviabilizar a regionalização, ou com o Partido, o PCP, que é favor da regionalização, mas contra estes referendos? Depois, têm de ser convocados os referendos, com uns 80 dias de antecedência. Os referendos podem dar respostas contraditórias, ou aqui ou ali não contarem com a participação de 50% dos

eleitores, caso em que têm de ser repetidos. Depois há ainda a lei eleitoral para os órgãos das regiões.

Não é preciso juntar mais nada para perceber a razão que levou ao silêncio de Guterres sobre a regionalização. É altura de pedir ao Engº Guterres que conte ao País com sinceridade se ainda quer avançar com as regiões ou se acha hoje que o processo traz mais incómodos e menos benefícios eleitorais do que aqueles com que contava. Diga com sinceridade se tem a mais pequena esperança ou o mais modesto desejo de que as eleições para as regiões possam ocorrer em Dezembro do próximo ano, juntamente com as eleições municipais.

Balão de ensaio

O segundo dossier esquecido que aqui refiro é o dossier da lei dos «cortes de estradas». Para quem tenha esquecido, recordo



João Amaral

que há cerca de dois meses, alguém deixou cair no regaço da comunicação social, como um balão de ensaio, a notícia de que estava em preparação nova legislação sobre o direito de manifestação, com multas no valor de centenas de contos aplicadas administrativamente pela polícia aos manifestantes e com a possibilidade de envolvimento das Forças Armadas em missões contra cidadãos. À mesma velocidade com que apareceu, essa proposta levou sumiço. As reacções de condenação e desagrado vieram de todos os lados e o Governo escondeu a mão. A informação que Guterres devia ter dado no debate sobre o Estado da Nação, e que não deu, era a de explicar o que se passa com tal legislação. Quando o ano de 1997 promete ser muito pior quanto às condições de vida, ao emprego e aos salários, que acha o Governo? Que vai precisar deste instrumento de excepção e antidemocrático para combater a resistência popular? Vai o Engº Guterres abrir a gaveta para deixar sair o monstro?

O terceiro dossier, o do SIS, que aqui abro, sei que é do particular desagrado do Primeiro-Ministro e do Governo. Percebo perfeitamente que o clima de silêncio que se tem vivido nestes últimos meses é o que mais convém ao Governo. É pois com a exacta consciência de que viola a regra de silêncio que o Governo desejaria que fosse respeitada que aqui deixo algumas notas sobre a questão.

As actuações do SIS constituíram um dos maiores escândalos dos governos de Cavaco Silva. Os casos que vieram a público mostraram que o SIS se portava como uma polícia de informações políticas, combatendo os adversários do Governo como inimigos da Nação e da ordem pública. Houve casos de vigilância, perseguição e infiltrações, visando associações sindicais, de estudantes, de agricultores, até partidos políticos. Num caso conhecidíssimo, até a actividade de um tribunal e dos seus magistrados foi objecto da acção do SIS.

Que se esperava e exigia do PS, que tanto falou enquanto foi oposição ao governo do PSD? Esperar-se-ia coerência e cumprimento das promessas, até porque o que está em questão é a garantia das liberdades fundamentais e, por outro lado, o combate contra a perversão de um serviço do Estado, transformado num órgão antidemocrático e dedicado a uma causa político-partidária. Mas não. O PS deixou intocado tudo o que é essencial.

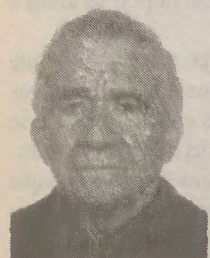
Passados mais de oito meses de funções e quase cinco desde que a Procuradoria-Geral da República concluiu o seu relatório sobre os actos do SIS, demonstrando e confirmando as acções contra partidos e organizações sociais, o Governo remete-se ao silêncio e deixa tudo na mesma.

Continua a não existir Conselho de Fiscalização, estando o SIS em roda livre sem qualquer controlo parlamentar. Não foram aprovadas quaisquer normas legais que limitem a actividade dos Serviços, impedindo-o de prosseguir as acções de natureza político-partidária que caracterizam a sua acção, e reservando-o à luta contra a alta criminalidade, no estrito cumprimento do interesse público. Não houve, que se saiba, nenhuma orientação de serviço nesse sentido (aliás, se tivesse existido, o Governo trataria logo de dar pública notícia do facto...). Não houve qualquer processo disciplinar contra os responsáveis e autores das ilegalidades. Não houve qualquer mexida nos quadros dirigentes e responsáveis pelos serviços. Até o General Pedro Cardoso, secretário-geral da Comissão Técnica, se conserva no seu lugar-chave, apesar de ser público e notório de que é defensor de um modelo de actuação dos Serviços que se traduz na submissão a critérios político-partidários e na justificação dos atentados aos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos.

Com este programa, não espanta que António Guterres se conserve em silêncio e que no debate sobre o Estado da Nação tenha considerado que o estado das «Secretas» não era tema a abordar. Fica entretanto a dúvida sobre o que é que isso significa. Muito concretamente, a pergunta que tem de se fazer e para a qual se espera resposta, é muito simples e directa: o facto de deixar o SIS na mesma situação em que o encontrou e o facto de manter sobre a gestão do SIS o maior silêncio, significa pura e simplesmente que o Governo PS está a usar o SIS como o fazia o Governo do PSD e a dupla Cavaco Silva/Dias Loureiro?

Cabe ao Governo responder. Em qualquer altura, já que não achou o debate sobre o Estado da Nação momento oportuno!

EM FOCO



■ Miguel Urbano Rodrigues

Continuidade e descontinuidade no Brasil desconhecido

Morros verdes recortados em céu azul pálido. É um verde de muitos tons que forma muralha compacta, ilusoriamente impenetrável. Nos cumes arredondados, a lembrar seios, abrem-se fendas escuras. Do negrume das rochas despenham-se cascatas que logo se desfazem em névoa luminosa. Nas baixadas, cachoeiros espumejantes tornam-se mãos de rios preguiçosos que correm entre mangues fechados.

Na espessura da mata os ruídos produzidos por infinidade de insectos fundem-se num zumbido síntese, incômodo, que sugere movimentos invisíveis. Pelas altas ramarias bandos de periquitos esvoaçam, barulhentos, enquanto o grito agudo dos gaviões rompe o canto ritmado das pequenas aves da floresta.

Pequenos, pobres, decrepitos ranchos de madeira assinalam, de longe em longe, a presença humana. Banais sobem por encostas onduladas. Mais abaixo, minúsculas roças, distanciadadas, fazem prova de uma misérrima agricultura de subsistência. Bois ossudos pastam em magros capinzais.

Mergulho com frequência nessa região arcaica, inóspita e exótica para uma mentalidade europeia. A mim cativava-me.

Não é preciso ir até à Amazônia para contemplar tal cenário. Encontramo-lo a umas dezenas de quilómetros de São Paulo, a megalópolis de 17 milhões de habitantes.

Essa paisagem é filha dos paradoxos da história e da geografia do Brasil. A enorme barreira da Serra do Mar marcou o processo de fixação dos pioneiros europeus. Em São Paulo, a ocupação do território fez-se a partir da beira do planalto para o interior.

No litoral, pantanoso, insalubre, os portugueses quase se não afastaram do perímetro dos pequenos portos, vilarejos adormecidos, esmagados pela floresta próxima que crescia até ao alto da Serra. Para lá desta, a borda do planalto imenso anunciava campos abertos, propícios à agricultura e à pecuária.

Transcorridos cinco séculos, a cortina da mata atlântica permanece quase intacta. Na orla marítima, Santos cresceu como porto gigante (o maior da América Latina) e como cidade. Mas, a Sul e a Norte, acompanhando o mar, as contradições, chocantes, amontoam-se. Ao longo de mais de quatro centenas de quilómetros, sofisticadas

estâncias balneares alternam com areais desertos, penhascos e matas que descem até

Separada das regiões desenvolvidas do Estado pela vastidão das várzeas quase despovoadas do Vale do Ribeira, a pequena cidade mantém o rosto e a atmosfera de uma vila do século XIX teimosamente apegada à sua moldura colonial.

Fundada como outros povoados paulistas em meados do século XVI, estagnou durante muitas décadas. A linha divisória de Tordesilhas (esquecida durante o período

mágica que evoca o seu desembarque e achado no areal paradisíaco da Jureia após batalha naval entre uma nau portuguesa e um barco holandês há mais de três séculos. A força da devoção popular explica que o Senhor do Bom Jesus tenha dado o nome à enorme basílica oitocentista da cidade, pólo de uma peregrinação que todos os anos, nas festas, atrai milhares de forasteiros, incluindo gente piedosa de países vizinhos.

rani que em português significa «vegetação de águas paradas». O nome ajusta-se ao cenário. A cidade está cercada de mar, de rios e canais; onde findam as águas começa o verde dos mangues e o mato que anuncia a floresta.

Há muito que não pernoitava numa cidade tão tranquila e silenciosa. Da sacada do meu hotelzinho centenário vi a praça grande esvaziar-se de gente logo que o sol se escondeu. Ouvi na noite enluarada

pelos morros se estendia até ao rio Guaraú onde apanhámos robalos enormes em redes artesanais, com água pela cintura.

Essa Peruíbe morreu. Somente reconheci a cidade porque o morro do costão não mudou de lugar e a mata que o cobre fecha o horizonte.

Hoje, a cidade é uma moderna estância balnear frequentada pela classe média de São Paulo. A população residente excede os 30 000 habitantes. Milhares de belas vivendas, rodeadas de pequenos jardins, alinham-se em ruas e avenidas, num traçado geométrico limitado pelo areal batido pelas ondas. Perto, no antigo centro, sobem para o céu grandes blocos de apartamentos.

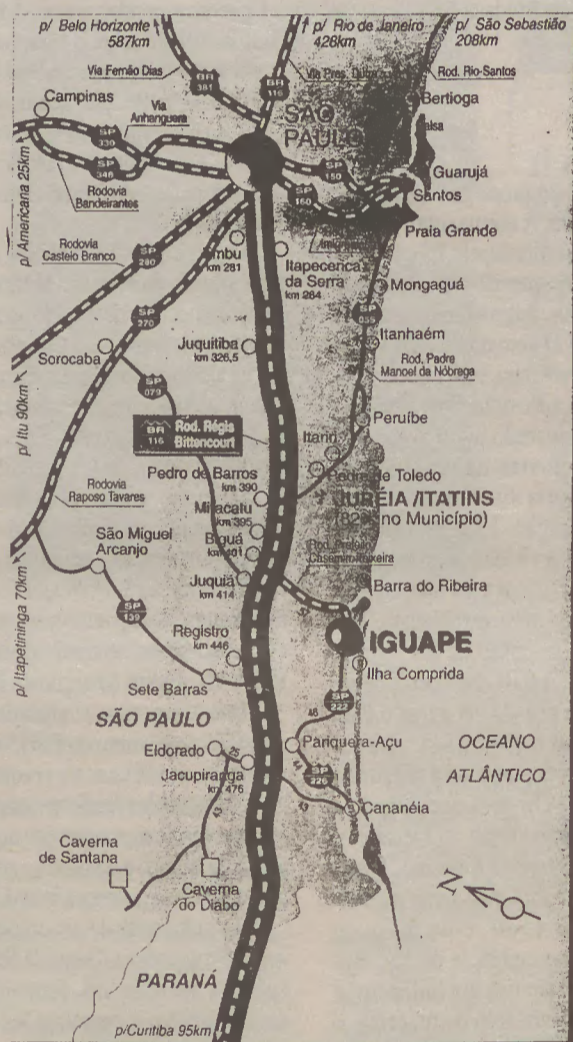
Na velha praça, onde, antigamente, havia uma casinha colonial desconjuntada, até à igreja foi derrubada e substituída por um templo horrendo, de bizarra estrutura.

Peruíbe é a antítese de Iguape. Ao longo das extensas avenidas centrais, restaurantes, discotecas, hotéis, supermercados inserem-se numa paisagem muito praiana e muito tropical do final do século XX. E tudo aquilo brotou da terra, em período de crises económicas encadeadas, em menos de vinte anos.

Trinta quilómetros a Norte, seguindo a linha da costa ao longo de uma praia algo monótona, existe uma cidade, Itanhaém, que, em muitos aspectos, surge ao visitante como o meio termo entre Iguape e Peruíbe. Estabelece a ponte entre os séculos. Foi o segundo povoado que os portugueses fundaram no Brasil.

A recordar a passagem dos jesuítas no final do século XVII, o edifício da cadeia (museu municipal) e a igreja matriz, construída na época de Pombal. Em volta uma movimentada cidade-praia de férias (São Paulo dista somente 105 quilómetros) recheada de problemas, com 30 000 favelados numa população que deve rondar os 80 000 habitantes e índices de miséria e violência preocupantes.

Iguape, Peruíbe e Itanhaém, vizinhas e diferentes. São rostos do mesmo país que reflectem, no mesmo Estado, atitudes, opções, imagens de uma sociedade onde contradições explosivas e incomuns condicionam, no quotidiano, o movimento da vida e o futuro da nação.



enseadas de águas paradas. Nessa paisagem descontínua o mundo arcaico finda onde principia a introdução ao século XXI.

Em algumas cidades marítimas de São Paulo o tempo caminhou devagar. Emergem das baixadas como estruturas estáticas. A sua imobilidade toca-nos, sem ferir. Elas atraem o visitante para outro Brasil, inimaginado na Europa. Tão perto de São Paulo e tão distante. São burgos da vida quieta, lenta, onde o atraso preservou o património.

Iguape, no Litoral Sul do Estado, é uma dessas cidades fantasmáticas. Revisite-a há dias. Não mudou muita coisa ali nos últimos trinta anos.

filipino) passava ali, o que fez de Iguape, nos primeiros anos, uma área de fronteira com o império espanhol.

O descobrimento de ouro de aluvião nos rios e ribeirões do Vale atraiu muita gente pouco antes da Restauração. Dessa época ficou apenas um edifício, o mais antigo da cidade, a Casa de Oficina Real da Fundação de Ouro, onde hoje está instalado o Museu Municipal.

A história real de Iguape e as histórias lendárias que a envolvem formam um conjunto tão inextricável que é difícil estabelecer nele limites entre o ficcional e o concreto.

A tradição oral ligada à chegada da imagem do Senhor do Bom Jesus tomou-se parte da memória colectiva do povo local. Poucos ousam pôr em dúvida a lenda

Não obstante o valor e o volume do património — monumentos, estações pré-históricas, praias belíssimas — Iguape escapou até hoje à invasão turística. As comunicações com a Ilha Comprida — uma ilha-praia com mais de 70 quilómetros de extensão que corre fronteira a um estreito canal, o Mar Pequeno, prodigioso celeiro de vida marinha — continuam a fazer-se através de uma balsa. A política e a corrupção deixaram inacabado o tabuleiro da ponte sonhada pelo povo...

Fez-me bem andar sem rumo por Iguape. Entrar na Basílica, nas Igrejas do Rosário e de São Benedito, escutar as conversas daquela gente doce e extrovertida, permanecer em meditação diante de velhos casarões coloniais de rodapés caídos à alentejana. A palavra Iguape nasceu de *guapé*, vocábulo tupi-gua-

as horas tocadas pelos sinos do Bom Jesus. Do terreo vazio apenas subia o ruído leve e inconfundível do balançar de altas palmeiras acariciadas pela brisa marinha.

Não fora a luza dos candeeiros e o vermelho incandescente das montras de alguns estabelecimentos e poderia imaginar-me numa sonolenta cidade da época do imperador D. Pedro.

O litoral paulista é, em tudo, como já salientei, descontinuo. Incrustada nele, Peruíbe — a cidade-praia mais próxima de Iguape — faz parte de outro Brasil.

Passava ali as férias nos meus anos de exílio. Peruíbe era, então, uma grande aldeia com uns 5000 habitantes. O casario de madeira predominava. Nos pântanos vizinhos ainda havia jacarés e meu filho caçava porcos bravos e veados na grande floresta que



Regionalização e Desenvolvimento

■ Virgílio
Cardoso Alves *

Intervir no desenvolvimento é, na minha perspectiva, entender onde estamos, definir para onde queremos ir, avaliar os recursos que temos disponíveis e seleccionar o modelo a utilizar para atingir o objectivo.

Assim, seguindo esta metodologia, procurarei responder a estas questões sem ter a veleidade de ser exaustivo na descrição e muito menos ambicioso na definição do modelo. Alerta, ainda, que o ensaio sobre o diagnóstico é apenas sobre o sector agrário, mais especificamente, sobre o subsector pecuário.

Onde estamos?

Numa região com uma superfície total de 1 228 203 ha (13,8% da superfície total de Portugal continental), uma Superfície Agrícola Útil (SAU) calculada em 493 229 ha (40,2% da SAU continental), 75 625 explorações (6,5 ha em média por exploração), das quais 47 893 (63,3%) têm menos de 5 ha e 55% delas repartidas por mais de 5 blocos.

chega a possuir 10% das máquinas agrícolas, o apoio técnico-científico é praticamente inexistente, o apoio financeiro é dos mais pequenos do País, a formação técnica rudimentar.

A representação política no Poder Central é feita por historiadores do ridículo e no Poder Local por pretensiosos.

Neste quadro, está bem patente o reduzido impacto dos apoios estrutu-

forma de organização socioeconómica que centenariamente tem resistido às investidas da política nacional. Foi o combate contra as raças autóctones durante vários anos e a resistência durante décadas ao desenvolvimento do sector leiteiro (veja-se as políticas de florestação iniciada nas décadas de 40 que combateu fortemente as espécies ovina e caprina e mesmo os bovinos de uso múltiplo, e de fomento pecuário que privilegiou as raças exóticas de carne).

Perguntas com resposta

Para onde queremos ir?

Para um estágio de desenvolvimento alicerçado na nossa identidade cultural, que reforce a nossa fra-

medida das potencialidades e resolva rapidamente os problemas que se põem em cada circunstância. É a agricultura dos recursos disponíveis nos seus quadros de origem, não sujeitando as suas regiões aos interesses e imposições do exterior.

As acções a desenvolver, no quadro deste modelo, podem ser inventariadas como se segue:

– travar o declínio e recuperar a diversificação da produção agrícola, pugnando por um melhor equilíbrio entre a oferta e a procura no mercado (os imperativos económicos, por si só, não garantem flexibilidade na futura produção agrícola, visto que as forças de mercado não têm capacidade para resolver o problema e não podem prever as futuras necessidades);

– dar um novo relevo e papel à investigação e desenvolvimento;

ecossistemas mais próximos, diferentes ou inovadores, geridos pelo Homem);

– definir técnicas de produção que destaquem a qualidade do que se produz, isto é, incorporação mais completa dos processos naturais na produção, reduzindo o uso de inputs prejudiciais ao ambiente e à saúde de agricultores e consumidores (a crescente procura de produtos de qualidade por parte de um segmento dos consumidores, que está disposto a pagar mais caro produtos com uma garantia de salubridade – produções de animais em condições mais naturais, valor nutritivo com base na composição química e outras características do produto, isenção de utilização de hormonas e de outros promotores de crescimento, etc. –, garante-nos que a alternativa de futuro não estará na opção de quantidade,

mas sim, de qualidade);

– investir determinantemente na valorização do homem-agricultor, elemento-chave de todo o processo (incentivos ao rejuvenescimento, educação, informação, formação e dignificação);

– dinamizar a modernização tecnológica e estrutural das fileiras agro-alimentares;

– promover os produtos genuínos através da implementação de imagens de marca e criar marcas de

qualidade e origem;

– apoiar o desenvolvimento de actividades complementares compatíveis com o espírito rural e reconhecer o importante papel socioeconómico da agricultura de «part-time».

Pelo que afirmamos, podemos concluir que se todas as actividades económicas em geral, quando canalizadas para o desenvolvimento, beneficiam da regionalização, a actividade agrícola, quando concebida em sistemas integrados, não é possível sem ela.

* Eng.º Dr. Zootécnico da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Intervenção proferida na 2ª Conferência Democrática sobre Trás-os-Montes e Alto Douro, em Mirandela, a 16 de Junho.



No que respeita à orientação técnico-económica das explorações, as opções determinantes são as culturas permanentes (que dominam em mais de 40%) e a policultura (que é a opção em quase 28%), geridas por um campesinato «sábio» porque conhecedor profundo dos meios físico e humano, honesto porque põe no mercado, a preços justos, os produtos que utiliza para seu próprio consumo.

«Uma das características fundamentais da agricultura camponesa, e só ela tem essas características, é a preocupação em produzir qualidade porque o produto é o mesmo que se destina ao seu próprio consumo» (Henrique de Barros).

E, se Trás-os-Montes, como vimos, possui 40,2% da Superfície Agrícola Útil do Continente, não

rajs entrados no País. Justificam-se as dúvidas e, consequentes críticas, que a lavoura tem feito ao longo dos últimos anos às grandes opções que os sucessivos governos têm tomado.

Não posso apresentar o contributo relativo de cada um dos subsectores no Produto Agrícola Bruto, uma vez que não existem dados concretos sobre isso. Contudo, sabe-se que na região há duas produções estratégicas, uma é o vinho generoso, ou vinho do Douro, como é evidente nos concelhos vizinhos do Douro, e outra, a produção de animais ruminantes na maioria dos restantes concelhos – bovinos na montanha, Planalto Mirandês e vales submontanos e ovinos na Terra Quente. E a identidade dada à região por estes vectores de actividade está bem patente na

ternidade humana, que respeite o nosso ecossistema e potenciador da satisfação material.

Que meios dispomos?

De um solo de uso múltiplo, de um clima diversificado, de grande diversidade genética nos ecotipos vegetais, florestais e animais, de um saber-fazer racional e de uma cultura profundamente humanista.

Que modelo utilizar para atingir o objectivo?

O modelo de desenvolvimento sustentado, ou seja:

– privilegiar as produções agrícolas interdependentes e equilibradas do ecossistema;

– dirigir a actividade para a agricultura de qualidade biológica e alto valor acrescentado.

A agricultura integrada é feita à

Capitalistas dão colo a Monteiro...

Alarmados com o descalabro em que entrou o Partido Popular e Manuel Monteiro - duas ficções políticas que têm acarinhado - vários capitalistas ou seus representantes convidaram o chefe do PP para jantar. Coisa fina, obviamente, que os convivas não são de popularidades, apesar do seu desvelo com um partido dito «Popular». Eram eles os seguintes, segundo rezam as gazetas: Rosado Fernandes (dirigente da CAP e eurodeputado do PP), Ferraz da Costa (dirigente da CIP), João Ribeiro da Fonseca (Portugália), Bagão Félix (alto quadro no BCP e benfiquista nas horas vagas) e Nuno Fernandes Thomaz, vice-presidente do PP e «braço direito» do banqueiro Jorge Mello.

Consta que a finalidade do jantar foi dar ânimo a Manuel Monteiro para continuar à frente do PP e, ao mesmo tempo, dar nota que havia desagrado com o comportamento de Paulo Portas. Um comportamento que Rosado Fernandes, com

grande finura, resumiu numa artighada que publicou no *Independente*, onde diz o seguinte, acerca do ex-amigo e ex-mentor de Monteiro: «A sua ambição de notoriedade conduziu-o a tentar destruir o Monteiro, seu amigo, que só pecou por ter permitido que no partido a intriga, tipo feminina, feita de melindres e chilikues, se perpetuasse.»

Com apoios tão «machos», Manuel Monteiro devia precaver-se melhor: é que um dia destes, tal como Champallimaud lhe pediu o cheque de volta, são capazes de lhe enviar a conta do jantar. Se calhar com melindre e algum chilikue, tipo amigos da onça...

... e Monteiro ao colo dos capitalistas

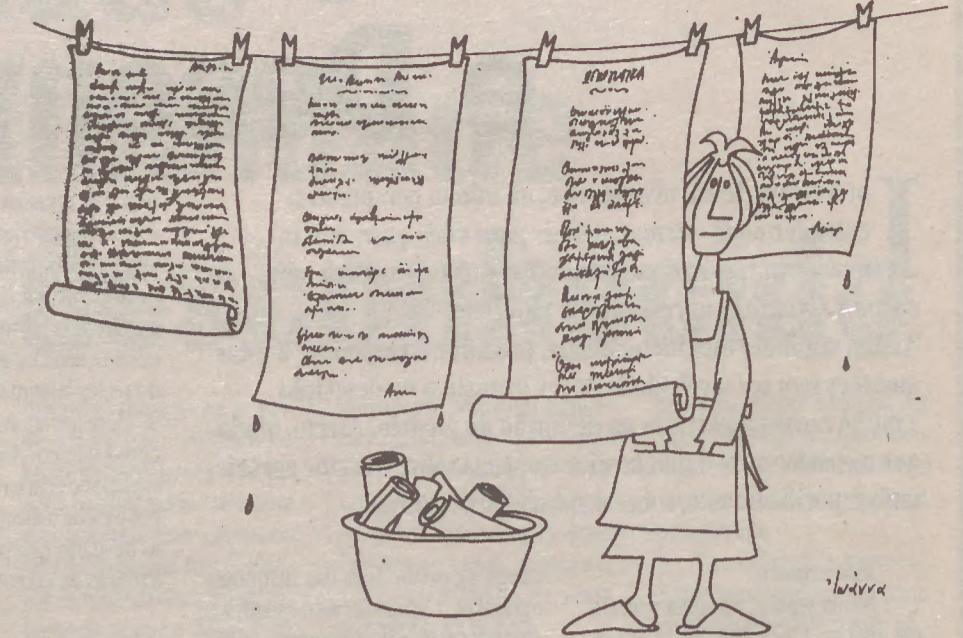
É, aliás, esclarecedor (mais) este repasto de capitalistas com o líder do PP, partido que financiam com o mais tranquilo dos descaramentos. Enquanto nos partidos realmente democráticos as massas populares, que neles se reconhecem, neles se unem para lutar pelos seus interesses, no PP a coisa é ligeiramente diferente: os senhores do dinheiro compram este partido

PONTOS CARDEAIS

como se estivessem numa operação comercial, esperando depois descansadamente que esse partido se lance à conquista das massas, o que se traduzirá em poder e rentabilizará o investimento. São todos tão democratas!

Contributos

Entretanto, por banda do Grupo Parlamentar do PP - o tal que Manuel Monteiro zurziu num conclave na Madeira ao ponto de despoletar a zanga de Paulo Portas - pratica-se um aplicado contorcionismo para fingir que está tudo bem. Jorge Ferreira, o líder que muitos dos seus pares gostariam de pôr a liderar para outro sítio, afirmou ao *Independente* o seguinte: «Penso que a demissão do dr. Paulo Portas é um acto legítimo, que prefiro analisar como mais um contributo do Paulo para o crescimento de um projecto político de que ele é co-autor.» Com contributos destes, daqui a pouco nem os contributos, realmente substantivos, dos



capitalistas que dão de jantar a Manuel Monteiro têm substância para aguentar o «projecto»...

Os pareceres de Marcelo

Uma das grandes novidades da semana foi a ideia de um jornal em desencantar um parecer jurídico de Marcelo Rebelo de Sousa elaborado há poucos anos para os deputados PSD

madeirenses, onde o azougado presidente do PSD - na altura bem longe de dirigir o partido - demonstrava por A mais B que as trampolinices com as viagens de avião eram perfeitamente legais, sugerindo mesmo, com minúcia, que se podia trocar um bilhete de primeira por dois de segunda ou, até, sacar a massa e ficar em terra. Confrontado com o facto, o azougado Marcelo saiu-se com a seguinte incandescência: o

que dissera há uns anos era de «carácter jurídico», e o diametralmente oposto que agora defende é de «carácter político». Então o que é «jurídico» não é, concomitantemente, político? A Constituição da República - a Lei Fundamental do País - não tem nada de político? Os elefantes já voam?!... Quer-nos «parecer» que sim.

As más contas da UGT

Não bastava, à UGT, as embrulhadas com os dinheiros e respectivos sumiços do Fundo Social Europeu - agora também tem à perna os credores. E a coisa não é leve: os credores dos cursos de formação profissional estão a bater à porta da UGT com 600 a 800 mil contos em letras protestadas, cujos juros aumentam diariamente. A coisa é tão complicada que os dirigentes da central das «mãozinhas» estão a tentar negociar um empréstimo com a banca, mais concretamente estão a tentar transformar a dívida num empréstimo a um ano, renovável. Quando se é de más contas, as más novas não páram.

Um país sem esgotos

O balanço teve honras de primeira página no *Público*: só 21% da população portuguesa beneficia da cobertura de saneamento básico; quatro quintos dos esgotos das populações urbanas em Portugal são descarregadas a céu aberto sem qualquer tratamento ou vão para fossas; metade das estações de tratamento funciona mal e parte delas está parada, sendo necessários 80 milhões de contos só para pôr a funcionar o equipamento já instalado. Com índices e problemas destes, o Governo do Partido Socialista (à semelhança, aliás, do cavaquismo) continua a ter como preocupação fundamental a convergência nominal e a entrada, à viva força, para a moeda única...

PONTOS NATURAIS

Leituras de Verão

Uma campanha democrática

A Administração de Ieltsin não ocultou que a guerra com o principal adversário, o comunista Guennadi Ziuganov, era total. «Não vamos dar aos comunistas o tempo e umas condições iguais. Não o merecem. São um partido anticonstitucional» - disse Valeri Kucher, chefe do Departamento de Informação e Propaganda, aos representantes do Instituto Europeu dos Meios de Comunicação, segundo relatório do mesmo instituto. Na guerra contra Ziuganov empregaram-se panfletos ofensivos anónimos que, como pôde comprovar esta correspondente na província de Vladimir, se confeccionavam e fotocopiavam nas sedes da campanha de Ieltsin. A equipa presidencial contou também com centros de desinformação clandestinos que redigiam documentos supostamente atribuídos aos comunistas, como um ortodoxo programa económico no jornal «Komsomolskaia Pravda». (Pilar Bonet, correspondente do EL PAÍS em Moscovo)

«Se eu fosse russo»

Claro que a Rússia, como a História, nunca se repete. Um bom conselho é o do Director da NTV, Igor Malatsenko: «Se quiserem compreender a nova Rússia, esqueçam tudo o que aprenderam com a soviologia americana.» Ao fim de quatro anos de fim do império, novos e velhos russos estão cansados de promessas e humilhações. Olham no excessivo apego

do Ocidente, um presente envenenado, pois tudo o que falhar no processo de reformas e na revolução social será atribuído à «prostituição euro-americana» da Rússia.

Por outro lado, se eu fosse russo não gostaria de ver as minhas cidades invadidas por estrangeiros arrogantes e diplomatas excessivos, à caça de carne jovem e de emoções fortes, portando-se como um exército de ocupação armado de moeda forte. (Nuno Rogeiro, «INDEPENDENTE»)

Um bom sistema

Boris Kagarlitski conta uma história: «Há dias, eu voava para os Estados Unidos com um homem de negócios americano que queria saber como funcionava o sistema bancário na Rússia: Eu expliquei-lhe: «As pessoas pedem créditos. Depois, se não pagam, o banqueiro contrata um assassino para matar o devedor. É assim que lidamos com os maus pagadores na Rússia. No nosso país ninguém confia num banqueiro que não mata os seus clientes. Eu não lhe entregaria o meu dinheiro porque não ficaria seguro.» O americano respondeu: «Isso é um bom sistema. Nós temos tantos problemas com os advogados...»

(Paulo Moura, enviado do PÚBLICO a Moscovo)

Mário Castrim



AGENDA

NÃO à lixeira de Trajouce

A CDU, que defende a selagem imediata da lixeira e a recuperação paisagística do local, promove amanhã, sexta-feira, a partir das 21h30, um debate público no Grupo Musical e Desportivo 9 de Abril de Trajouce para que convida toda a população, porque «a participação de todos é fundamental para impedir que a Câmara de Cascais construa o aterro de Trajouce».

Debate CDU em Massamá

Os problemas e a política autárquica do concelho de Sintra, assim como as soluções preconizadas pela CDU, estarão no centro do debate que hoje, dia 18, a partir das 21h30, se realiza na Delegação da Junta de Freguesia de Queluz em Massamá, no Parque Salgueiro Maia, com a participação de Lino Paulo.

CARLOS CARVALHAS EM LOURES E SINES

O Secretário-geral do PCP participa no próximo sábado numa jornada de convívio em Sines com pescadores e suas famílias, autarcas, dirigentes locais do PCP e outros amigos. Ao almoço - que se realiza a partir das 13 horas no Salão do Povo - segue-se uma viagem a bordo da traineira «Célia», com partida do Porto de Sines cerca das 14h30.

Na segunda-feira, a convite do Presidente da Câmara Municipal de Loures, Carlos Carvalhas visita à noite os locais onde decorrem as Festas de Loures. Participa igualmente, antecedendo a visita, num jantar num dos espaços da Festa, o «Arraial Saloio», com início às 20h30.



Regiões Administrativas para Portugal DEBATES COM O PCP

Na PÓVOA DE VARZIM

A Comissão Concelhia da Póvoa de Varzim do PCP promove a realização no próximo dia 19, sexta-feira, às 21h30, de um debate público sobre Regionalização. O debate - no Centro de Trabalho - será introduzido por Jorge Sarabando.

Em VILA FRANCA DE XIRA

No dia 27, à noite, António Filipe estará presente num debate sobre Regionalização promovido pela Comissão Concelhia de Vila Franca.

Em Algés

quinta-feira, 18

DEBATE SOBRE SEGURANÇA SOCIAL

Maria do Carmo Tavares, dirigente da CGTP, é a convidada para este debate, a realizar no Palácio Ribamar, quinta-feira, 18, às 21h30.

Encontro de emigrantes comunistas

Aproveitando o período de Verão, a Direcção da Organização na Emigração do PCP promove um encontro no dia 26 de Julho, no CT Soeiro Pereira Gomes, em Lisboa, aberto a todos os membros do Partido emigrados que estejam na altura em Portugal. Com início às 10h, o Encontro propõe-se discutir:

- 1- Os problemas e a situação na Emigração;
- 2- O XV Congresso do PCP.

Para qualquer esclarecimento poderão os camaradas contactar, por telefone (7936272, rede de Lisboa), o Sector de Emigração do PCP.

Reuniões e Assembleias

SETÚBAL

Plenário de militantes da organização da freguesia de S. Simão: sexta-feira, 19, às 21h30, na garagem do cam. Jorge Sousa, em Vila Fresca de Azeitão.

VILA FRANCA DE XIRA

Plenário de militantes da freguesia de Póvoa de Sta. Iria sobre a situação política e social e a Festa do Avante! - hoje, quinta-feira, às 21h30, no CT da Póvoa.



BRIGADA JUVENIL SOLIDARIEDADE COM CUBA

UMA LUDOTECA PARA CUBA

Este ano, a brigada juvenil de solidariedade com Cuba, que decorrerá de 24 Julho a 13 de Agosto, oferecerá uma Ludoteca para as crianças da Província de Holguin.

Para isso estamos a recolher o material necessário, como livros, jogos, brinquedos, canetas, lápis de cor, etc.

Participa, entrega aqui o teu apoio, ou contacta-nos para a CASA DA PAZ
Rua Rodrigo da Fonseca,
56, 2º, 1250 - Lisboa
tel. 3863375



ASSOCIAÇÃO DE AMIZADE PORTUGAL-CUBA

VAIE CONNOSCO
16/25 DE AGOSTO DE 1996



E REVOLUÇÃO !!

RESERVAS PELO TELEFONE 3857905 * FAX 3857905

II Acampamento pela Esquerda VILA DO PAÚL SERRA DA ESTRELA DE 18 A 21 DE JULHO



INSCREVE-TE PELO TEL.: 075-25031
OU PELO FAX 075-25032



De 19 a 27 de Julho

Loures está em Festa

Festas todos os dias
e para todos os gostos...

... e um Espaço PCP
no Terraço do Centro de Trabalho,
onde todos os dias, depois das 6,
haverá música e petiscos



ACAMPAMENTO
DA JCP DO
ALGARVE
E BEJA
20 e 21 Julho
VR Santo António

TELEVISÃO

Quinta, 18

RTP 1

09.00 Notícias
09.10 Acrobacias Detectives
09.35 Cinzas
10.30 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.35 País Real
14.10 Clássicos da RTP
14.35 Herman Total
15.30 Infantil / Juvenil
16.20 Malha de Intrigas
18.00 Pedra Sobre Pedra
19.00 Azul
20.00 Telejornal
20.50 Primeiro Amor
22.05 Maria Elisa
23.00 Ciclismo - Volta à França
23.10 24 Horas
23.25 RTP/Financial Times
24.00 Dupla Explosiva
(de Baz Taylor, EUA-1992, com Jeff Goldblum, Mimi Rogers. «Thriller»)

RTP 2

17.00 Notícias
17.05 Ciclismo - Volta à França
18.00 Um, Dó, Li, Tá
18.40 Caderno Diário
18.50 Magazine «Ver Artes»
19.35 TV Nostalgia: «Colditz»
20.30 A Última Fronteira
21.05 Watergate
22.05 Acontece
22.20 RTP/Financial Times
22.30 Jornal 2
23.10 Mulheres à Beira de um Ataque de Nervos
(de Pedro Almodóvar, Esp.-1988, com Carmen Maura, Antonio Banderas. Ver Destaque)
00.55 Planeta Música: «Ritmos do Mundo»

SIC

09.00 Os Conquistadores
09.30 Buérré
11.00 Olimpíadas Radicais
11.30 As Receitas do Dia
11.55 A Guerra dos Sexos
13.00 Primeiro Jornal
13.30 A Brincar, a Brincar
14.00 Os Imortais
15.00 Buérré
17.25 Notícias
17.40 Renascer
18.50 Quem É Você?
20.00 Jornal da Noite
20.45 História de Amor
22.00 Os Trapalhões
22.30 Marina, Dona Revista
23.30 Grande Reportagem
00.35 Último Jornal
00.50 Contos Eróticos
01.50 Vibrações

TVI

10.00 Espaço Cultural
12.10 Clube da Manhã
13.00 Dez Prá Uma
13.30 Jornal da Uma
14.20 A Fúria do Destino
14.55 SOS Urgências
16.00 A Hora do Recreio
17.40 Informação
18.00 A Menina Prodígio
18.35 Marés Vivas
19.30 Novo Jornal
20.10 Negócios em Dia
20.30 Ninho de Cucos
21.30 Martín
22.00 A Mão Esquerda de Deus
(de Edward Dmytryk, EUA-1955, com Humphrey Bogart, Gene Tierney, Lee J. Cobb. Ver Destaque)
23.50 TVI Jornal
00.20 Fora de Jogo
00.30 Jornal do Mundo
01.00 A Balada de Hill Street

Sexta, 19

RTP 1

09.00 Notícias
09.10 Acrobacias Detectives
09.40 Cinzas
10.30 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.40 País Real
14.00 Clássicos da RTP
- «Os Andrades»
14.30 Quem é o Que?
15.40 Infantil / Juvenil
16.30 Malha de Intrigas
18.00 Pedra Sobre Pedra
19.00 Azul
20.00 Telejornal
20.50 A Mulher do Sr. Ministro
21.25 Primeiro Amor
22.55 Todos a Bordo
(de Adam Resnick, EUA-1994. Comédia)
00.25 Ciclismo - Volta à França
00.40 24 Horas
00.55 RTP/Financial Times
01.05 Atlanta 96
01.30 Jogos Olímpicos - Cerimónia de Abertura

RTP 2

17.00 Notícias
17.05 Ciclismo - Volta à França
18.00 Um, Dó, Li, Tá
18.45 Caderno Diário
18.50 Máquinas
19.25 TV Nostalgia
- «5 Dimensão»
20.30 A Par e Passo
21.05 Kissing e Nixon
(Telefilme de Daniel Petrie, EUA-1995, com Ron Silver e Beau Bridges. Telefilme)
22.30 Jornal 2
23.15 Acontece
23.30 RTP/Financial Times
23.35 Ata-me
(de Pedro Almodóvar, Esp.-1989, com Victoria Abril, Antonio Banderas, Francisco Rabal. Ver Destaque)
01.20 Planeta Música: The Boston Pops Orchestra (2ª parte)

SIC

09.00 Os Conquistadores
09.30 Buérré
11.00 Olimpíadas Radicais
11.30 As Receitas do Dia
11.55 A Guerra dos Sexos
13.00 Primeiro Jornal
13.30 A Brincar, a Brincar
14.00 Os Imortais
15.00 Buérré
17.25 Notícias
17.40 Renascer
18.50 Quem É Você?
20.00 Jornal da Noite
20.50 História de Amor
22.00 Os Malucos do Riso
22.30 Sim ou Não
23.30 Donos da Bola
01.10 Olimpíadas
01.20 Último Jornal
01.35 Playboy
02.35 Vibrações

TVI

10.00 Espaço Cultural
12.10 Clube da Manhã
13.00 Dez Prá Uma
13.30 Jornal da Uma
14.20 A Fúria do Destino
14.55 SOS Urgências
16.00 A Hora do Recreio
17.40 Informação
18.00 A Menina Prodígio
18.35 Marés Vivas
19.30 Novo Jornal
20.10 Negócios em Dia
20.30 O Poder da Lei
21.30 Doido por Ti
22.00 Nunca Enganes o Teu Marido
(de Carl Reiner, EUA-1990, com Kirstie Alley, Bill Pulman, Carrie Fisher. Comédia)
24.00 TVI Jornal
00.25 Fora de Jogo
00.35 Booker

Sábado, 20

RTP 1

08.00 Sempre a Abrir
13.00 Jornal da Tarde
13.20 Top +
14.40 Beverly Hills 90210
15.30 Chefe, mas Pouco
16.05 Balbúrdia no Leste
(de Mel Brooks, EUA-1970, com Ron Moody, Frank Langella, Dom DeLuise. Ver Destaque)
17.50 86-60-86
18.35 Clube dos Totalistas
19.55 Atlanta 96 - Futebol: Portugal-Tunísia
22.00 Telejornal
23.00 Primeiro Amor
23.50 Parabéns
01.25 Ciclismo - Volta à França
01.40 24 Horas
02.00 Atlanta 96

RTP 2

09.00 Universidade Aberta
12.00 Atlanta 96 - Cerimónia de Abertura (Resumo)
13.45 Euronews
14.15 Desporto 2
19.35 Semana ao Sábado
20.35 Um Homem em Casa
21.00 Figuras de Estilo
22.00 Atlanta 96
00.35 Já Não Ouço a Guitarra
(de Philippe Garrel, Fr.-1991, com Benoît Régent, Johanna Ter Steege, Yann Collette. Ver Destaque)

SIC

08.30 Buérré
12.00 O Mundo dos Animais
13.00 Primeiro Jornal
13.40 Malhação
14.40 Portugal Radical
15.10 A Leste do Paraíso
16.10 Justiça Negra
17.10 Médicos Sem Fronteiras
18.10 O Regresso do Polícia Cyborg
(de Sam Firstenberg, EUA-1991, com David Bradley, Morgan Hunter. Acção)
20.00 Jornal da Noite
20.50 Clube VIP
21.20 Vira Lata
22.30 Big Show Sic
01.00 Olimpíadas
01.20 Último Jornal
01.35 O Dia em que o Mundo Acabou
(de James Goldstone, EUA-1980, com Paul Newman, Jacqueline Bisset, William Holden. Catástrofe)

TVI

09.40 Animação
12.00 Novos Ventos
13.00 Contra-Ataque
14.15 Troféu Carina
14.30 Odisseia Submarina
15.30 Ténis
16.00 Desejo de Vencer
(de Martin Ritt, EUA-1978, com Walter Matthau, Alexis Smith. Biográfico/Desporto)
18.00 California Dreams
18.30 Os Novos Intocáveis
19.30 Telejornal
20.30 Babylon 5
21.30 Homer e Eddie
(de Andrei Konchalovsky, EUA-1989, com Whoppi Goldeberg, James Belushi, Karen Black. Drama)
23.20 Últimas Notícias
23.40 Hammett, Detective Privado
18.35 Marés Vivas
19.30 Novo Jornal
20.10 Negócios em Dia
20.30 O Poder da Lei
21.30 Doido por Ti
22.00 Nunca Enganes o Teu Marido
(de Terence Fisher, Gr.-Br.-1960, com Peter Cushing, Martita Hunt. Ver Destaque)

Domingo, 21

RTP 1

08.00 Sempre a Abrir
10.30 Atlanta 96
12.30 Jornal da Tarde
12.50 Motociclismo
14.10 Made in Portugal
15.20 Alta Voltagem
16.00 Um Estranho na Corte do Rei Artur
(de R. L. Thomas, EUA-1995, com Theresa Russell, Nick Mancuso. Aventuras)
17.45 100% Natural
18.15 Portugal ao Desafio
19.10 Casa Cheia
20.00 Telejornal
20.45 Enviado Especial
21.50 Primeiro Amor
22.20 Domingo em Cheio
23.50 Ciclismo: Volta à França
00.05 24 Horas
00.25 Atlanta 96
03.30 O Tempo

RTP 2

09.00 Caminhos
09.30 Novos Horizontes
10.00 70 x 7
10.30 Missa
11.30 O Homem e a Cidade - «Angra do Heroísmo»
12.00 Atlanta 96
18.00 Ciclismo - Volta à França
19.30 Musical
20.00 Atlanta 96
00.40 Tauromaquia

SIC

08.30 Buérré
12.00 BBC - Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
13.40 Malhação
14.40 Portugal Radical
15.10 Assuntos de Família
16.15 Guerra dos Mundos
17.15 Walker, o Ranger do Texas
18.15 Perry Mason na Alta Costura
(de Christian Nyby II, EUA-1992. Telefilme / Policial)
20.00 Jornal da Noite
20.45 Olimpíadas
20.50 Vira Lata
22.00 Pensão Estrela
22.30 Alvos Humanos
00.30 Olimpíadas
00.50 Último Jornal
01.10 Cidade Debaixo do Mar
(de Irwin Allen, EUA-1970, com Robert Wagner, Joseph Cotten. Ficção Científica)

TVI

09.40 Clube da Manhã
12.00 Missa
13.30 O 8º Dia
14.25 Portugal Português
16.00 Praia de Sonho
(de Lindall Hobbs, EUA-1987. Comédia)
17.45 Proezas de Hollywood
18.05 Desafios
18.35 Adultos à Força
19.30 Telejornal
20.15 Confissões de Adolescentes
20.50 Melrose Place
21.50 Camões
(de António Lopes Ribeiro, Port.-1946, com António Vilar, Igrejas Caetano, Leonor Maia. Histórico)
00.30 Últimas Notícias



Segunda, 22

RTP 1

09.00 Notícias
09.10 Chefe, mas Pouco
09.35 Cinzas
10.30 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.30 País Real
14.00 Clássicos da RTP
- «Lá em Casa Tudo Bem»
14.30 Todos ao Palco
15.55 Infantil / Juvenil
16.20 Malha de Intrigas
18.00 Pedra Sobre Pedra
19.00 Azul
20.00 Telejornal
20.50 Top Moda
21.00 Queridas e Maduras
21.30 Primeiro Amor
22.45 Chefe, mas Pouco
23.20 24 Horas
23.25 RTP / Financial Times
23.45 Atlanta 96
05.00 O Tempo

RTP 2

12.00 Atlanta 96
13.30 Carrinha Mágica
14.00 Atlanta 96
19.00 Notícias 2
19.05 Universidade Aberta
19.20 Remate
20.00 Bem-vinda Roxie Carmichael
21.35 Para Além do Ano 2000
21.50 Jornal 2
22.10 Acontece
22.30 Atlanta 96
23.15 Os 400 Golpes
(de François Truffaut, Fr.-59, com Jean-Pierre Léaud, Jean Moreau. Ver Destaque)

SIC

09.00 Os Conquistadores
09.30 Buérré
11.00 Olimpíadas Radicais
11.30 As Receitas do Dia
11.55 A Guerra dos Sexos
13.00 Primeiro Jornal
13.30 A Brincar, a Brincar
14.00 Os Imortais
15.00 Buérré
17.25 Notícias
17.40 Renascer
18.50 Quem É Você?
20.00 Jornal da Noite
20.45 Olimpíadas
20.50 História de Amor
21.45 Sai da Minha Vida
22.15 Justiça à Margem da Lei
(de Jack Lee Thompson, EUA-1989, com Charles Bronson. «Thriller»)
00.45 Último Jornal
01.00 Contos de Arrepiar
02.00 Vibrações

TVI

10.00 Espaço Cultural
12.10 Clube da Manhã
13.00 Jornal da Uma
13.55 Ambição
14.55 SOS Urgências
16.00 A Hora do Recreio
17.40 Informação
18.00 A Menina Prodígio
18.35 Marés Vivas
19.30 Novo Jornal
20.30 Picket Fences
21.30 Frasier
22.00 Eu Te Acuso
(de Guy Magar, EUA-1990, com Leigh Lawson, Maggie Han. Drama)
24.00 TVI Jornal
00.20 Fora de Jogo
00.35 Primeira Fila
01.10 Luta pela Verdade

Terça, 23

RTP 1

09.00 Notícias
09.10 Acrobacias Detectives
09.40 Cinzas
10.30 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.30 País Real
14.00 Clássicos da RTP:
- «Lá em Casa Tudo Bem»
14.30 Todos ao Palco
15.55 Infantil / Juvenil
16.20 Malha de Intrigas
18.00 Pedra Sobre Pedra
19.00 Azul
20.00 Telejornal
20.50 Primeiro Amor
21.35 Jogos Sem Fronteiras
23.05 Ligações Perigosas
00.05 24 Horas
00.20 RTP / Financial Times
00.30 Atlanta 96
03.30 O Tempo

RTP 2

12.00 Atlanta 96
13.30 Carrinha Mágica
14.00 Atlanta 96
19.00 Rotações
20.00 Notícias 2
22.00 Jornal 2
22.30 Atlanta 96
23.15 Beijos Roubados
(de François Truffaut, Fr.-1968, com Jean-Pierre Léaud, Claude Jade, Delphine Seyrig. Ver Destaque)
02.10 Planeta Música - Jazz

SIC

09.00 Os Conquistadores
09.30 Buérré
11.00 Olimpíadas Radicais
11.30 As Receitas do Dia
11.55 A Guerra dos Sexos
13.00 Primeiro Jornal
13.30 A Brincar, a Brincar
14.00 Os Imortais
15.00 Buérré
17.25 Notícias
17.40 Renascer
18.50 Quem É Você?
20.00 Jornal da Noite
20.45 Olimpíadas
20.50 História de Amor
21.50 Ai, os Homens!
23.30 As Viagens de Gulliver
00.30 Olimpíadas
00.50 Último Jornal
01.10 A Incrível Verdade
(de Hat Hartley, EUA-1990, com Adrienne Shelly, Robert Burke. Ver Destaque)
02.50 Vibrações

TVI

10.00 Espaço Cultural
12.10 Clube da Manhã
13.00 Jornal da Uma
13.55 Ambição
14.55 SOS Urgências
16.00 A Hora do Recreio
17.40 Informação
18.00 A Menina Prodígio
18.35 Marés Vivas
19.30 Novo Jornal
20.30 Picket Fences
21.30 Frasier
22.00 Eu Te Acuso
(de Guy Magar, EUA-1990, com Leigh Lawson, Maggie Han. Drama)
24.00 TVI Jornal
00.20 Fora de Jogo
00.35 Os Mistérios de Bill Cosby

Quarta, 24

RTP 1

09.00 Notícias
09.10 Acrobacias Detectives
09.40 Cinzas
10.30 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.30 País Real
14.00 Clássicos da RTP:
- «Canto Alegre»
14.50 Ligações Perigosas
15.30 Infantil / Juvenil
17.45 Malha de Intrigas
18.00 Azul
18.45 Vamos Jogar no Totobola
19.15 Atlanta 96 - Futebol: Portugal-EUA
21.30 Telejornal
22.05 Primeiro Amor
22.45 Herman Total
00.15 Vírus Assassino
23.50 24 Horas
00.15 RTP / Financial Times
00.30 Atlanta 96
03.30 O Tempo

RTP 2

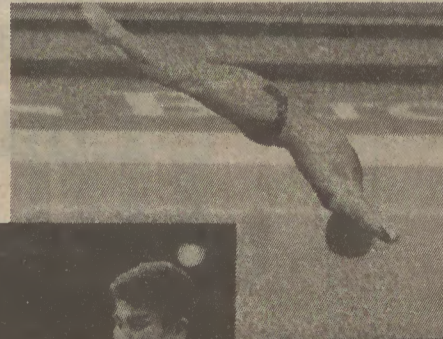
12.00 Atlanta 96
13.30 Carrinha Mágica
14.00 Atlanta 96
19.00 A Última Fronteira
20.00 «Off and Running»
20.00 Jornal 2
22.30 Atlanta 96
23.15 Domicílio Conjugal
(de François Truffaut, Fr.-1970, com Jean-Pierre Léaud, Claude Jade, Hiroko Berghauer. Ver Destaque)
00.15 Planeta Música: «Beat Special»

SIC

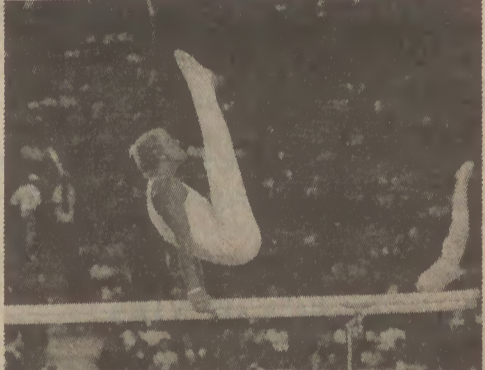
09.00 Os Conquistadores
09.30 Buérré
11.00 Olimpíadas Radicais
11.30 As Receitas do Dia
11.55 A Guerra dos Sexos
13.00 Primeiro Jornal
13.30 A Brincar, a Brincar
14.00 Os Imortais
15.00 Buérré
17.25 Notícias
17.40 Renascer
18.50 Quem É Você?
20.00 Jornal da Noite
20.45 Olimpíadas
20.50 História de Amor
21.45 Barba e Cabelo
22.30 A Lei do Mais Forte
23.30 Olimpíadas
23.55 Último Jornal
00.15 Toda a Verdade
01.15 Vibrações

TVI

10.00 Espaço Cultural
12.10 Clube da Manhã
13.00 Jornal da Uma
13.55 Ambição
14.55 SOS Urgências
16.00 A Hora do Recreio
17.40 Informação
18.00 A Menina Prodígio
18.35 Marés Vivas
19.30 Novo Jornal
20.30 Os Julgamentos de Rosie O'Neil
21.30 Competente e Descarada
22.00 Nas Teias da Mafia
(de Jim McBride, EUA-1986, com Dennis Quaid, Ellen Barkin, Ned Beatty. Ver Destaque)
24.00 TVI Jornal
00.30 Fora de Jogo
00.40 Quase Modelo, Quase Detective



100
Atlanta 1996



A grande festa do Desporto em Atlanta vai ser também, previsivelmente, o mais emocionante dos espectáculos nas televisões de todo o Mundo

TELEVISÃO

Por isto e por aquilo...

A Mão Esquerda de Deus

(Quinta, 22.00, TVI)

O principal interesse deste filme é ver Humphrey Bogart envergando uma sotaina! Quanto ao resto - a história de um aviador americano abatido nos céus da China no pós-II Guerra Mundial, tornado conselheiro militar de um general chinês e substituindo um sacerdote morto pelas tropas deste (o que lhe dificulta, enquanto «mão direita do Diabo», as aproximações amorosas de uma interessante enfermeira) - é algo que deixa bastante a desejar...

Mulheres à Beira de um Ataque de Nervos

(Quinta, 23.15, RTP2)

Este filme é a oitava grande-metragem de Pedro Almodóvar e a segunda a alcançar fama internacional, após o êxito de Que Fiz Eu Para Merecer Isto? Autêntico drama de «faca e alguidar», que arranca ao espectador assíduas e fortes gargalhadas, a história é um exemplo... exemplar de um certo cinema pop dos anos 80 e conta-nos as desventuras de uma obscura actriz de TV e figurante de publicidade ao ser abandonada pelo seu amante de longos anos. Encenado com o artifício e a loucura desbragada a que o realizador nos habituou (e de que frequentemente viria a abusar!), o filme é irresistível naquilo que a própria canção com que termina acaba por desvendar - é que tudo não é mais do que... «puro teatro»! Olé!



Jean-Pierre Léaud (ao centro) no centro das atenções de «Os 400 Golpes» de François Truffaut

Ata-me!

(Sexta, 23.10, RTP2)

Certamente que este filme não é do melhor Almodóvar que a RTP 2 apresenta no seu ciclo. Mas a transformação operada (no sentido da comédia) de uma história em que as situações são do mais chocante que há, dá a justa medida de como Pedro Almodóvar sabe «manipular» os sentimentos do espectador e, mais ainda, dos próprios intérpretes, aqui parecendo entretidos, conosco, a observar do exterior os papéis que lhes coube representar: o de uma actriz de filmes pornográficos e o de um jovem perturbado que tenta convencê-la a amá-lo. Face ao material em presença, que saudades de Buñuel...

Balbúrdia no Leste

(Sábado, 16.50, RTP1)

Esteve programado para Maio deste ano no mesmo canal mas como é agora de novo anunciado é de supor que, na altura, não tenha sido emitido. Nunca se sabe! Bem menos conhecido do que os restantes filmes de Mel Brooks, Balbúrdia no Leste é considerado uma das suas melhores comédias e vai buscar a sua inspiração à clássica história da velha senhora que esconde as jóias no interior de uma cadeira da sua casa de jantar - um tesouro que é cobiçado por toda a espécie de gente... Mas o realizador aproveita para fazer aqui uma paródia, por vezes irresistível, aos romances de Dostoiévski e ao cinema clássico russo, com um Dom DeLuise em grande forma.



Não é de forma alguma seguro que os filmes de Truffaut a projectar pela RTP2 no ciclo dedicado a este realizador sejam os anunciados. A avaliar pelas trocas e baldrocas que aconteceram com os ciclos Belmondo e Almodóvar, tudo é de esperar. Neste último, por exemplo, e ao contrário do que estava previsto no próprio Boletim da RTP distribuído à Imprensa, até ao momento em que escrevemos tanto Negros Hábitos como Que Fiz Eu Para Merecer Isto? já foram substituídos respectivamente por Kika e por Saltos Altos - e ainda só vamos no segundo filme do ciclo! Enquanto a tutela assiste impávida e serena à escalada de desleixo e incompetência que, contra tudo o que nos fora prometido e seria de esperar, continua a grassar na RTP e até já atinge o alegado «canal de referência» do serviço público, é caso para perguntar: que fizemos nós para merecer isto?

Hammett, Detective Privado

(Sábado, 23.40, TVI)

Pensada e trabalhada ao longo de anos, esta adaptação cinematográfica do romance de Joe Gores sobre um misterioso caso-real vivido pelo famoso escritor Dashiell Hammett é uma das obras mais interessantes realizadas nos EUA por um cineasta do Velho Mundo, marcada que é, igualmente, pelo irreprimível fascínio em si despertado pelo grande cinema clássico americano. O realizador alemão Wim Wenders soube, como poucos europeus, reconstituir a muito especial atmosfera do filme negro dos anos 30, a importância do trabalho de estúdio, a fabulosa construção da banda sonora, num filme que, para além de levar na produção a «marca» de Coppolla (que algumas crónicas de bastidores, porventura maldosas, dizem que deu uma mãozinha) tem, em Frederic Forrest, um excelente intérprete da figura de Hammett e, ainda, a presença emblemática de Samuel Fuller.

Já Não Ouço a Guitarra

(Sábado, 00.35, RTP2)

Aqui, é o Boletim da RTP que nos dá uma pista acerca do realizador desta história em que casos amorosos se cruzam e entrecruzam: «Philippe Garrel é um cineasta francês muito sui generis que apesar de rodar filmes desde os anos sessenta nunca alcançou o sucesso internacional ou a notoriedade de outros realizadores da sua geração e inscreveu toda a sua obra numa espécie de nicho de culto muito discreto.» Bom, o problema é que pode muito bem ter acontecido que, desta vez, o mundo tivesse razão... A confirmar.

As Noivas de Drácula

(Sábado, 01.40, TVI)

Naturalmente sempre esperada pelos amadores do género, embora nada de particularmente superlativo venha acrescentar-lhe, esta obra de Terence Fisher desenvolve com invenção e elevado sentido de cinema a história do famoso Conde Drácula, desta vez afligido no ambiente tenebroso do seu castelo da Transilvânia uma série de jovens moçoilas que, progressivamente, se vão transformando em vampiras...



Adrienne Shelly e Robert Burke no filme «A Incrível Verdade», de Hat Hartley

Os 400 Golpes

(Segunda, 23.15, RTP2)

Maltratado pela família, em particular pela sua mãe, o jovem Antoine Doinel desinteressa-se dos estudos e aproveita uma oportunidade para roubar uma máquina de escrever. Colocado num centro de recuperação de jovens delinquentes, acaba por fugir em direcção ao mar. Assim contado, não parece. Mas trata-se, como se sabe, do filme-chave do arranque em pleno do movimento da Nova Vaga no cinema francês e, ao mesmo tempo, do filme essencial para compreender a futura obra de um dos seus maiores representantes, François Truffaut, e os temas que lhe são caros: a infância, a educação e uma grande sensibilidade para abordar a psicologia das personagens. A primeira aparição, também, de um actor excepcional: Jean-Pierre Léaud, aos 15 anos de idade, verdadeiro «irmão-gémeo» do grande cineasta.

Beijos Roubados

(Terça, 23.15, RTP2)

De novo Jean-Pierre Léaud e, mais uma vez (a terceira), na personagem de Antoine Doinel. Agora, terminado o serviço militar, ele procura orientar-se numa profissão mas, ao mesmo tempo, essa busca leva-o ao encontro do amor, mais ou menos passageiro ou para toda a vida... Um actor fabuloso brilhantemente dirigido por um cineasta exemplar. A não perder!

A Incrível Verdade

(Terça, 01.10, SIC)

Como as referências acertadamente recordam e sublinham, em A Incrível Verdade topamos com um mundo de gente vulgar e de todos os dias que, de súbito, se vê confrontada com acontecimentos bizarros e misteriosos - um pouco à maneira de David Lynch e da especial atmosfera por si criada em Twin Peaks. Por isso mesmo, não adiantamos aqui o enredo desta história bem apanhada que, podendo não agradar a todos os gostos, é suficientemente intrigante para prender a atenção. Um pedaço de «cinema independente» norte-americano.

Nas Teias da Mafia

(Quarta, 22.00, TVI)

Big Easy é a «alrunha» por que é conhecida Nova Orleães, cidade intrigante onde a história deste filme policial se desenrola: um jovem polícia, no fundamental íntegro, sofre entretanto da irreprimível tendência para se meter frequentemente em sarilhos porque é incapaz de resistir, às vezes, a cometer certas irregularidades e aceitar alguns pequenos favores... O mais interessante, porém, é vê-lo às voltas com um outro verdadeiro sarilho instalado na pessoa de uma espantosa assistente do Procurador Distrital, com quem se envolve profissional e amorosamente quando investiga os crimes que vão vitimando alguns figurões da Mafia. Com uma brilhante participação de Ellen Barkin (insuperável na cena do despertar, numa certa manhã...), o filme é realizado ao estilo dos filmes negros da série B, na lógica da admiração por Godard que o seu realizador Jim McBride amplamente demonstra possuir. Ou não fosse ele o (dessa vez desastrado, embora) realizador da versão americana de O Acossado - A Bout de Souffle.

Domicílio Conjugal

(Quarta, 23.15, RTP2)

Quarto episódio da saga Antoine Doinel: este casa desta vez com a Christine por quem se apaixonara em Beijos Roubados. Mas eis que, ao itinerar mais uma vez em busca de melhor emprego, lhe surge uma japonesa com a qual dá uma facadinhas no casamento... Infelizmente, como sublinha Paul Bouniq-Mercier, ao tornar-se um pouco mais burguês, Antoine Doinel perde um pouco da graça original - e, com ele, o próprio filme. Mas não deixa de ser um Truffaut.



Claude Jade e Jean-Pierre Léaud, em «Beijos Roubados», também de Truffaut



Os intérpretes principais de «Nas Teias da Mafia», filme de Jim McBride: Dennis Quaid e Ellen Barkin

Guevara, Rostand e os combates «inúteis»

■ Correia da Fonseca

O título era muito apelativo: «A Vida Secreta de Che Guevara». Programado pela SIC para transmissão à uma e meia da madrugada, o que na verdade haveria de significar arranque da transmissão lá para as três da manhã, o telefilme chegava com um acentuado cheirinho a «hardcore». E não se alegue que o Che é apenas uma grande figura da mitologia política do nosso tempo: quando a SIC e os seus fornecedores querem, tudo é território de escandaleira sexual. Lembrem-se do que a SIC nos contou acerca de Mao Tsé Tung ainda não há muito tempo? Depois daquilo, até parecia mal continuarmos a lembrar Mao como o líder que resistiu longamente aos japoneses, que bateu Chang Kai Check, que quebrou a milenária estagnação da China, que obrigou os norte-americanos a tirarem as mãos da Coreia do Norte, que sustentou uma dramática polémica com a União Soviética: afinal, o homem era apenas um sujeito com apetite por meninas. O documentário era britânico. Não há como os ingleses para abordarem a História com grande rigor e sentido do essencial.

«A Vida Secreta de Che Guevara» também era um produto britânico. Logo imaginei devastadoras denúncias de perversão sexual, sessões de sadismo revolucionário sobre inocentes herdeiras de milionários USA, testemunhos concludentes de homossexualidade activa, passiva e intermédia. De onde, naturalmente, a deportação do telefilme para aquele horário dificilmente frequentável. Foi-se a ver, porém, e não era nada disso: tratava-se exclusivamente de uma peça de carácter político. Por mim, fiquei compreensivelmente desconcertado: então, por que diabo falar em título numa suposta «vida secreta»? A biografia que nos era narrada não acrescentava nada a outros contos anteriores, verdadeiros ou falsos mas, em qualquer caso, largamente conhecidos. O que ali surgia de mais confidencial, a palavra que me perdoe, era uma senhora a opinar que o Che já com doze anos tinha uma personalidade estranha. E por que o dizia aquela santa criatura? Porque Guevara já então afirmava que Jesus havia sido um grande falhado. Supõe-se, naturalmente, que o Che formara essa opinião, talvez eventualmente chocante, por já aos doze anos verificar que o mundo de amor e fraternidade que Jesus pregara ainda estava por realizar dois mil anos mais tarde. Para sintoma de personalidade estranha parece escasso. Para sinal de vida secreta não era nada. Quanto a sexo, nem sombra. E até ao final foi sempre assim: «A Vida Secreta de Che Guevara» surgiu como um título arbitrário a flutuar no vazio.

Porém, como diria Pacheco Pereira, «a questão não é essa» (o senhor doutor gosta muito desta fórmula, que aliás muito utiliza quando lhe convém virar de bordo). A questão é que este título, esta injustificação para ele, esta hora remota para a transmissão, vinham provar que a intoxicação do público, o seu envenenamento ideológico, podem ser conseguidos mediante meios muito simples: por exemplo, um título basta. Os telespectadores não viram o telefilme transmitido às três horas da manhã? Tanto melhor. Na total ignorância do seu conteúdo e perante um título carregado de sugestões, era natural que imaginasse o pior. O Che passaria, assim, no seu imaginário, a protagonista de estórias confusamente adivinhadas e provavelmente escabrosas. O mais importante está aí.

Intrigas e ódios velhos

Quanto ao telefilme, produção do Channel Four, o título dedicado ao Che não o impediu de ser, antes do mais, uma nova peça de propaganda contra Cuba, contra Fidel e contra a resistência socialista da ilha. É claro que a direita internacional não gosta do Che. Mas usa para com ele de alguma indulgência. Entende-se: afinal de contas, conseguiu assassiná-lo. Por outro lado, o Che tornou-se uma espécie de bandeira ideológica para gerações insubmissas que, reconhecendo embora o carácter celerado da sociedade capitalista, têm dificuldade em enquadrar-se num combate rigoroso e disciplinado, prefe-

rindo a sugestão de aventura individual que a figura de Che Guevara para encarnar. Isso convém à direita, escusado é lembrá-lo. Além de que, sendo Guevara um adversário abatido, pode ser usado para com ele algum vago hálito de benevolência póstuma. Em contraste, contra Fidel, o resistente indomável, podem ser usadas todas as armas que os ódios velhos e o inescrúpulo geram.

Neste caso, quem diz Fidel diz Cuba. Por isso «A Vida Secreta de Che Guevara» se encarniçou em tecer intrigas entre a memória do Che e a realidade revolucionária cubana. Mas também o combatente argentino esteve

na mira do telefilme que, como mandam as regras do género, contra ele disparou viciações e aldrabices diversas. Todas de grande fragilidade, aliás, facilmente desmontáveis se o documentário integrasse um mínimo de «instrução contraditória» como a elementar honestidade exigiria. Por exemplo, e para pegar na ponta inicial do filme: o julgamento público e condenação de umas centenas de criminosos que, durante a ditadura, tinham torturado e assassinado milhares de patriotas. Lembremo-nos do que ali não foi dito: que a castração de presos políticos era, no regime de Batista, procedimento frequente. E só depois disso podemos avaliar como se justificou o julgamento público (e não a execução e tortura no segredo dos cárceres) de responsáveis por estas e outras

práticas infames que, entretanto, iam assegurando que Cuba continuasse a ser «a Las Vegas das Caraíbas», como o documentário repetiu.

«A Vida Secreta de Che Guevara» foi assim deslizando entre falsificações várias até chegar à conclusão de que Guevara falhou porque se frustrou a intenção de multiplicar os lugares de resistência activa à opressão norte-americana por todo o mundo. Assim se insinuou que o seu sacrifício «não valeu a pena», até porque a sua acção teria sido minimizada na própria Cuba. Como se vê, a gente que fabricou aquele produto é prudente e sábia: para os «telespectadores de títulos», disparava a sugestão de vertentes escabrosas que o telefilme não confirmaria; para quem se dispusesse a ver a peça, apostava na desmobilização de indignações sustentando a inutilidade de eventuais combates.

A lucidez de Cirano

Tudo bem pensado, pois. Aconteceu, porém, que o acaso tecer alguns azares, ainda que decerto não suficientes para neutralizar completamente o veneno injectado no circuito. «A Vida Secreta de Che Guevara» foi transmitido na noite de quarta para quinta-feira. No serão seguinte, na mesmíssima SIC, um trabalho incluído na rubrica «Grande Reportagem» veio lembrar a quem o quisesse esquecer que aqui mesmo, entre nós, realidades terríveis exigem que se faça qualquer coisa, ainda que naturalmente não apelem para intervenções guevaristas porque Lisboa não é a Bolívia, porque a década é outra, porque o dever da solidariedade tem de encontrar sempre as formas adequadas para lá da contabilização mesquinha do valer ou não valer a pena. A reportagem intitulava-se significativamente «Manual de Sobrevivência», era assinada por Pedro Coelho e, pelo que li, houve quem gostasse pouco dela. Por mim, pareceu-me que fez o mais importante: lançou, no jardim de futilidades várias e muitas vezes reles que é a SIC, não apenas um sinal de alarme que não pode ser adiado mas também a certeza de que, além do mais, entender é preciso.

Depois, na noite de sexta-feira, a RTP 2 transmitiu uma versão, aliás pobre, do «Cirano de Bergerac».

Acompanhei com uma pontinha de enfado o desempenho de Jean-Paul Belmondo no papel de Cirano. Apetecia-me, porém, voltar a ouvir os versos que já na cena final o autor pôs na boca do seu herói. São versos de recusa aos que, supostamente sensatos, alegam ser inútil o combate por causas ásperas mas imperativamente justas. A esses, Cirano responde com alguma ironia que «c'est bien plus beau lorsque c'est inutile», que é bem mais belo quando a luta é inútil. Até porque, bem o entendemos, nunca é inútil a coerência com o dever. Também porque nunca são afinal inúteis os combates justos; e a sobrevivência de Cuba, tantos anos depois do assassinio do comandante Che Guevara, subindo agora à condição de precioso testemunho de que a resistência num mundo capitalista sem soluções é possível contra todos os vaticínios, vem ilustrar magnificamente a beleza premonitivamente apontada, há quase um século, pelo verso de Rostand.



**HASTA LA VICTORIA
SIEMPRE**

ESCAPARATE

POP/ROCK

Mark Knopfler a solo

Na terça e quarta-feira da próxima semana (23 e 24), respectivamente no Coliseu do Porto e na Praça de Touros de Cascais, actuará o grande guitarrista britânico Mark Knopfler no final de uma

do último álbum do guitarrista, «Golden Heart», que ela pretende divulgar, gravado em Nashville e em Dublin na companhia de nomes consagrados como Sean Keane e Derek Bell (dos Chieftains) e



digressão europeia de três meses que o levou desde a República da Irlanda, ainda em Abril passado, até à Península Ibérica, passando pela Escócia, Inglaterra, Bélgica, Países Baixos, Alemanha, Suécia, Dinamarca, Eslováquia, Hungria, Áustria e França, entre outros países. A imagem com que ilustramos esta nota é a da página pessoal de Mark Knopfler na Internet (<http://www.markknopfler.com/tour/tour.htm>), onde se dá conta da tournée e

ainda de Paul Brady, Sonny Landreth, Michael Doucet, Steve Conn, Vince Gill e do seu companheiro de longa data Guy Fletcher. Fica a dúvida: marcarão este álbum e digressão a solo, tão amplamente promovidos, o começo do fim dos «Dire Straits»? A questão responde Knopfler, laconicamente: «Manter o grupo junto requer muito trabalho (...) mas é sempre uma bela coisa a fazer...»



A Orquestra Metropolitana de Lisboa estará presente no Festival de Música da Costa do Estoril

A Grande Música no Estoril

Aguardado com expectativa todos os anos, começou anteontem um dos habituais festivais de música do Verão: o «XXII Festival de Música da Costa do Estoril». Para os próximos dias, estão programados os seguintes eventos: hoje à noite, no Hotel Palácio-Estoril, Ginka Gitchkova (violino), Anatoli Krastev (violoncelo) e Savka-Chopova Markova (piano) tocarão obras de Schubert, Hadjev, Paganini e Luís de Freitas Branco; e no Sábado, em princípio no Teatro Gil Vicente (Cascais), o mesmo trio interpretará obras de Vlagiderov, Hadjev, Schubert e Joly Braga Santos. Na segunda, 22, será a vez de actuar a Orquestra de Câmara de Cascais, sob a direcção de Nicolay Lalov, também no Teatro Gil Vicente, seguindo-se na quarta-feira, 24, um recital a solo da pianista Pavica Gvozdic, totalmente preenchido com obras de Debussy. Todos estes concertos terão início às 21.30 horas. Mas o festival prosseguirá durante todo o mês de Julho, prolongando-se até meados de Agosto, com concertos preenchidos com obras de vários períodos da História da Música e a participação de solistas e formações instrumentais de amplitude e repertório muito diverso, como, entre outras, o Trio de Guitarras de Zagreb, a Orquestra Metropolitana de Lisboa, o pianista Humberto Quagliata, o organista Ferdinand Klinda, o barítono Luís Rodrigues e, ainda, concertos temáticos dedicados à música tradicional da Coreia (por Lee Hyeon-Jin, Park Ji-Young e Jeon Ji-Hye) e a cinco séculos de música vocal da Croácia, pelo grupo coral Madrigal, dirigido por Branko Kladarin.

BAILADO

Entre o clássico e o contemporâneo

Hoje e amanhã, às 21.30, e no sábado, às 16.00 e 21.30, o destaque neste domínio vai para a Companhia Nacional de Bailado que apresentará o célebre bailado em três actos e um prólogo «D. Quixote», com coreografia de Volodine, segundo Gorski, música de A. L. Minikus e cenografia de A. Vassiliev. Os espectáculos serão realizados no Teatro Nacional de S. Carlos, em Lisboa.

Mas os amantes de bailado que residam na zona do Porto terão à sua escolha outro espectáculo, este de dança contemporânea, intitulado «L.M. Lady Macbeth», com direcção e coreografia de Né Barros, texto e dramaturgia de Nicola Lusuardi, música original de Robert Neulicheldi, elocução e voz de Luís Madureira e interpretação de Isabel Barros, Raquel Silva, Elisabete Magalhães, Sónia Cunha e Vera Santos. Com produção da Ballet Teatro Companhia (Porto), o espectáculo que é estreado a 19 e terá outra récita a 20, no Teatro Nacional S. João, está integrado num ciclo para o qual se chama a atenção - «Dancem!» - que o director daquele teatro Ricardo Pais anuncia como iniciativa a prosseguir, anualmente, todos os meses de Julho.



TEATRO

Projecto Intercidades

Dinamizado por um grupo de actores, entre os quais se destacam António Feio, Adriano Luz, José Pedro Gomes e Miguel Guilherme, o «Projecto Intercidades» é uma co-produção do Teatro Nacional D. Maria II (Lisboa) e Teatro Nacional São João (Porto) com a colaboração da Fundação das Descobertas e o apoio do Instituto das Artes Cénicas. O primeiro espectáculo de uma série que irá decorrer em salas de Lisboa e do Porto está a realizar-se a partir do passado dia 13 e será apresentado até dia 29 deste mês, no Pequeno Auditório do Centro Cultural de Belém, às 21.30

horas. A peça, em dois actos, intitula-se «Perdidos em Yonkers», foi escrita por Neil Simon e, numa encenação de António Feio, com cenário de Teresa Grácio, figurinos de Juan Soutullo e música de Paulo Curado, tem interpretações de Cláudia Cadima, Lia Gama, José Pedro Soares, Luís Lucas e Teresa Sobral.



«Perdidos em Yonkers», ilustração de António Jorge Gonçalves

CORAIS

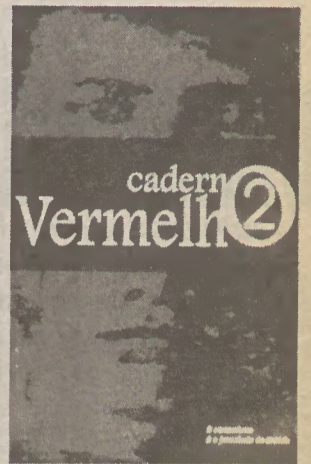
«Museu Aberto» em Monsaraz

Se o leitor gosta do «cante» alentejano, então aproveite e vá Domingo a Reguengos de Monsaraz onde pode assistir às 19 horas a uma actuação do Coral de S. Domingos e, às 21.30, a um Desfile de Corais Alentejanos. Ambas as iniciativas estão integradas no festival «Museu Aberto» (que inclui espectáculos musicais, teatrais e exposições) organizado pela Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz e que decorre até dia 21. Um pouco mais tarde, pelas 23.30, será a vez de o festival encerrar com a actuação de Rui Veloso.

LIVROS

Caderno Vermelho (2)

Não se trata, como se pode ler, de um livro, mas do segundo número da revista Caderno Vermelho, acabada de sair e correspondente à Primavera/Verão



deste ano. Da responsabilidade do Sector Intelectual de Lisboa do PCP, o primeiro número da revista já nos tinha deixado entrever o interesse desta publicação e o leitor apenas lamentará, certamente, que esta iniciativa não venha a público, digamos, todos os meses. Com um grafismo mais apurado, embora na mesma linha do anterior, a revista apresenta numerosos trabalhos e artigos de interesse, divididos em três partes - Política e Cidadania, Cultura e Quotidiano e Ensino e Quotidiano. Colaboram neste número André Barata, Filipe Diniz, Sérgio Ribeiro, Manuel Jorge Veloso, José Peixoto, Paulo Sucena, Manuela Esteves, Isabel Garcês, Rui Namorado Rosa, Francisco da Silva e Manuel Gusmão.

A Flor do Meu Segredo

Agora, que a televisão dedica (na RTP 2) uma semana à exibição de filmes do polémico cineasta espanhol Pedro Almodóvar,

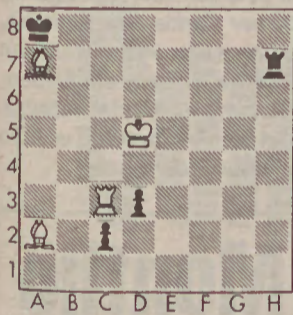


é óptima altura para lançar, como a Campo das Letras acaba de fazer, um livro do realizador. Bom momento, também, para o leitor se familiarizar com este tipo de escrita - a verdadeira escrita cinematográfica, pois se trata aqui de um verdadeiro guião. Raras são as publicações do género e, mal comparando, apenas o teatro para ler apresenta afinidades com este tipo de escrita. Quem conhece os filmes do autor encontrará, nesta edição a inaugurar a colecção Campo do Cinema, as linhas fortes das histórias de Almodóvar, as suas personagens movendo-se num mundo que só por desatenção se poderá considerar fora da normalidade.

XADREZ

DLXIX - 18 DE JULHO DE 1996
PROPOSIÇÃO Nº 1996X030
Por: ALJEKSIEI ALJEKSIEVITCH
TROITZKY
Deutsche Schachblätter, 1940

Pr.: [4]: Pç2, d3 - Th7 - Ra8
Br.: [4]: Bs. a2,a7 - Tç3 - Rd5



Branças jogam e ganham

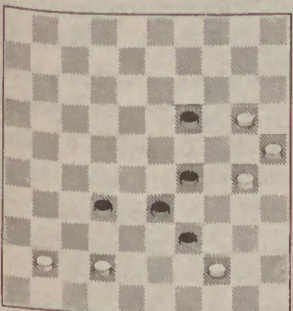
SOLUÇÕES DO Nº DLXIX

Nº 1996X030 [A. A. T.]: 1. Bç3!, d2!; 2. B:d2, Td7+; 3. Rç6, T:d2; 4. Rç7, ç1=D; 5. Bd5+! T:d5; 6. T:ç1, Ta5; 7. Tb6 e g. 5... Ra7; 6. T:ç1, Ra6; 7. Rç6, Ra5; 8. Rç5 e g.

DAMAS

DLXIX - 18 DE JULHO DE 1996
PROPOSIÇÃO Nº 1996D030
Por: LOUIS DALMAN
Combat Dans L'Arène, Nîmes

Pr.: [5]: 19-29-32-33-39
Br.: [6]: 20-25-30-41-42-44



Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO Nº DLXIX

Nº 1996D030 [L. D.]: 1. 42-37!(39X50=D); 2. 37X39, (50X46) 3. 20-14, (19X10); 5. 30-24, 20, (29X20); 6. 25X5=D e +

A. de M. M.

Segurança social

Acção de esclarecimento da CGTP-IN

A União de Sindicatos promove hoje e amanhã uma acção de esclarecimento em defesa da Segurança Social. A iniciativa conta com o

apoio dos trabalhadores da própria segurança social, do Sindicato da Função Pública, e é realizada por dirigentes sindicais que, na Praça da

Figueira, responderão a todas as perguntas da população.

No local está montada uma tenda equipada com aparelhagem de som onde se pre-

visita a acção estava prevista uma distribuição de material de propaganda à população nos terminais de transportes.

ATALHE DE FOICE Pareceres

As reuniões de condomínio costumam ser acontecimentos sociais que só não adquirem maior vulto devido à falta de condições, ponto de resto constante de todas as ordens de trabalhos de há pelo menos treze anos e sempre pendente por escassez de meios, que não há postura vertical que resista à discussão dos momentosos assuntos do colectivo. Passada a primeira meia hora já está tudo a procurar cómodos impossíveis ora no pé direito ora no pé esquerdo, os que chegaram cedo e conquistaram encosto no varandim vão escorregando apoiados nos cotovelos num sonho de cadeira, e até mesmo as domésticas precavidadas que assentam arraias na varanda em cadeirinhas de praia começam a remexer-se alertadas por um olhar mais guloso ou por previdente cotovelada da vizinha do lado para as coxas a descoberto. Houve até o caso de um condómino que caiu do vaso em que plantara o esqueleto, não se sabe se por ter adormecido ou por praga rogada pelo jardineiro, que no dito vaso ensaiava uma nova plantação de trepadeiras com que pretendia adornar as paredes. Fora estas minudências, as reuniões até que costumam ser um contributo importante para a convivência pacífica, quase uma espécie de catarse colectiva, com cada qual a debitar queixas dos restantes e a tomar a sua dose de veneno, a apresentar propostas impossíveis e a decidir do expediente no último quarto de hora do conclave quando o adiantado da noite ameaça perder o quorum. Costuma ser assim, mas como não há regra sem excepção, a semana passada aconteceu o inaudito. Depois de mais de uma hora a discutir o caso das baratas, com cada qual a descrever quantas vezes e onde tivera de enfrentar as feras, de minuciosas descrições das ditas, se eram grandes se pequenas, com asas e sem asas, negras ou castanhas, do detalhado rol das medidas individuais para enfrentar a praga e da solidária troca de receitas de pós, sprays, discos, detergentes, de sucesso garantido, eis que um condómino sugere uma desinfestação, deixando no ar velada crítica ao administrador cessante por falta de lembrança de tal elementar medida. De cara fechada, o visado rapou da pasta de documentos e exibiu várias folhas A4 explicando, após um minuto de ponderado silêncio, que se tratava não de um mas de dois pareceres sobre a matéria. Ali se comprovava por A + B, depois de vasta explanação sobre o ingente papel das baratas na preservação do equilíbrio ecológico, de pungente apelo à preservação das espécies, de negras perspectivas de futuro para a humanidade se todos e cada um não meterem ombros à hercúlea tarefa de reaprender a vida em harmonia com a natureza, de que a desinfestação era um rotundo disparate. Medidas avulso, na casa de cada um, com os meios disponíveis no mercado, ainda vá que não vá, mas desinfestação nem pensar. A bagunça que se gerou não tem descrição. A reunião só não acabou em pancadaria porque vozes avisadas conseguiram o adiamento dos trabalhos para data indeterminada e a dispersão dos condóminos. Nessa noite, o administrador cessante não dormiu. Quem chegou à janela pôde vê-lo, no outro lado da rua onde tem a drogaria, a carpir mágoas encostado à máquina registadora.

■ AF

Delegação do PCP recebida em Belém pelo Presidente da República



No âmbito dos contactos que o Presidente da República tem vindo a efectuar com os partidos políticos, uma delegação do Partido Comunista Português, dirigida pelo seu secretário-geral, Carlos Carvalhas, foi recebida anteontem em Belém por Jorge Sampaio. A delegação do PCP integrava ainda os camaradas Domingos Abrantes, Octávio Teixeira e Carlos Brito.

No final da reunião, Carlos Carvalhas declarou à imprensa ter tratado com o Presidente da República, entre outros, quatro grandes temas. O primeiro disse respeito "à legislação antilaboral nomeadamente, a Lei da flexibilidade e polivalência e o gravíssimo problema do desemprego".

"A trapalhada vergonhosa destes exames do 12º ano e a

necessidade de se corrigir injustiças relativas e de se valorizar e facilitar o acesso à Universidade Pública", foi outro dos temas abordados por Carlos Carvalhas, que referiu ainda "a situação de marasmo económico e do investimento e os graves problemas do tecido produtivo em consequência da política seguida" e, por fim, "o desbaratamento e as negociatas do sector empresarial do Estado, bem como os perigos para o regime que decorreu da Revisão Constitucional".

"Aproveitámos também este encontro", revelou o secretário-geral do PCP, "para desejar ao Sr. Presidente que tudo corresse bem e que tivesse um rápido restabelecimento" da intervenção cirúrgica a que vai ser submetido.

tende provocar o diálogo e o debate espontâneo. Para o



Uma delegação do PCP, dirigida pelo seu secretário-geral, Carlos Carvalhas, acompanhado por Carlos Luís Figueira, membro da Comissão Política, recebeu anteontem, no Centro de Trabalho da Soelro Perelra Gomes, em Lisboa, uma delegação da Região de Turismo do Oeste, integrada pelo respectivo presidente, António Carneiro, e João Andrade Santos, da Região de Turismo de Évora.

Lixo hospitalar no Montijo

«Adensam-se novos elementos comprometedores que revelam incompetência e negligência por parte do Governo», afirma o Executivo da Direcção da Organização Regional de Setúbal do PCP numa conferência de imprensa, ontem realizada em Setúbal.

«O armazenamento e queima de lixos hospitalares peri-

godos e contaminados é consequência da opção dos governos de direita de privatizar serviços públicos em detrimento da defesa dos interesses dos utentes», prosseguem os comunistas, afirmando que é neste contexto que surgem as empresas privadas de transporte, armazenamento e incineração de lixos hospitalares perigosos,

bem como a lavagem e tratamento de roupas hospitalares.

A situação agora detectada no Montijo, demonstrando a inexistência de critérios de selecção destas empresas, em termos de condições mínimas exigíveis quanto a equipamentos, formação técnica e condições de segurança, mostram que estes contratos foram assinados por pessoas sem escrúpulos, que só procuram o lucro fácil sem se importarem de cometer um autêntico crime contra a saúde e vida das populações.

O PCP, considerando que as medidas tomadas pelo Ministério da Saúde e do Ambiente não correspondem à gravidade da situação nem esclarecem cabalmente o problema, exige, entre outras medidas: a imediata concretização das medidas anuncia-

das, nomeadamente para encontrar soluções para depósito e tratamento dos resíduos compatíveis com a saúde pública e a preservação do ambiente e a garantia de que situações semelhantes não voltem a acontecer; o isolamento, estudo e desinfecção de toda a zona que esteve em contacto com os lixos hospitalares perigosos; o apuramento urgente de outros locais onde os resíduos se encontrem depositados sem condições; o apuramento de responsabilidades políticas e a penalização criminal dos autores materiais e morais destas práticas.

Cadeira de rodas

Na sequência da divulgação de um pedido de solidariedade de um leitor do «Avante!» que necessita de uma cadeira de rodas eléctrica, a Redacção do nosso jornal tem sido contactada no sentido de prestar mais informações sobre a matéria. Não nos sendo possível assegurar o desenvolvimento desta questão, aqui deixamos o contacto com o autor do apelo, agradecendo que os leitores interessados se lhe dirijam directamente: Álvaro Antunes da Cruz, Prac. Alto do Varejão, 1 - 2º Esqº - 1900 Lisboa / Telefones 2975004/8134723.



20096

Avante! festa!

Director
Carlos Brito
SUPLEMENTO Nº 4
18 de Julho de 1996
Não pode ser vendido
separadamente

AMORA-SEIXAL
6, 7 e 8 SETEMBRO

Avantejo foi no sábado



Construir e conviver na Atalaia



Sintra

A Comissão Concelhia de Sintra do PCP organizou três jornadas de trabalho na Festa do «Avante!», a primeira das quais já no dia 28 de Julho, e outras duas nos dias 11 e 25 de Agosto.

Para facilitar a deslocação, a Concelhia alugou um autocarro que fará a viagem de ida e volta com o seguinte percurso e horário:

Partida às 7.30 horas do Algueirão (Centro de Trabalho) e paragens em Mercês, 7.40 horas (bombas da BP); Rio de Mouro, 7.50 horas (Centro de Trabalho); Cacém, 8.00 horas (Centro de Trabalho); Idanha, 8.10 horas (Cafés); 8.15 horas Belas (jardim); Quleuz 8.20 horas (4 Caminhos/paragens das camionetas). O regresso está marcado para as 17 horas e cumpre o mesmo percurso.

Célula da Lisnave

Também os comunistas da Lisnave têm encontro marcado para o próximo domingo, dia 21, na Festa do «Avante!». A jornada de trabalho é da iniciativa da Célula do Partido, que promove igualmente um almoço-convívio na Atalaia.



Avantejo/96

A festa subiu o rio

Seis clubes e 65 participantes animaram o Avantejo/96, que partiu, no passado sábado, da doca de Alcântara para cumprir um percurso de cerca de 16 quilómetros, até à Amora, ligando assim, simbolicamente, o local em que se realizou a primeira Festa com a Quinta da Atalaia.

A já tradicional prova de canoagem organizada anualmente pela Comissão de Desporto da Festa do «Avante!», desta vez em colaboração com a

Associação Naval Amorense, contou com a valiosa cooperação no apoio náutico dos Bombeiros Voluntários do Seixal.

Os canoístas partiram pelas 10.30 horas atravessando o Tejo em direcção ao Clube Náutico de Almada, seguindo depois rumo à Amora.

Arrumadas as embarcações, atletas e acompanhantes juntaram-se num almoço-convívio na Quinta da Atalaia, no final do qual se realizou a entrega de

prémios com a presença de Jorge Pires, do Secretariado do CC do PCP.

Como habitualmente, a prova teve uma categoria de competição e outra de turismo.

Na competição, foi a seguinte a ordem de chegada nos respectivos escalões:

K1 - Júnior

1º Marco Marques (Associação Naval Amorense)

2º Hugo Pereira (Associação Naval Amorense)

3º António Camacho (Clube Ferroviário de Lisboa)

K2 - Sénior

1º Nuno Henriques (Associação Naval Amorense)

2º Jorge Ribeiro - (Clube de Canoagem de Setúbal)

K2 - Júnior

1º Hugo Pereira e Hugo Parra (Associação Naval Amorense)

2º Pedro Frazão e José Gomes (Associação Náutica do Seixal)

K2 - Sénior

1º Vítor Elias e Pedro Santos (Associação Naval Amorense)

2º Mário Carlos e Sérgio Crispim (Associação Naval Amorense)

3º David Manuel e José Elias (Associação Naval Amorense)

Na classe de Turismo, a classificação ficou assim ordenada:

K1

1º Délio Coutinho (Clube Atlético do Montijo)

2º José Frazão (Associação Náutica do Seixal)

3º Hugo Caselhas (Associação Naval Amorense)

K2

1º Hermano Marques e Emanuel Martins (Clube Atlético do Montijo)

2º Ivo Quendera e Anselmo (Clube Atlético do Montijo)

Em femininos classificou-se em 1º lugar Isabel Costa, do Clube Ferroviário de Lisboa



O Avantejo foi também uma excelente jornada de alegre convívio, onde não faltou o sentido de humor. Da parte da organização não faltou rigor nos cuidados que colocou no apoio aos canoístas

Futebol

Santa Iria - Povoense

É no próximo sábado que tem lugar, em Santa Iria da Azóia, um encontro de futebol que oporá as equipas de veteranos do Santa Iria e do Povoense.

O jogo tem início pelas 10.15 horas, e realiza-se no âmbito do programa desportivo de divulgação da festa do «Avante!». No final, terá lugar um almoço de confraternização, devendo as inscrições ser feitas no Centro de Trabalho do PCP em Santa Iria da Azóia.



Chinquilho em Setúbal

Dezasseis equipas participaram na primeira fase do torneio distrital de chinquilho da Festa do Avante, que decorreu no passado domingo.

Promovido pela Concelhia de Setúbal, desta vez em estreita colaboração com o Clube Desportivo Cultural e Recreativo da Gâmbia, a iniciativa já entrou nos hábitos dos praticantes que, de ano para ano, designam a equipa que assegurará a organização do próximo torneio.

Este ano, registou-se o número recorde de 16 colectivos, o que representa um total de 129 jogadores. Apuradas para a final distrital, que será disputada domingo na Gâmbia, ficaram as seguintes turmas: Gâmbia, Anunciada, Algeruz, Jardía, Lagoinha, Lagameças, Águas Negras (do Alto Estanqueiro) e Brejos da Moita.

O prémios para os vencedores são oferecidos por entidades públicas e privadas que têm correspondido às solicitações da organização do Partido.

A prova juntou participantes de todas as idades que têm em comum o gosto pela canoagem



Hoje como há vinte anos, a venda antecipada da EP constitui o seguro de vida da Festa do «Avante!»

Foi há A EP 20 anos

«Muitos milhares de EPs foram já adquiridas por outros tantos milhares de camaradas, de simpatizantes, de simples trabalhadores que deram assim a sua contribuição inestimável para a realização da Festa do «Avante!» e marcaram, por assim dizer, o seu lugar nos três dias que a grandiosa Festa vai durar nas instalações da FIL.

Pelo preço único de 100 escudos, a Entrada Permanente, recordamos, dá direito a assistir e a participar na maior realização político-cultural de sempre no nosso país. É assim que até à véspera do dia 24 de Setembro muitos milhares de trabalhadores poderão e irão decerto adquirir a sua EP, que os dispensará do pagamento, a cada entrada do bilhete que custa cinquenta escudos. (...)

Lembramos a todos os camaradas que regressaram de férias que a venda da EP é um esforço colectivo, uma tarefa que tem obtido um empenhamento de inúmeros camaradas e que é neces-

sário multiplicar. Com efeito, durante todo o mês de Agosto, atravessámos uma espécie de período morto em que só a dedicação das organizações e dos camaradas permitiu que se desenvolvesse a propaganda e a venda das EPs. Agora que Setembro começou e que nos separam um par de semanas da Festa, é necessário arrancar de novo, com entusiasmo, com vontade de vencer. As fábricas estão de novo em plena laboração, nos escritórios os trabalhadores regressam, os jovens preparam-se para mais um ano laborioso. Vamos fazer o ponto da situação! Vamos programar uma grande propaganda da Festa! Vamos vender muitos milhares de EPs e trazer ao convívio dos comunistas as massas trabalhadoras, os homens, as mulheres e os jovens progressistas!

Avante para uma nova arrancada na venda da EP!»

Avante! de 9/9/76

Uma tarefa fundamental

«Vários camaradas têm desenvolvido um notável esforço no que se refere à promoção da Festa, nomeadamente através da venda de EPs. Este é um caso entre outros.

Encontrámos na festa da FIL, no último sábado, o camarada Luís Contreiras, do Centro de Trabalho de Moscovide, que já vendeu mais de 70 EPs. A par de um complexo movimento de organização da Festa – afirmou – penso que a venda das Entradas Permanentes é uma das tarefas que se colocam a todos os militantes do nosso Partido. Nos locais de trabalho, no convívio com os amigos, nas bancas de rua, etc., o esclarecimento sobre a Festa do «Avante!» (que está facilitado com os prospectos distribuídos) e a venda da EP são tarefas que asseguram em parte o sucesso da grandiosa jornada de unidade, confraternização e cultura que será a Festa do nosso «Avante!»

In «Avante!» 9/9/76

